



República Federativa do Brasil

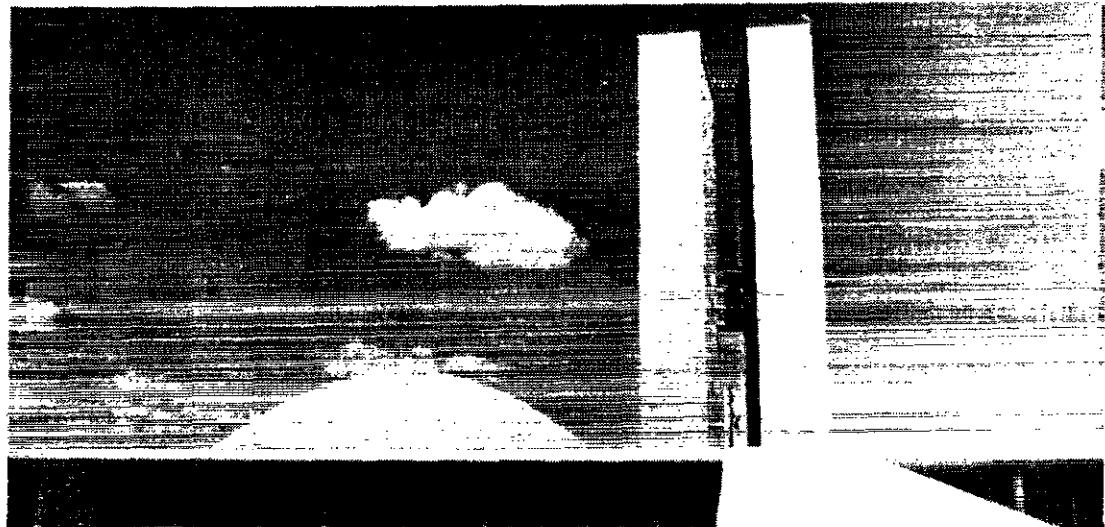
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 137

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 179^a SESSÃO, EM 17 DE OUTUBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União — Nº 257/SP/83, comunicando que aquele Tribunal julgou regulares as contas do Senado Federal, relativas ao exercício de 1982, com quitação aos Ordenadores de Despesa que específica.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei do Senado nº 96/83 (nº 1.524/83, na Câmara dos Deputados), que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos

dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras provisões. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.125, de 26-9-83.)

1.2.3 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.4 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 268/83, de autoria do Sr. Senador Marco Maciel, que dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

— Projeto de Lei do Senado nº 269/83, de autoria do Sr. Senador Benedito Ferreira, que concede anistia a infratores das normas do crédito rural.

1.2.5 — Discursos do Expediente
SENADOR LUIZ VIANA — Realização, em Salvador, do Con-

gresso Eucarístico Regional do Nordeste-3.

SENADOR ALBERTO SILVA — Palestra do Brig. Piva a respeito da implantação de projetos do CTA no Nordeste. Realização, em Fortaleza, de "Vigília cívica pelo Nordeste".

SENADOR HÉLIO GUEIROS — Utilização do "desfolhante laranja" no desmatamento do reservatório de Tucuruí.

SENADOR ALMIR PINTO — Considerações sobre editorial da Imprensa brasileira, intitulado Todas as saídas estão no álcool.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Manifesto elaborado pelos Governadores do PMDB, reunidos recentemente em Foz do Iguaçu — PR, contendo reivindi-

Ata da 179^a Sessão, em 17 de outubro de 1983

1^a Sessão Legislativa Ordinária,
da 47^a Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla
e Marcelo Miranda.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Odair Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — José Sarney — Alberto Silva — Helvécio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

A Sua Excelência o Senhor
Senador Nilo Coelho
DD. Presidente do Senado Federal
Ref. Proc. TC nº 015.154/83-1

AVISO Nº 257-SP/83 7 de outubro de 1983

Senhor Presidente,
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que este Tribunal, em Sessão de 4 de outubro corrente, ao acolher as conclusões do Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, julgou regulares as contas do Senado Federal, relativas ao exercício de 1982, com quitação aos Ordenadores de Despesa, Srs. Aimor Nogueira da Gama e Luiz Carlos Lemos de Abreu, bem como aos Encarregados de Almoxarifados, Srs. Joaci Muniz, João Bicalho Gomes e Souza, Heber de Macedo Godinho, Joaquim Fernandes de Oliveira, João Carlos Gomes e Gesmar Divino da Costa.

2. Transmitem a Vossa Excelência, por cópia, o inteiro teor da decisão desta Corte e do relatório e voto do Senhor Ministro-Relator.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

cações com vistas à reformulação da legislação tributária e em defesa das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 110/83 (nº 946/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá outras providências", e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento nº 793/83, solicitando urgência para o Requerimento nº 784/83, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo território nacional. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 39/83, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% para os servidores públicos federais, e dá outras providências. (Apreciação preliminar

da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 70/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para a venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica: (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 337/81, de autoria da Comissão Especial do Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal. Discussão sobreposta por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 800/83.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LOURIVAL BAPESTA — Conferência proferida pelo Senador Nilo Coelho, pôr ocasião do Seminário sobre o "Papel do Poder Legislativo numa Democracia Moderna", promovido recentemente sob os auspícios do Senado Federal e do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América do Norte.

SENADOR JOÃO LOBO — Telex recebido do Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, comuni-

cando o atendimento de pleito formulado recentemente por S. Ex^a, no que concerne à revogação das exigências daquele estabelecimento de crédito, para a prorrogação dos débitos rurais. Apelo à direção do Banco do Brasil em favor da brevidade do início das operações de financiamento de custeio agrícola.

SENADOR ALVARO DIAS — "Plano de Ação 1983-1986", desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Apelo ao Sr. Ministro da Fazenda em favor da criação da Superintendência Regional da Receita Federal no Amazonas.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 7-10-83.

Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 11-10-83.

Do Sr. Itamar Franco, pronunciado na sessão de 14-10-83.

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Mário Pacini, Presidente.

Decisão do Plenário

Proc. 015.154/83

O Tribunal, ao acolher as conclusões do Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza (fls. 68), julga regulares as contas do Senado Federal, relativas ao exercício de 1982, com quitação, na forma regimental, aos responsáveis indicados às fls. 04 e 05.

TC, Sala das Sessões, 4 de outubro de 1983. — Mário Pacini, Presidente — Raul Freire, Secretário das Sessões.

TC — 15.154/83-1

Tomada de Contas
Senado Federal

Responsáveis: Aimar Nogueira da Gama, Luiz Carlos Lemos de Abreu, Joaci Muniz, João Bicalho Gomes e Souza, João Carlos Gomes, Heber de Macedo Godinho, Joaquim Fernandes de Oliveira e Gesmar Divino da Costa.

Exercício de 1982

Tratam os autos da Tomada de Contas do Senado Federal, referente ao exercício de 1982, que teve na Presidência daquela Casa do Congresso Nacional, o insigne homem público, então Senador Jarbas Passarinho.

As presentes contas, como de praxe, poderiam constar dentre os processos relacionados, uma vez que foram bem prestadas e seus balanços e demonstrativos refletem com clareza e exatidão o desempenho orçamentário e financeiro.

A instrução da 3^a IGCE opina pela sua regularidade e quitação aos responsáveis.

A Sr^a Inspetora-Geral está de acordo no mérito, ressaltando a existência de recursos extra-orçamentários, conforme previsto nos arts. 437 e 438 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Ministério Públco, através do ilustre Subprocurador-Geral, Prof. Francisco de Salles Mourão Branco, concorda, no mérito, com a proposição da 3^a IGCE, acreditando, de justiça, fazer o elogio da apresentação deste processo, que mantém, neste modo, neste particular, a tradição de exemplaridade das tomadas de contas daquela Colenda Casa do Congresso Nacional.

É o Relatório.

Voto

Em nosso Gabinete, mantivemos contato com o Sr. Diretor-Geral do Senado Federal, Dr. Ajman Nogueira da Gama, sobre a matéria levantada pela Srª Inspetora-Geral.

Para maiores esclarecimentos, foram encaminhados ao Tribunal altos funcionários daquela Diretoria-Geral acompanhados do Sr. Consultor-Geral, Dr. Alberto Moreira de Vasconcellos, que nos científicaram de que aquela Casa Legislativa já está adotando as providências cabíveis para a adequação dos arts. 437 e 438 de seu Regimento Interno ao art. 5º do Decreto-lei nº 1.754/79.

Assim, enfatizando mais uma vez a boa apresentação das presentes contas, acolho os pareceres e voto pela sua regularidade, dando-se quitação aos responsáveis.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1983. — Luciano Brandão Alves de Souza, Ministro-Relator.

OFÍCIO

Do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 764/83, de 28 de setembro do corrente ano, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1983 (nº 1.524/83, na Câmara dos Deputados), de autoria da Comissão Diretora, que reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.125, de 26 de setembro de 1983).

PARECERES

PARECERES Nºs 892, 893, 894 E 895, DE 1983.

PARECER Nº 892, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1981, que “dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências”.

Relator: Senador Nelson Carneiro

Dispondo sobre as comemorações dos feriados, o que o projeto de lei acima quer, na verdade, é estabelecer o critério de antecipar para a segunda-feira, sempre, os feriados que ocorram no meio das semanas. Excepcionam-se apenas os feriados relativos à Confraternização Universal (1º de janeiro), ao Nascimento de Cristo (25 de dezembro) e à Independência do Brasil (7 de setembro).

Trata-se, segundo o autor, o Deputado JG de Araújo Jorge, de medida destinada a incrementar o turismo interno, possibilitando mais tempo de lazer a empregados e a empregadores, capaz, ainda, de evitar os dias enfocados de trabalho e a queda na freqüência estudantil, quando ocorrem feriados no meio da semana.

Quanto aos propósitos do projeto, pouco ou nada há para acrescentar, eis que a matéria já foi exaustivamente discutida tanto na Câmara quanto nas Comissões de Educação e de Legislação Social desta Casa. Quanto à constitucionalidade e juridicidade nada há que obstrua sua regular tramitação.

As emendas de Plenário, oferecidas pelo nobre Senador Nilo Coelho, visando a aperfeiçoar o texto da proposição no tocante à técnica legislativa, abre oportunidade a que proponha outras alterações, já que a emenda nº 1 de Plenário corrigiu o texto do art. 2º do Projeto, desdobrando-o em dispositivos distintos.

A redação do § 1º do art. 1º não parece a melhor. Melhor fora que assim se redigisse todo o artigo 1º:

“Serão comemorados, por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que cairem nos demais dias da semana, com exceção de 1º de janeiro, 7 de setembro e 25 de dezembro, e do feriado religioso da

Sexta-Feira Santa (Decreto-lei nº 86, de 27 de dezembro de 1966).

O parágrafo 2º do artigo passaria a parágrafo único.”

Em face dessas alterações, submeto ao exame desta doura Comissão a seguinte Subemenda Substitutiva:

SUBEMENDA ÀS EMENDAS

Nºs 1 E 2, DE PLENÁRIO

(Substitutivo)

Art. 1º São comemorados, por antecipação, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção de 1º de janeiro, 7 de setembro e 25 de dezembro, e do feriado religioso da Sexta-Feira da Paixão (Decreto-lei nº 86, de 27 de dezembro de 1966).

Parágrafo único. No caso de mais um feriado na semana, serão comemorados a partir de segunda-feira.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta (60) dias, contados de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1981. — Aloysio Chaves, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Lázaro Barboza — Bernardino Viana — José Fragelli — Hugo Ramos — João Calmon — Martins Filho — Lenoir Vargas — Humberto Lucena.

PARECERES Nºs 893, 894 E 895, DE 1983

Sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1981, que “dispõe sobre as comemorações dos feriados e dá outras providências”.

PARECER Nº 893, DE 1983

Da Comissão de Educação e Cultura

Relatora: Senadora Laélia de Alcântara

Em virtude de haver recebido duas emendas, em plenário, de autoria do ilustre Senador Nilo Coelho, retorna a esta Comissão o presente projeto, que dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências, de iniciativa do nobre Deputado JG de Araújo Jorge.

A proposição, na prática, propõe a antecipação para a segunda-feira, dos feriados que ocorreram no meio da semana, à exceção dos feriados comemorativos da Confraternização Universal (1º de janeiro), do Natal (25 de dezembro) e da Independência do Brasil (7 de setembro), objetivando o incremento do turismo interno, a ajuda à área hoteleira, a possibilidade de mais tempo de lazer, e evitar os chamados dias enfocados e a consequente queda da freqüência estudantil, no caso de ocorrerem os feriados no meio da semana.

Já foi a matéria ampla e exaustivamente apreciada por esta Comissão e pela Comissão de Legislação Social, ambas revelando a necessidade e oportunidade da disciplinação da matéria, com o apoio irrestrito da opinião pública, externada através da imprensa, das empresas e de inúmeras entidades de classe.

A primeira das duas citadas emendas, alterando o art. 2º do projeto, que incumbe ao Ministério do Trabalho a disciplinação da matéria, estabelece que o Poder Executivo a regulamentará em noventa dias a partir de sua publicação.

A segunda emenda manda desdobrar o art. 3º na forma de praxe: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação” e “Revogam-se as disposições em contrário”.

Ao apreciar o projeto e as emendas, por força de disposição regimental, a ilustrada Comissão de Constituição e Justiça aprovou o parecer do nobre Senador Nelson Carneiro, no qual, aproveitando a oportunidade, sugeriu outras alterações, “já que a Emenda nº 1 corrige

o texto do art. 2º do projeto, desdobrando-o em dispositivos distintos”.

Entendendo aquele órgão técnico que a redação do § 1º do art. 1º não parecia a melhor, propôs-lhe uma outra que com as referidas emendas do nobre Senador Nilo Coelho, ligeiramente alteradas, passaram a constituir o texto da Subemenda — CCJ — (Substitutivo).

Com o objetivo, porém, de “dar melhor adequação às matérias constantes do projeto, resguardando-as de indesejáveis ampliações, que a redação do texto certamente ensejará” e que o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça não obviou, o nobre Senador Gabriel Hermes ofereceu perante esta Comissão uma segunda subemenda substitutiva, excetuando das providências preconizadas na proposição os feriados “que se verificarem nos sábados e domingos”.

O destaque sugerido impõe-se, segundo o ilustre autor da subemenda, “uma vez que, entre nós, cada vez mais se generaliza o hábito de prolongar o descanso semanal à totalidade do período de jornada, aos sábados, ocasião em que as atividades laborais em todos os setores praticamente inexistem”, como, por exemplo, as repartições públicas, os escritórios, os bancos, as atividades forenses, os trabalhos legislativos etc.

Referentemente ao destaque para os domingos, pondera o ilustre Senador Gabriel Hermes que “não seria admissível repetir-se o feriado na segunda-feira, como pretende o projeto, uma vez que, além de já haver sido atendido o caráter higiênico do repouso, no próprio domingo, não tem ele, como elemento gerador, o objetivo de recuperação física ou psíquica do assalariado”.

Entendemos que as exceções propostas se recomendam, quer do ponto de vista dos aspectos vinculados à atividade do trabalhador, quer pela necessidade de se evitar prejuízos à indústria e ao comércio, com fortes repercussões na economia nacional.

Pelas razões expostas, esta Comissão opina pela rejeição da Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça e pela aprovação da Subemenda Substitutiva que acolhemos, proposta pelo ilustre Senador Gabriel Hermes, com as seguintes alterações: onde se lê: “Serão...”, leia-se: “São...”; onde se lê: “que se verificarem...”, leia-se: “que ocorrerem...”; onde se lê: “Ano Novo”, leia-se: “Confraternização Universal”; e onde se lê: “parágrafo §”, leia-se: “parágrafo único”.

SUBEMENDA — CEC ÀS EMENDAS Nºs 1 E 2 DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1981

(Substitutivo)

Dispõe sobre antecipação de comemorações de feriados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-feira Santa.

Parágrafo único. No caso de mais um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subsequente.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — Aderbal Jurema, Presidente — Laélia de Alcântara, Relatora — Gabriel Hermes — João Calmon — João Lúcio — Tarsio Dutra.

PARECER Nº 894, DE 1983
Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Hélio Gueiros

O Projeto sob exame, originário da Câmara dos Deputados, dispõe sobre a antecipação para os dias de segundas-feiras daqueles feriados que venham a ocorrer no meio das semanas, retorna a esta Comissão para que seja apreciada a Subemenda — CEC, de autoria da ilustre Senadora Laélia Alcântara, que substitui as Emendas nºs 1 e 2 de Plenário e a Subemenda CCJ, e acolhe Subemenda (Substitutivo) de autoria do Senador Gabriel Hermes.

O substitutivo, ademais de oferecer redação mais concisa ao texto anterior, objetiva acertadamente excetuar das providências preconizadas na proposição, os feriados que se verifiquem nos sábados e domingos, eis, conforme fora destacado pelo Senador Gabriel Hermes, "não seria admissível repetir-se o feriado na segunda-feira".

Como inexistem óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional, nosso parecer é pela aprovação do projeto na forma da Subemenda CEC (Substitutivo).

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1983. — Hélio Gueiros, Presidente. — Passos Pôrto, Relator. — Helvídio Nunes — Martins Filho — Pedro Simon — Octávio Cardoso — Guilherme Palmeira — Alfredo Campos — José Fragelli.

PARECER Nº 895, DE 1983
Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Gabriel Hermes

O projeto sob exame, originário da Câmara dos Deputados, objetiva antecipar, para as segundas-feiras, os feriados que cairem nos demais dias da semana, inclusive nos domingos, com exceção dos dias 1º de janeiro (Ano Novo), 7 de setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal).

O projeto, em sua fase inicial de tramitação, recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Educação e Cultura e desta Comissão de Legislação Social.

Em Plenário, o projeto foi alvo de duas emendas, subscritas pelo ilustre Senador Nito Coelho, objetivando reparos de técnica legislativa. Indo à Comissão de Constituição e Justiça, a matéria foi aprovada nos termos de Substitutivo, de iniciativa do eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, rejeitadas, em consequências as emendas de plenário. Retornando à Comissão de Educação e Cultura, a proposição foi acolhida, também nos termos de Substitutivo que tivemos a honra de apresentar perante aquele órgão técnico. A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a manifestar-se sobre o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, opinou pela sua aprovação, desprezado, portanto, o Substitutivo que apresentava. As razões que levaram a Comissão de Constituição e Justiça a acolher o Substitutivo da CEC estão resumidas no seguinte trecho do parecer de seu relator, o ilustre Senador Hélio Gueiros:

"O substitutivo, ademais de oferecer redação mais concisa ao texto anterior, objetiva acertadamente excetuar das providências preconizadas na proposição, os feriados que se verifiquem nos sábados e domingos, eis que, conforme fora destacado pelo Senador Gabriel Hermes, não seria admissível repetir-se o feriado na segunda-feira."

De fato, na justificação da emenda, adotada pelas CEC e pela CCJ, tivemos a oportunidade de salientar que "o destaque dos sábados e domingos, dentre as exceções a que alude o projeto, impõe-se plenamente, uma vez que, entre nós, cada vez mais se generaliza o hábito de prolongar o descanso semanal à totalidade do período de jornada aos sábados, ocasião em que as atividades laborais em todos os setores praticamente inexistem." Assim, por exemplo, as repartições públicas, os escritórios,

os bancos, as atividades forenses, os trabalhos legislativos etc. No que tange aos domingos, não seria admissível repetir-se o feriado na segunda-feira — como pretende o projeto — uma vez que, além de já haver sido atendido o caráter higiênico do repouso, no próprio domingo, não tem ele, como elemento gerador, o objetivo de recuperação física ou psíquica do assalariado. Assim, a coincidência do feriado com o domingo não aconselha, de nenhum modo, a reedição de nova data para sua comemoração, seja pelos aspectos vinculados à atividade laborativa, seja pelo interesse da própria economia nacional".

Assim sendo, renovamos perante este órgão técnico as razões pelas quais fomos levados a apresentar a emenda substitutiva, afinal acolhida pela CEC e CCJ, que nos parece mais consentânea com as nossas necessidades socio-económicas.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, e pela rejeição das demais emendas.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 1983. — Jutahy Magalhães, Presidente. — Gabriel Hermes, Relator. — Hélio Gueiros — Iris Célia — João Lúcio — João Calmon.

PARECER Nº 896, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1982 (nº 135/82, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador José Lins

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1982 (nº 135/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 1983. — Alberto Silva, Presidente — José Lins, Relator — Passos Pôrto.

ANEXO AO PARECER Nº 896, DE 1983

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1982 (nº 135/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1983

Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, firmado em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, firmado em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 897, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara

dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 1983. — Alberto Silva, Presidente — Passos Pôrto, Relator — José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 897, DE 1983

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1983 (nº 118/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1983

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 898, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1983 (nº 8/83, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1983 (nº 8/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução nº A. 450, da XI Assembleia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — OMCI, que aprovou Emenda à Convenção da Organização, concluída em Londres, a 15 de novembro de 1979.

Sala das Comissões 17 de outubro de 1983. — Alberto Silva, Presidente — Passos Pôrto, Relator — José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 898, DE 1983

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1983 (nº 8/83, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1983

Aprova o texto da Resolução nº A 450, da XI Assembleia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — OMCI, que aprovou Emendas à Convenção da Organização, concluída em Londres, a 15 de novembro de 1979.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Resolução nº A 450, da XI Assembleia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, que aprovou Emendas à Convenção da Organização, concluída em Londres, a 15 de novembro de 1979.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 1983

Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, inclusive as autaquetas e fundações instituídas ou mantidas pela União, somente será efetuada através de agências de viagens, devidamente registradas junto à Empresa Brasileira de Turismo — EMBRA-TUR.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao buscar estabelecer que a aquisição de passagens, pelo serviço público, se efetive através das agências de viagem, o presente Projeto visa fortalecer o papel que, no setor econômico da prestação de serviços, desempenham aquelas empresas.

Levando-se em conta que os deslocamentos em viagem constituem atividade indispensável a inúmeros servidores de órgãos e entidades públicas federais, para o desempenho de suas funções em diversos locais do País, a medida tem por objetivo proporcionar maiores facilidades aos setores administrativos, uma vez que se podem favorecer das vantagens e benefícios oferecidos pelos serviços das agências em apreço. Frise-se que a providência, desde que adotada, não implicará em qualquer custo financeiro adicional, porquanto o preço da passagem adquirida através daquelas agências não sofre elevação.

Por outro lado, tal estímulo propiciará — daí a razão principal da proposição — inestimável suporte a empresas que — como ocorre em vários países onde, como no nosso, a prestação de serviços representa forte indutor de seu desenvolvimento — realizam suas atividades como importantes instrumentos vitalizadores do setor turístico nacional.

É sabido que dentre as condições propiciadoras do desenvolvimento avulta a indústria do turismo, formada por uma cadeia de diversos e interligados fatores produtivos, reconhecida por suas particulares características de efeito multiplicador na criação de empregos e na produção de novas riquezas.

Como se sabe, o turismo apresenta notáveis e importantes potencialidades próprias, que devem ser objeto de atenção permanente para a melhor compreensão do significado dessa atividade produtiva. Marcações aspectos o distinguem dos setores tradicionais da produção industrial, considerando-se que a indústria turística é capaz de, sem promover o extermínio dos recursos culturais e naturais de que se utiliza, convertê-los, por sua atuação, em fatores da atividade produtiva. As observações que a respeito tece o jovem estudioso do assunto RODOLFO A. RIZZOTO são sobremodo significativas, quando afirma que "devemos ter presente que o Turismo permite a utilização econômica dos bens naturais (clima, paisagem) e culturais (história, tradição), ou seja, a sua inserção na atividade produtiva, já que aqueles constituem a matéria-prima básica do produto turístico. Só o Turismo pode transformá-los em recursos econômicos, e o desfrutamento dessa matéria-prima não implica a sua extermínio, como é habitual com outras matérias-primas".

Não se pode negar, neste quadro, o papel de destaque das agências de viagens, porquanto, intermediando junto

a outras empresas e unidades prestadoras de serviços na área turística, desenvolvem um positivo trabalho nesse setor da nossa atividade econômica.

Por tais razões, o apoio que se pretende dispensar àquelas agências significa medida que se coaduna com os objetivos do nosso desenvolvimento e possibilita o desempenho sempre mais ágil e eficiente das tarefas a cargo da administração dos órgãos e entidades públicas, além de atender justa aspiração da Associação Brasileira de Agências de Viagens na defesa dos legítimos anseios de seus associados.

Assim, espero — contando com a aprovação dos eminentes pares — poder ver, afinal, transformado em lei o presente projeto, com o que o Congresso Nacional oferecerá inestimável contribuição para a realização de tão valiosos objetivos.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1983. — Marco Maciel.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 1983

Concede anistia a infratores das normas do crédito rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida anistia às pessoas físicas ou jurídicas que tenham praticado infrações às normas do crédito rural até 30 de julho de 1983;

Art. 2º A Anistia comprehende:

I — a reabilitação do infrator como beneficiário do crédito bancário;
II — o perdão das sanções pecuniárias relativas a inversões executadas com atraso ou cujos financiamentos tenham registrado irregularidades processuais;

Art. 3º Excluem-se da anistia:

I — os reincidentes contumazes;
II — os autores de crime contra a pessoa, conexos às infrações às normas do crédito rural;
III — os condenados em decisão judicial transitada em julgado.

Art. 4º A anistia não elide a obrigação de resarcimento, com os acréscimos regulamentares, de:

I — cobertura indevidas do "Programa de Garantia da Atividade Agropecuária" — PROAGRO;
II — subsídios indevidos;
III — outras vantagens pecuniárias auferidas ilicitamente.

Art. 5º Compete ao Banco Central conceder ou negar a anistia, ex-officio ou a requerimento do infrator.

Parágrafo único. A concessão à anistia exonera o Banco Central da obrigação de representar ao Ministério Público, no caso de ilícitos penais ou fiscais, exceto na hipótese de inciso II do Art. 3º.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificação

I — O notório diferencial entre as taxas de mercado e as taxa do crédito rural, induziu seus tomadores ou intervenientes à infração das normas em vigor, suscitando a necessidade de adoção de medidas repressivas, a fim de que se pudesse assegurar a efetiva destinação dos recursos ao desenvolvimento setorial.

2 — Assim, por decisões do Conselho Monetário Nacional, ficou assentado que os responsáveis por irregularidades no uso dos financiamentos:

a) ficariam obrigados a restituir as parcelas desviadas, com acréscimo de juros (12% a.a.) e de correção monetária equivalente à variação da ORTN;

b) seriam impedidos de ter acesso ao crédito bancário;

c) responderiam judicialmente pelos ilícitos penais ou fiscais, mediante representação do Banco Central ao Ministério Público.

3 — Em consequência dessa orientação, diversos produtores foram indiciados e punidos, enquanto vários outros se encontram atualmente *Sub judice*, com processos em tramitação no Banco Central, na Receita Federal ou no Poder Judiciário.

4 — Cominado pela legislação vigente, vem o Banco Central penalizando os usuários do crédito rural por qualquer inadimplência, inclusive quando o agropecuarista, por inadvertência, ou premido pela continuada descapitalização a que vem sendo submetido ao longo dos anos, para ter acesso ao crédito. Mal assessorados pelas ineficientes Empresas de Assistência Técnica, assinam contratos de financiamentos em épocas do ano, absolutamente incompatíveis para a realização dos projetos nos prazos previstos, o que os coloca como inadimplentes mesmo que tenham, posteriormente, realizado os empreendimentos na sua totalidade.

5 — Milhares de inadimplentes, em grande parte, pequenos produtores, que sofreram frustração de safras e não recorreram ao PROAGRO, terão que vender as suas propriedades e tudo o mais que possuam e assim mesmo em grande parte não darão conta de liquidar as dívidas, em face das penalidades a que estão sujeitos.

6 — Ao mesmo tempo, outrossim, o Governo Federal vem estabelecendo diretrizes de política econômico-financeira que tendem a reduzir ou eliminar as vantagens implícitas no crédito rural, diluindo as expectativas e os riscos de seu desvirtuamento, em vista do pequeno projeto relativo que adviria da apropriação das verbas para fins estranhos aos projetos financiados.

7 — Observa-se, ademais, que a expansão das atividades agropecuárias assume atualmente capital importância, até para contenção do surto inflacionário, seja por sua contribuição ao balanço do custo de vida (abastecimento interno), seja pela perspectiva de geração de excedentes indispensáveis ao equilíbrio da balança comercial e do balanço de pagamentos.

8 — De tal sorte, parece-nos recomendável a incorporação de estratégia que evite a marginalização de segmentos produtivos, cuja potencialidade não deve ser desprezada no contexto da mobilização setorial necessária ao alargamento das alternativas da safra 1983/84.

9 — Consideramos, portanto, que se justifica a concessão de anistia às pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela infringência da disciplina creditícia, como forma de reabilitá-las e de engajá-las no grande esforço de aumento quantitativo e qualitativo da produção.

10 — Esse benefício legal, todavia, não poderia alcançar os reincidentes contumazes, os autores de crimes contra a pessoa, conexos às infrações às normas do crédito rural, e os condenados em decisão judicial transitada em julgado.

11 — De igual modo, a anistia não deveria elidir a obrigação de resarcimento de coberturas indevidas do PROAGRO, de subsídios ilegítimos e de outras vantagens auferidas ilicitamente, cuja devolução cumpre exigir, com os acréscimos regulamentares.

12 — Entendemos, pois, que seja conveniente a aprovação de lei, na forma do projeto ora apresentado, até mesmo porque, seria fastidioso enumerar aqui todos os erros que vimos comentando, quase que, secularmente, contra a agropecuária em nosso País, erros e descuidos que tem dado os resultados mais que desastrados, pontificando o sempre crescente e mais que inquietante êxodo rural.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1983. — Benedito Ferreira.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há cinqüenta anos, num período que mediaava entre o fim da Revolução Constitucionalista de São Paulo e as eleições do final do ano de 1933, tive oportunidade de assistir, na Bahia, o I Congresso Eucarístico Nacional.

Agora, vovidos cinqüenta anos, tive ocasião de assistir, na semana passada, encerrando-se ontem, o Congresso Regional Eucarístico, promovido pelo Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, justamente para comemorar o cincuentenário daquele Congresso Eucarístico Nacional.

Quero deixar aqui registrado, e o faço com emoção, o brilhantismo em que decorreu esse Congresso Eucarístico Regional do Nordeste-3, formado pelos episcopados da Bahia e de Sergipe. Foi, realmente, um espetáculo admirável de fé, mas também de força e de organização, com aquele deslumbramento, com aquela grandiosidade, que nós só encontramos na liturgia da Igreja. Não foi sem razão que Joaquim Nabuco, depois de assistir o jubileu da Rainha Vitória, marcado por festividades extraordinárias em todo o Império Romano, sobretudo em Londres, escreveu, em uma de suas crônicas, que toda aquela festa, toda aquela pompa, perdida a significação, tornava-se pequena, menor diante do que ele vira na liturgia do Vaticano, sob o reinado de Leão XIII. É que realmente a beleza do espetáculo soma-se também à vibração da fé, e, foi isso que assistimos sobretudo ontem, quando cerca de cem mil pessoas se reuniram no estádio Otávio Mangabeira, em Salvador, para as festividades do encerramento daquele Congresso.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Almir Pinto — Senador Luiz Viana, recordo-me bem que esse I Congresso Eucarístico Nacional deveria realizar-se em 1932 — era a data marcada, mas, com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, foi transferido para 1933. Naquela ocasião, eu fazia o terceiro ano de Medicina, na velha e tradicional Universidade da Bahia. Recordo-me bem de que era núncio apostólico no Brasil Aloisio Marcella. Alguns cearenses, entre eles Manoel de Andrade Furtado, que era um católico praticante, diretor do jornal católico de Fortaleza O Nordeste, foi um dos conferencistas naquele congresso. Trago isso como uma reminiscência que nunca consegui esquecer. Não foi só o I Congresso que o Brasil fez, em 1933, depois eu assisti ao VI Congresso, em Belém do Pará. O I Congresso Eucarístico Brasileiro foi uma festa, como V. Ex^e acaba de dizer, bonita, bela e que demonstrou o espírito de catolicidade do povo brasileiro.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^e e, aproveitando a lembrança que faz do Cardeal D. Aloisio Marcella, eu queria dizer que, como Legado do Papa, esteve na Bahia o Arcebispo D. Vicente Sherring, e tivemos então a oportunidade de ouvir uma daquelas extraordinárias mensagens do Papa João Paulo II.

Enfim, Sr. Presidente, por tudo a que assistimos, por tudo que se realizou durante os 5 dias do Congresso Eucarístico Regional, creio que é um evento a ficar registrado nos Anais do Senado, com as congratulações a que tem direito o Cardeal Dom Avelar Vilela, pelo brilhantismo que conseguiu imprimir ao Congresso, pela organização, por tudo enfim, que foi um deslumbramento. Foi realmente um espetáculo único da fé católica, dos baianos, dos brasileiros. E por esse acontecimento, eu

desejo, desta tribuna, congratular-me com o eminente Cardeal da Bahia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu queria aqui fazer apenas dois registros; um é a respeito de uma palestra proferida pelo Brigadeiro Piva, na Câmara dos Deputados, depois de ter feito idêntica palestra na Comissão de Assuntos Regionais do Senado. Ele dizia, nestas novas e seguidas declarações que tem feito, que o dinheiro que está-se gastando no Nordeste daria para promover a implantação daqueles projetos, o MODARTE e o MOCLIMA, que na verdade poderiam trazer um desafogo àquela situação existente na região. Eu quero, aqui, congratular-me mais uma vez com o Brigadeiro Piva e com o CTA, pela insistência com que oferece os serviços daquele notável instituto de pesquisa do Ministério da Aeronáutica; também quero lamentar que o Ministério do Interior, através dos seus diferentes órgãos e até do seu próprio Ministro, que viaja semanalmente pelo Nordeste, não tenha aproveitado a oportunidade para definir um programa, separar algum dinheiro para que as pesquisas do CTA, ou a implantação daqueles projetos se torne possível.

O outro registro, Srs. Senadores, é congratular-me com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, pela clarividência que teve ao promover, uma vigília pelo Nordeste, a ser iniciada dentro de mais dois dias, onde vários segmentos da sociedade brasileira falarão a respeito dos temas nordestinos.

Quero aqui fazer o registro deste evento por considerar que os políticos do Ceará, principalmente os Deputados Estaduais, tiveram uma idéia brilhante ao reunir elementos de todos os segmentos que compõe a estrutura econômica, financeira e política do Nordeste para um conclave dessa natureza. Fui convidado para falar, como representante da Comissão de Assuntos Regionais, e aproveitei a oportunidade para dizer que lá estarei. Mais uma vez, congratulo-me com os nobres Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Eram os registros que desejava fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo hoje a tribuna do Senado para fazer rápidas considerações sobre a sorte azarada do Estado do Pará. Parece uma contradição, mas é uma realidade sentida por todos os paraenses. V. Ex^es sabem que 85% da produção de ouro do Brasil, hoje, procede do meu Estado o Pará, de Serra Pelada e de garimpos outros, inclusive do Tapajós. Digo uma sorte azarada porque, na realidade, essa exploração de minérios não deixa nada para o Estado do Pará. Por uma reforma tributária, ao tempo do nosso eminente colega Senador Roberto Campos, o Imposto Único Sobre Minérios, que era de 6 ou 7%, passou para 1% a partir de 64 e 65. Desse modo, por todo ouro retirado de Serra Pelada e de outros garimpos do meu Estado recolhe-se 1% somente de imposto, com o detalhe de que esse 1% é dividido por três: 70% para o Estado, 20% para o Município e 10% para a União. Então verifica-se que fica muito pouco para o meu Estado do Pará, com o detalhe de que os minérios são fontes esgotáveis — acabou o veio de Serra Pelada ou dos garimpos do Tapajós, acabou tudo para o Estado do Pará. Só ficam, como se diz, os buracos, e buraco não leva ninguém para frente. Para se ter uma idéia da desproporção terrí-

vel entre o valor da produção de Serra Pelada e o que realmente fica em imposto para o Estado, basta dizer que o Estado do Pará ganha em um ano o movimento de um dia de Serra Pelada. Realmente, isso precisa ser modificado; apesar de se falar muito em dar compensações para o Estado, a verdade é que os tempos estão se passando, as jazidas estão se exaurindo e nada se faz de concreto para se concretizarem essas compensações ao Estado do Pará.

Falei na sorte azarada do Estado do Pará, porque, abrindo ontem os jornais, verifiquei, em manchete do Jornal do Brasil, que o Pará acaba de ser sede, agora, de poços petrolíferos mais ricos e abundantes do que os da Bacia de Campos. Aí, o Senador Alberto Silva já adianta o azar do meu Estado — essa jazida de petróleo no Estado do Pará ocorre na plataforma continental e por isso nós não vamos ter direito a coisíssima alguma, pois a plataforma continental é propriedade única e exclusiva da União e ela não vai dividir coisa alguma com o Estado do Pará.

O Sr. Passos Pôrto — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Em seguida, considerei o aparte. O interessante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que a notícia diz que a exploração da plataforma continental, no Estado do Pará, vai ser muito fácil e rendosa para a PETROBRAS, por causa do filete d'água — não sei como é o nome técnico — que é muito raso, são só 20 ou 30 metros, ao contrário da Bacia de Campos com 80 metros. Acontece que aí é outro azar do Estado do Pará; o meu Estado deixou de ter o porto de escoamento do minério de ferro da Serra do Carajás, exatamente porque o filete d'água era muito pequeno. Agora, embora para o petróleo isso vá ser benéfico, nós não vamos ganhar nada, porque nós já perdemos, por causa do pequeno filete d'água, a exportação do minério da Serra dos Carajás, que seria uma maneira de ali se criar um polo siderúrgico que por essas deficiências ou dificuldades da nossa costa, do nosso litoral, está sendo instalado no Estado do Maranhão.

Dou o aparte ao nobre Senador Passos Pôrto, com muita honra.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre senador Hélio Gueiros, no instante em que V. Ex^e, com muita justiça, reclama o royalty do petróleo que é uma esperança muito otimista na bacia continental do Pará, eu gostaria de dizer a V. Ex^e que já está em tramitação no Senado um projeto de autoria de três Deputados, na época eu era um deles — os Deputados Bulhões, de Alagoas, e João Faustino, do Rio Grande do Norte — no qual nós solicitávamos a extensão do mesmo royalty que se dá no continente aos Estados e Municípios, também na plataforma continental, porque o nosso Estado de Sergipe era um dos prejudicados, visto que a produção de petróleo, na plataforma, em Sergipe, é de 30 mil barris diáários, e na bacia sedimentar é só 20 mil barris. Esse Projeto já foi aprovado na Comissão de Minas e Energia, e está na Comissão de Finanças. Como o Relator, o nobre Senador João Castelo, há quatro semanas não comparece à Comissão, para dar parecer, e gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao nobre senador João Castelo, que ele dê o seu parecer, que já está pronto, naquela Comissão. Fica faltando uma Comissão, que é a de Municípios, para ele ter tramitação final nos órgãos técnicos e vir à plenário. Neste instante, então, gostaria de ter o apoio de V. Ex^e e de toda a sua representação, a representação das Oposições, para que nós possamos oferecer aos Estados produtores de petróleo, na plataforma continental, a justa compensação, porque toda vez que há essa exploração, ela traz, também, danos apreciáveis, sensíveis a esses Estados que mantêm essa produção, que é importante na luta que nós temos contra a importação de petróleo, e que, no entanto, não têm sido beneficiados por esse tri-

buto que deveria, na forma do que se faz, no continente, também, na plataforma. Para isto, invocamos o princípio da confrontação. Se a plataforma é confrontante com o Estado produtor, ele deve receber o royalty, por esse petróleo. De modo que eu tenho certeza de que V. Ex^e vai ser um dos nossos companheiros na votação aqui em plenário, a fim de que possamos oferecer aos Estados a justa compensação.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Acolho, com muita satisfação, a informação dada por V. Ex^e, no aparte. Só espero, eminentes Senador Passos Pôrto, que esse projeto não sofra uma certa discriminação que é própria do Congresso Nacional, não se sabe por que, talvez por um masoquismo de massacrar os projetos de iniciativa dos congressistas. Aqui há sempre muita desenvoltura para os projetos de origem do Executivo, mas, quando se tratam de projetos de autoria de Senadores e Deputados, esses projetos sofrem uma via crucis, que parece um castigo, uma praga, sobre as iniciativas parlamentares.

V. Ex^e com o apoio da Bancada do Nordeste, e agora, nós com o apoio da Bancada do Norte, haveremos de dar uma movimentação maior, sem que tenhamos que evitar, talvez, algum problema de constitucionalidade e injuridicidade, que também é outra coisa que mata muito os projetos da iniciativa dos congressistas.

Creio que vamos todos superar essas preciosidades e vamos dar aos Estados que realmente são produtores de petróleo na plataforma continental uma pequena cota na participação dessa riqueza.

Na realidade, disse bem V. Ex^e, esses grandes projetos trazem enormes problemas para os Estados. O deslocamento de mão-de-obra para essas regiões exige dos governos dos Estados uma infra-estrutura maior na área de educação, de saúde, de segurança, sem que haja retribuição de espécie alguma, a não ser, no caso, esses impostos minúsculos sobre minérios e agora o royalties.

Espero, portanto, que V. Ex^e tenha feito uma boa profecia, quando sugere que não vai haver problema para a aprovação desse projeto.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Hélio Gueiros, todos estamos fazendo votos para que os campos petrolíferos da faixa continental fronteiriça ao Estado de V. Ex^e sejam tão promissores quanto as manchetes dos jornais dão. Faço votos também que se consiga aprovar esse projeto de lei a que há pouco se referiu o nobre Senador por Sergipe, no sentido de que os Estados tenham uma participação, afinal, na riqueza que sai do seu território. Aproveito a oportunidade para lembrar que deveríamos estar a postos, logo a seguir, e fazermos uma proposição: já que os poços estão numa situação excepcional, como os próprios jornais disseram e V. Ex^e aqui confirma, que esse óleo, ao que tudo indica será crescente, porque dizem que a bacia do Pará é Superior à de Campos, que esse óleo saído do seu Estado seja refinado lá mesmo, e que a PETROBRÁS monte uma refinaria em Belém, ou na Ilha de Marajó, ou onde for mais próximo do atendimento, porque lembro agora o episódio da falta de combustível em Roraima e em Rondônia ultimamente. Leva-se o óleo refinado de refinarias tão distantes, a tal ponto que são gastos dois litros de combustível para se levar um litro até o interior da Amazônia. Se a refinaria fosse no Pará, essa distância seria reduzida de muito, e, aí, seu Estado teria os benefícios de uma instalação industrial do porte de uma refinaria. V. Ex^e desde já conta com o meu apoio numa proposição neste sentido à PETROBRÁS.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Alberto Silva.

De fato, fiquei outro dia impressionado com a informação de que a PETROBRÁS, para transportar óleo Diesel para os Estados do Acre e Rondônia, gasta, em relação a cada litro, dois litros de consumo. Parece um absurdo, um disparate. Na cidade de Manaus já existe uma pequena refinaria, a Relinaria Sabá, que poderia ser ampliada para atender à demanda desses Estados.

Realmente é um absurdo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a PETROBRÁS gaste dois litros para entregar um litro de óleo em Rondônia e no Acre.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, continuando o meu roteiro das sortes azaradas e azarentas com o Estado do Pará, trago ao conhecimento da Casa fato muito recente, e V. Ex^es já sabem, porque já bastante discutido aqui: o problema da CAPEMI, que foi uma das esperanças para a economia do meu Estado e que redundou num fracasso colossal. Seriam desmatados 216 mil hectares, e depois bastariam 65 mil. Afinal, não se desmatou nada, não se tirou madeira nenhuma, a madeira apodreceu e não se ganhou divisa nem imposto nenhum com a exportação dessa madeira.

O pior, Sr. Presidente, é que, além da queda, há coice.

Há uma denúncia do Presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul — ora, vejam só, o fato está acontecendo no Pará e é preciso que um gaúcho saia lá dos Pampas para denunciar à Nação um fato gravíssimo!

Sr. Presidente, porque não vai haver tempo para o desmatamento da área necessária ao reservatório de Tucuruí, já começaram as experiências, usando o agente laranja, a dioxina, para desfolhar a mata que vai ser submersa pelas águas de Tucuruí.

O Sr. Alberto Silva — É o pó da morte.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, me diz muito bem aqui o nobre Senador Alberto Silva. A dioxina, o agente laranja, é conhecido como o pó da morte, e foi usado no Vietnã como uma arma nojenta, cruel, desumana — dos Estados Unidos contra o Vietnã.

Pois bem, aquilo que o Mundo inteiro censurou nos Estados Unidos como uma represália injusta e cruel para com o povo vietnamita, está sendo usado agora, como se fosse coisa científica, no meu Estado, porque não houve tempo para o desmatamento. Porque há risco de a mata submersa causar problemas ao funcionamento das turbinas da Hidrelétrica de Tucuruí, que deverão ser ativadas no próximo ano, o Governo está autorizando, clandestina ou solenemente, o uso da dioxina, desse agente laranja, para o desfolhamento e o desmatamento da área do reservatório que deverá ser inundada pelas águas da Barragem de Tucuruí.

Sr. Presidente, claro que até agora foram usados apenas pequenos gramas ou miligramas, mas, segundo o projeto, lá deverão ser usados 180 gramas desse agente laranja, dessa tal dioxina. Acontece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que 180 gramas de agente laranja dão para destruir toda a população de Nova Iorque. 180 gramas necessários ao desmatamento de Tucuruí importarão extermínio de toda a população de Nova Iorque. Meu Estado não tem nem um terço ou um quarto da população de Nova Iorque. Sr. Presidente e Srs. Senadores, praticamente toda a população do Estado do Pará e circunvizinhanças, porque aquilo é jogado dentro d'água e ninguém sabe aonde vai parar, está sob ameaça de morte, porque, imprevista ou criminosamente, o Governo está autorizando essa experiência com o agente laranja em Tucuruí.

O Sr. Alberto Silva — Permite-me V. Ex^e mais um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva, com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Hélio Gueiros, V. Ex^e saltou de um problema para outro. O segundo é ainda mais importante do que o primeiro. O que V. Ex^e faz nesta tarde é uma denúncia grave. Vi a notícia do agrônomo dos Pampas, que denunciou à Nação o risco que estava correndo o seu Estado com a utilização do pó da morte, para fazer o desfolhamento da floresta. Mas, quero aproveitar a oportunidade, nobre Senador Hélio Gueiros, para perguntar se será possível que o Brasil continue, e não haja ninguém para tomar uma providência? Por exemplo: a floresta, devido ao tal estouro da CAPEMI, não foi retirada, e V. Ex^e mesmo declarou aqui, que, por causa disto, estão exportando as toras em prejuízo dos madeireiros do seu Estado que investiram em serrarias para exportar a madeira trabalhada, quando há uma autorização para exportar em toras. E, ainda se quer destruir o resto da floresta, ou o que ainda não tiraram que, talvez, seja maior do que o que já foi tirado, à custa de pó importado — o pó é importado, não o fabricamos aqui. Nobre Senador Hélio Gueiros, atrasar a inauguração ou o fechamento do lago de Tucuruí, não traria prejuízo maior a este País do que o prejuízo que temos em não retirar aquela madeira, porque energia para o seu Estado, nobre Senador, a Usina de Sobradinho e mais a de Itaparica, que está sendo construída, com o linhão que está montado desde Sobradinho até Belém, poderia aguentar cinco anos de fornecimento de energia enquanto, não uma nova CAPEMI mas os madeireiros do Pará, retirasse essa madeira. Ao tempo que estamos pedindo uma trégua ao FMI, vamos pedir uma trégua à ELETROBRÁS, de três anos, para que os madeireiros da terra de V. Ex^e se organizem e retirem a madeira, porque ainda há tempo, e creio que não há necessidade e nem urgência da inauguração da Usina de Tucuruí, quando no Pará há uma linha capaz de levar energia, por cinco anos mais, para o desenvolvimento daquela região. Era o que eu queria acrescentar ao discurso de V. Ex^e.

O SR. HÉLIO GUEIROS — V. Ex^e, nobre Senador Alberto Silva, tem razão quando não julga tão imediata e urgente a inauguração da Hidroelétrica de Tucuruí. Até porque, eminentes Senador, saiba V. Ex^e que a Hidroelétrica de Tucuruí foi construída para atender às necessidades da ALBRÁS e da ALUNORTE, que iriam beneficiar a baixada originária do rio Trombetas, e posteriormente a alumina. Quando o Governo começou a implantar a ALBRÁS e ALUNORTE, no município de Barcarena, no meu Estado, uma multinacional, a ALCOA, resolveu fazer concorrência ao Governo do Brasil, montando a mesmíssima coisa em São Luís. Por sinal, a população de São Luís se rebelou, pois realmente se trata de uma indústria altamente poluente, foi para as ruas, houve quebra-quebra, houve muita confusão, mas o fato é que a ALCOA está se instalando em São Luís.

O pior, nobre Senador Alberto Silva, é que a ALCOA, com o beneplácito do Governo Federal, não se sabe como, vai fazer concorrência a ele próprio, pois a ALBRÁS e a ALUNORTE são subsidiárias da Vale do Rio Doce, e está oferecendo à ALBRÁS, alumina a preço inferior ao do mercado internacional. Ora, nobre Senador, de esmola grande cego deve desconfiar. Mas, o Brasil não desconfia que a multinacional está ali para prejudicar a implantação do projeto de alumina e alumínio no Estado do Pará, que são legitimamente nacionais. Retiro o legitimamente, porque há parceiros nipônicos, mas, de qualquer forma, a maioria é da Companhia Vale do Rio Doce. O fato é que não está sendo considerada urgente, para o Brasil, a implantação dos dois projetos, porque a ALCOA está pretendendo fornecer alumina a preço abaixo da cotação do mercado internacional, para a Vale do Rio Doce.

Isso é apenas para mostrar que V. Ex^e tem razão quando diz que não é tão urgente a inauguração da Usina de Tucuruí, embora saibamos que será uma decepção para

o povo do meu Estado, se por motivos menores essa usina não se inaugurar. Afinal de contas, já sofremos muito por causa dessa construção, já tivemos muitos problemas de infra-estrutura, de educação, saúde, segurança, etc, e queremos, é claro, a inauguração imediata de Tucuruí. Mas, V. Ex^a tem razão quando adverte para os perigos de uma inauguração apressada, porque, embora se diga que a mata submersa não vai provocar ácidos e problemas para a turbina, a verdade é que a experiência é outra, inclusive no meu Estado. Nós temos a Hidrelétrica de Curuá-Una, eminentes Senador Alberto Silva, cujo reservatório não foi desmatado, com capacidade para 25 mil quilowatts. Agora, as turbinas se deterioraram por causa da ação dos ácidos, e a nossa CELPA, a Centrais Elétricas do Pará, teve que gastar 2 ou 3 bilhões de cruzeiros com capamento das turbinas de Curuá-Una. Ora, se as modestas turbinas de Curuá-Una exigiram um reparo de 3 bilhões de cruzeiros, imagine V. Ex^a, turbinas de 3 milhões e 7 milhões de quilowatts como as de Tucuruí. De modo que é um risco muito grande que a ELETRO NORTE está assumindo, fazendo a inundação do reservatório mesmo sem o desmatamento. E talvez seja por isso, eminentes Senador Alberto Silva, que ela agora esteja usando o agente laranja, essa dioxina para desfolhar as matas, para evitar que mais tarde surjam esses problemas.

Mas Sr. Presidente e Srs. Senadores, a essa denúncia eu apenas faço eco, porque ela é de autoria do presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, que está denunciando à Nação, embora sem muita repercussão, que a ELETRO NORTE, ou seja lá quem for, está usando a dioxina, ou agente laranja, para fazer o desmatamento do reservatório de Tucuruí, reservatório que não foi desmatado por falcatruas e irregularidades praticadas pela CAPEMI. E, agora, o povo do Pará, que já sofreu todos esses prejuízos, está sob o risco de ter a sua saúde comprometida com a presença, nas águas dos rios do meu Estado, dessa terrível dioxina.

Era a denúncia que eu queria dar eco, aqui, no Congresso Nacional, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — João Castelo — João Lobo — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Derval de Paiva — Roberto Campos — José Fragelli — Enéas Faia — Jorge Bornhausen — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 1983

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 51, § 3º, in fine, da Constituição — 2ª Sessão.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1983 (nº 946/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil e dá outras providências", e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980, tendo

PARECERES ORAIS, favoráveis, proferidos em Plenário, das Comissões:

- de Economia; e
- de Finanças.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Hélio Gueiros — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É evidente a falta de *quorum* em plenário, entretanto, a lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Portanto, vou acionar as campainhas chamando os Srs. Senadores para que compareçam ao plenário.

A sessão será suspensa por 10 minutos.

(Suspensa às 16 horas e 5 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de *quorum* em plenário, a Presidência se dispensa de proceder a verificação. A votação da matéria fica adiada para a próxima sessão ordinária.

Em razão disso, os demais itens da pauta, nºs 2 a 7, cegas matérias, Requerimento nº 793/83; Projetos de Lei do Senado nºs 280/80; 39, 70 e 21/83; e 337/81, têm sua apreciação adiada para a sessão ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estava inscrito para falar no último dia 12, quando fomos surpreendidos pelo inesperado e violento impacto relativo à enfermidade que atingiu o nosso Presidente, Senador Nilo Coelho.

Pretendia analisar alguns aspectos do Seminário sobre o Papel do Poder Legislativo numa Democracia Moderna, iniciativa promovida por ele, reveladora da sua preocupação fundamental, no decorrer de sua trajetória política, ou seja, o aprimoramento, a valorização e o crescente prestígio do Congresso Nacional.

Fiel a essa arraigada convicção, que tem norteado o seu desempenho político, o Senador Nilo Coelho deu uma demonstração desse seu propósito, logo ao assumir a Presidência do Senado Federal, quando pronunciou memorável discurso, de repercussão nacional, manifestando a sua inabalável posição no primado da política, sobre a tecnoburocracia.

Desde então, a sua coerência, revelada em várias oportunidades, proporcionou o respeito e a admiração dos seus colegas e do povo brasileiro.

Amigo e seu velho companheiro, desde longos anos, quando, juntos, cursamos a tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, já conhecia os atributos que caracterizavam a sua personalidade como homem de convicções firmes, corajoso e combativo.

Foi surpreendente verificar, em toda a sua amplitude, como repercutiu, em todos os setores, a ocorrência que o vitimou, deixando sensibilizados, não só os seus

colegas da Câmara e do Senado, sem qualquer colocação partidária, assim como a opinião pública de todo País.

Passo agora, a formular o pronunciamento que deveria ter feito na quinta-feira passada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador José Lins.

O Sr. José Lins — V. Ex^a tem razão. Todos nós sentimos a doença do nosso Presidente Nilo Coelho. Há poucos minutos mantive contato com Dona Maria Tereza, sua senhora, e com os seus familiares, em São Paulo, e, graças a Deus, o Senador Nilo Coelho passa bem, está-se recuperando, e, se Deus quiser, dentro de alguns dias estará de volta ao nosso convívio. São os votos que eu, V. Ex^a e todos nós fazemos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Grato a V. Ex^a, eminente Senador José Lins. Também, hoje, tive oportunidade de telefonar para lá e tive a satisfação em saber que o Senador Nilo Coelho está se recuperando. Confio em Deus que, dentro em breve ele estará, novamente, entre nós.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado Federal e o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América do Norte promoveram, conjuntamente, no decorrer de três dias de proveitoso intercâmbio de informações e de secundos debates, um magnífico Seminário sobre o Papel do Poder Legislativo numa Democracia Moderna.

Os trabalhos do Seminário, realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, durante os dias 20, 21 e 22 de setembro passado, tiveram como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senadores Nilo Coelho e Henrique Santillo.

O Ministro Harry Kopp, em nome da Embaixada dos Estados Unidos e do Serviço de Divulgação e Relações Culturais (USIS), apresentou os três conferencistas norte-americanos, especialmente credenciados — o ex-Senador Robert Griffin, e os Professores Walter Oleszek e Roger Davidson, da Divisão de Pesquisas da Biblioteca do Congresso Americano, sendo todos renomados cientistas políticos, comprovadamente talentosos, experientes e dotados de excepcional cultura.

Os eminentes conferencistas apresentaram, nos parâmetros estabelecidos pelo Seminário, uma ampla e profunda avaliação da situação atual do Congresso Norte-Americano, versando sobre os mais variados ângulos, problemas específicos de natureza estrutural, a organização, o funcionamento global, o desempenho das comissões, o processo legislativo, as técnicas e procedimentos básicos, o controle do Orçamento e da Política Externa, as atividades legislativas, a atuação dos partidos políticos e dos congressistas, em geral, o relacionamento com os Poderes Executivo e Judiciário, a Suprema Corte, a Imprensa, a Opinião Pública e os Grupos de Interesse.

As exposições formuladas pelos professores Griffin, Oleszek e Davidson foram analisadas e debatidas pelos seguintes comentaristas brasileiros: os Professores Cândido Mendes, Josaphat Marinho, Orlando Carvalho, Vamireh Chacon e Walter Costa Porto; os Deputados federais Freitas Nobre e Pratini de Moraes; e pelos Senadores Roberto Campos e Severo Gomes.

Seria impossível resumir, nos limites preestabelecidos deste pronunciamento, a densidade técnico-cultural, ou simplesmente informativa daquele Seminário recém-encerrado, que proporcionou um brilhante, convincente e útil diálogo, travado a respeito da transcendental missão do Poder Legislativo no cenário atual das realidades brasileiras e norte-americanas, as quais, por sua vez, se inter-relacionam no contexto mais amplo de uma con-

juntura internacional saturada de impasses de toda a ordem, que se traduzem, sobretudo, nos países subdesenvolvidos, no trágico círculo vicioso da hiperinflação, do desemprego, da recessão, dos perigosos conflitos e tensões sociais geradoras de regimes ditatoriais, e do espectro das guerras civis que já ensangüentaram diversos países.

Como é natural, o Serviço Gráfico do Senado Federal deverá editar os trabalhos do Seminário, proporcionando, destarte, valiosos subsídios e informações de grande utilidade para os parlamentares, cientistas políticos, sociólogos, técnicos, administradores, e estudiosos em geral, ou seja, todos quantos, direta ou indiretamente, se interessam pelo aprimoramento e bom desempenho do Poder Legislativo.

Mas, nesta oportunidade, desejo primordialmente, acentuar a excepcional categoria e valor cultural do discurso pronunciado pelo Senador Nilo Coelho ao ensejo da inauguração do Seminário.

Calorosamente aplaudido pelos participantes inscritos, — dentre os quais convém assinalar a presença de numerosos professores universitários, autoridades e parlamentares de todos os Partidos, — o Senador Nilo Coelho proferiu, na verdade, uma autêntica e sucinta conferência sobre o panorama e as perspectivas do Poder Legislativo, nesta fase turbulenta da História contemporânea, quando as oscilações e impactos conjunturais, a nível planetário, ameaçam a própria sobrevivência das instituições parlamentares.

Com realismo e eloquência, o Senador Nilo Coelho fez questão de asseverar: "... é minha inabalável convicção a de que o Executivo só é realmente forte, conseguinte e legítimo, se tiver, como parceiros de Poder, um Legislativo na plenitude de suas prerrogativas e um Judiciário na mais ampla e absoluta independência e liberdade".

E, mais adiante, em seu pronunciamento, o Senador Nilo Coelho relembrava um axioma da sabedoria popular, que diz:

"Ninguém é tão rico que não possa receber, nem tão pobre que não possa dar, nem tão sábio que não possa aprender algo mais."

A fim de justificar a sua iniciativa ao promover a realização do Seminário sobre o papel do Poder Legislativo numa Democracia moderna, mas, deixou bem claro que "o povo brasileiro não desejava copiar quaisquer modelos alienígenas porque não é papel carbono de nenhum outro povo".

Finalmente, ao declarar iniciados os trabalhos do Seminário, o Senador Nilo Coelho reverenciou a memória do inesquecível Senador Auro Moura Andrade, cujo desempenho como Presidente do Senado Federal adquiriu dimensões de grandeza histórica.

São estas as razões que me levam a solicitar a incorporação do discurso do Senador Nilo Coelho ao texto destas breves considerações e, ao mesmo tempo, congratular-me com o Senado Federal pela ressonância e êxito integral do Seminário sobre o Papel do Poder Legislativo numa Democracia Moderna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O SR. NILO COELHO — É com muita alegria e esperança que saúdo os participantes deste Seminário sobre "O Papel do Poder Legislativo numa Democracia Moderna", promovido pelo Senado Federal e o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América, aqui representado pelo Ministro Harry Kopp.

Este encontro é um dos eventos mais auspiciosos para a comunidade parlamentar brasileira, para os servidores

da Casa e estudiosos de ciências políticas, não somente pelo nível elevado de competência do auditório e dos comunicadores, mas também pela perspectiva que se abre ao nosso maior entrosamento com os sistemas parlamentares e legislativos de outros países do mundo.

Ao proceder à abertura deste seminário, lanço os olhos para o mapa da América Latina e constrange-me constatar que o Poder Legislativo inexiste em vários países e em outros não exerce papel relevante.

Aqui no Brasil ele ainda se encontra um tanto mutilado de suas prerrogativas fundamentais, deixando, assim, de cumprir algumas de suas mais importantes finalidades no definir dos rumos da vida nacional. Por esta razão, está isento do mérito de algumas veredas tortuosas por que passa a Nação na atualidade.

Os povos, como os indivíduos, têm suas próprias e diferenciadas impressões digitais. Cada qual busca ou deve buscar a forma democrática de governo mais consonante com as suas características de cultura, etnia e ambição social. Pouco importa o sistema de governo. O essencial, por ser fundamentalmente legítimo é que garanta voz e poder ao povo.

Não tenho receio, como alguns puristas liberais, de adjetivar a democracia, ou os sistemas democráticos de governo, embora acredite que fora de certos limites e características ela "existe ou não existe", "é ou não é". Existindo a democracia, pode classificar-se em diversas modalidades: A democracia parlamentarista monárquica, como a britânica ou a espanhola; a parlamentarista republicana, como a alemã federal ou a italiana; a presidencialista, como a americana; ou a híbrida, como a francesa.

Existem democracias recentes, antigas e modernas, mas não se pode conceber e implantar um modelo único capaz de servir a contento todas as nações, em suas diferentes características e estágios de evolução política e social.

E o que mais caracteriza a existência e o nível de aperfeiçoamento de uma democracia é a legitimidade com que o povo exerce a sua voz e o seu poder soberano do processo regulador da sociedade, em suas interrelações de direitos e deveres, nos diversos níveis da estrutura social, no harmonioso equilíbrio entre os poderes constituídos. A saúde e a vitalidade de um sistema democrático podem ser avaliados pelo nível de desempenho e autonomia do Poder Legislativo na sinfonia que executa com os demais poderes.

Os países regidos por esse princípio desmentem a tese de que o Legislativo no mundo esteja em crise. E é inteiramente falso que um planejamento forte exija, como contrapartida, um governo fraco. Sólido é o sistema parlamentar da Grã-Bretanha, onde a Primeira-Ministra é conhecida como a "Dama de Ferro". A República Federal da Alemanha saiu de um monte imensurável de escombros e ruínas a que se viu empurrada por um ferreiro regime ditatorial, para construir, sob o regime democrático, uma era de admirável grandeza econômica e progresso social para o seu povo.

O mesmo ocorreu com o Japão, onde a autocracia e o absolutismo imperial deram vez à vontade e mando do povo, ainda traumatizado pela experiência nuclear.

Esses exemplos são de nações que adotaram o sistema parlamentar de governo. Isto não significa, no entanto, que nos regimes presidencialistas, o Poder Legislativo tenha, necessariamente, de perder substância. O próprio sistema tem os seus mecanismos reguladores e de controlar os excessos ou abuso de poder da autoridade, como no exemplo recente dos Estados Unidos, onde Richard Nixon que, segundo abalizado depoimento de um cientista político, chegou a concentrar poderes equivalentes a um imperador romano, e se viu compelido à renúncia, quando o Senado resolveu investigar o abuso de poder cometido pelo Presidente.

É minha inabalável convicção de que o Executivo só é realmente forte, consequente e legítimo, se tiver, como parceiros de poder, um Legislativo na plenitude de suas prerrogativas e um Judiciário na mais ampla e absoluta independência e liberdade.

E o povo, que o Parlamento encarna, é a única fonte de poder legal e de autoridade legítima; este princípio, que está em nossa Constituição, não carece, como os teoremas, de prova de verdade; esta comprovação decorre da própria sabedoria e da experiência da humanidade. Creio, pois, profundamente equivocados, os que buscam fora do poder do Parlamento, onde a Nação está diretamente ou intimamente representada, a implantação do processo político e seu contínuo aperfeiçoamento.

Não é o Estado que outorga à Nação o direito de ser democrática. Se assim fosse, ele, o Estado, se colocaria acima da sociedade, da qual resulta. E quando assim acontece, o povo se vê usurpado do poder pela tirania.

Considero da maior importância a realização deste seminário, cujos temas devem merecer toda a reflexão e inteligência dos numerosos participantes que aqui se reúnem em torno de conferencistas e debatedores do mais elevado gabarito nacional e internacional.

Aqui temos, entre nós, um parlamentar que passou mais de 20 anos no Capitólio, exercendo sucessivos mandatos eletivos, o Senador Robert Griffin, também professor de Ciência Política.

Mais dois grandes homens da Ciência Política na América acompanham nas exposições que ouviremos: são os professores Roger Davidson e Walter Oleszek, freqüentemente convidados para conferências em todos países do mundo.

Estamos bem lembrados que nos Estados Unidos e não só da França vieram as maiores e mais constantes inspirações constitucionais do Brasil, uma ligada intimamente à outra: não esqueçamos que a Revolução Americana antecede à Revolução Francesa de 1789. O historiador francês Pierre Gaxotte foi dos primeiros a apontar até uma influência daquela sobre esta, inclusive através dos contatos dos primeiros embaixadores dos Estados Unidos em Paris, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, com os conspiradores, principalmente girondinos.

Trata-se de algo mais que um mero detalhe histórico. A constituição americana está em vésperas de comemorar seu bicentenário, votada e proclamada que foi em 1787, portanto a mais antiga em vigência até hoje, se levarmos em conta que a Constituição inglesa consta, na realidade, de sucessivos documentos, começando pela "Magna Carta" desde 1215. E, outro pormenor de grande significado, a constituição de 1787 continua a ser a mais sintética e concisa que o mundo já conheceu, em seus sóbrios seis artigos e muito mais numerosas emendas que não lhe alteram o texto original, lição de realismo e prudência.

Do nosso lado, para comentar as palestras, num comparativo com as nossas concepções e convicções políticas e experiência parlamentar, temos um elenco de debatedores bastante representativo de nossa comunidade parlamentar e docente universitária:

Professor Vamireh Chacon, escritor e professor universitário;

O eminentíssimo Professor Josaphat Marinho, ex-Senador, grande jurista, e também professor de Ciência Política;

Senador Roberto Campos, um dos maiores nomes da Economia e da Administração;

Professor Walter Costa Porto, professor, jurista e escritor de temas políticos;

O eminentíssimo Deputado Freitas Nobre, hábil e experiente parlamentar no campo das lideranças e do processo legislativo;

Deputado Prajáni de Moraes, ex-Ministro, com várias missões e estudos e trabalhos oficiais no exterior, um admirável currículo;

Professor Cândido Mendes de Almeida, advogado, professor e reitor universitário, membro e dirigente de várias organizações internacionais relacionadas com o estudo da Ciência Política;

Senador Severo Gomes, também ex-Ministro, empresário, com uma grande folha de serviços prestados ao País;

Professor Orlando M. Carvalho, também um grande nome do cenário e da cultura brasileira.

Assim como nos debates temos alternadamente consciências de apoio e de oposição ao Governo, também na Presidência dos trabalhos a oposição e a situação se alternarão num exemplo salutar de exercício democrático, evitando, em qualquer caso, que este encontro se transforme em manifestação política alheia aos objetivos deste encontro, que deve buscar o intercâmbio de experiências e convicções, visando o aperfeiçoamento parlamentar e legislativo.

Todos esperamos que as idéias lançadas neste seminário e os debates dele decorrentes se constituam em valiosos subsídios para o aprimoramento de nossas instituições e de nossa consciência política;

Lembro, neste momento, uma afirmação da sabedoria popular que diz:

"ninguém é tão rico que não possa receber, nem tão pobre que não possa dar; nem tão sábio que não possa aprender algo mais."

Sem copiar modelos, mesmo porque o povo brasileiro não é papel carbono de nenhum outro povo, útil será conhecer, mais profundamente, as experiências alheias, para evitar erros desnecessários e garantir seguras conquistas.

O Senado recebe, com muita alegria e hospitalidade, todos os participantes deste encontro, aos quais, nacionais e estrangeiros, deseja pleno sucesso nos trabalhos que agora se iniciam no âmbito do Direito Constitucional.

O Brasil é um País vocacionado para o diálogo, assim o tem atestado a história de nossa formação, independência política e consolidação de seu espaço territorial.

A nossa feição nacional está delineada em nossos sentimentos de amor à paz, de respeito ao direito universal de autonomia dos povos, na solidariedade humana, no trabalho honesto e no culto dos valores espirituais peregrinos do Cristianismo. Nas amérias somos o país de maior extensão de fronteiras com diferentes nações com as quais, ao longo dos séculos, vivemos num relacionamento amistoso e fraterno, e num clima salutar de respeito mútuo.

Somos um povo que acredita no deus que é a chave do Universo e a incógnita dos problemas insolúveis, no Deus que é a harmonia entre as desordens da criação, que resplandece na santidade dos justos e troveja na consciência dos maus, que semeia na inocência das crianças e colhe na experiência dos velhos.

Hão de passar no vórtice dos tempos as idéias, os sistemas, as escolas, as filosofias, os governos, as raças e as civilizações, só a intuição de Deus não cessa de explodir no fundo invisível do pensamento, como o mais remoto dos astros nas profundezas do etér. Primeiro percerá à humanidade que deixar de ver aceso na estrema do horizonte esse ponto luminoso.

Com esta concepção expressou-se Rui Barbosa, dirigindo-se aos moços do Colégio Anchieta, em 1903, definiu a Constituição como a "miniatura política da fisionomia de uma nacionalidade", e a americana, que é a constituição vigente mais antiga, com quase 200 anos, como "o maior artefato político da inteligência humana".

Mas em qualquer país, como disse Moura Andrade, que hoje o Senado reverencia a sua memória pode-se afirmar do Poder Legislativo: "Somos um Poder sem armas, não podemos oprimir, não temos tesouros para corromper consciências, mas somos a última trincheira

dos homens livres, nascemos das lutas dos povos contra a tirania e a opressão".

Declaro aberto este seminário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — (PDS — PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão de orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estou feliz em poder ler para esta Casa, o telex que recebi dando conta de uma providência que havíamos pedido desta tribuna. Fizemos, há dias, apelo à direção do Banco do Brasil, ou do Banco Central para que diminuíssem aquelas exigências desumâneas que eram impostas àqueles lavradores, àqueles ruralistas do Semi-árido nordestino, para fazer assunção das suas dívidas, isto é, para ter as suas dívidas prorrogadas. O Banco do Brasil exigia nada menos do que doze certidões, o que tornava quase que impraticável a consecção destes acordos, destes entendimentos, dessas prorrogações. Hoje, recebi um telex nos seguintes termos:

Do: Banco do Brasil S/A. — Diretoria de Crédito Rural — Brasília/DF.

Para: Senado Federal — Nesta
Telex Dirur 83/2671, de 4-10-83

Exmo. Sr.
Senador João Lobo
Nesta

Como forma de agilizar a prorrogação dos débitos dos produtores rurais prejudicados pela seca e atendendo reivindicação de V. Ex*, comunico que o banco autorizou as seguintes medidas, exclusivamente para os clientes que não tenham cometido irregularidades no curso das operações:

A) Suspensão de registro em cartório, que só será efetivado em época futura.

B) Dispensa de todas as certidões.

Cordial abraço,
Alessio Vaz Primo — Diretor de Crédito Rural.

Sr. Presidente, eu, como disse no início do meu discurso, estou sensibilizado por ter conseguido que o Banco do Brasil mudasse as instruções iniciais, mas quero, talvez encorajado por esse atendimento, enfatizar que essa medida deve atingir a todos, e não somente àqueles que nunca tiveram nenhuma irregularidade, ao longo da sua vida bancária, das suas operações com o Banco do Brasil.

Nós estamos com cinco anos consecutivos, quatro anos de inclemência naquela região e não seria de se estranhar que um ou outro lavrador tivesse cometido alguma inadimplência, alguma irregularidade. Já que se vai fazer a assunção desses débitos, a prorrogação desses débitos, que se façam a dispensa de certidões para todos os devedores do Semi-árido nordestino.

Sr. Presidente, voltei, agora, da minha região e não sei como aquele povo continua vivendo ainda. Chegou-se ao fim de quase tudo, até da resistência física, para suportarem o sofrimento, a pobreza e a falta d'água, e nada de sinal de chuva. As aguadas todas, sem excessão, secaram e não há sinal de chuva. Apenas ligeiros morrinhos tentam alegrar ou despertar alguma esperança no coração daquela gente.

Assim mesmo, já surgiu, naquele povo, um pouco de esperança, uma certa fé no futuro, fé em Deus, principalmente, de que as chuvas voltarão a cair e, junto a isto, vem a preocupação daquele povo. Como eles irão plantar novamente suas roças? Porque não sobraram sementes de nada, não há sementes de milho, não há sementes de arroz, não há nada para se fazer o plantio na época própria, se vier a chover agora, em novembro ou dezembro. Então eu queria pedir, neste momento, às auto-

ridades do Ministério da Agricultura que agilizem, que providenciem a distribuição de sementes nos postos próximos para isto. E também pedir à Direção do Banco do Brasil que inicie os financiamentos do cesteio. O cesteio do Banco do Brasil está suspenso, aquela gente não tem meios de preparar suas terras, suas roças, para receber o plantio quando as chuvas chegarem.

O Banco do Brasil ainda não providenciou os financiamentos de cesteio da safra. E não há indicação, nas agências, de quando serão iniciados esses financiamentos.

Sr. Presidente, esperamos que ainda chova. Mesmo com o inverno fraco neste ano, temos certeza de que no Nordeste ainda choverá, mas vai pegar toda aquela infra-estrutura destruída, com os lavradores sem nenhuma condição de prepararem suas terras, porque eles precisam do cesteio agrícola para comer e dar o dia de serviço em suas roças. Se o Banco do Brasil não acudir imediatamente àquelas populações com os cesteios próprios, nada se plantará no Nordeste nesse próximo inverno.

Mesmo assim, com os cesteios, é indispensável, é imprescindível que o Ministério da Agricultura providencie a distribuição de sementes de algodão, sementes de milho, sementes de arroz, enfim, de todas aquelas lavouras que praticamos na região do semi-árido, porque tudo que havia já foi comido, já foi dispersado. Nenhum lavrador tem sementes no seu paoi para plantar as safras que se aproximam.

Sr. Presidente, eu queria ter a sorte de ser atendido nestas reivindicações pelas autoridades competentes. E através do Senado, da voz que ainda podemos levantar em benefício daquela Região, pedir às autoridades que cuidem urgentemente de atender às necessidades mínimas daquelas populações.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O desvendamento e aguçamento da crise do estilo de desenvolvimento brasileiro e as novas perspectivas abertas com a mudança política de 1982 — permitindo ao povo do Paraná expressar suas reais aspirações e esperanças — tiveram o condão de despertar o nosso Estado para um futuro mais realista e diverso daquele que nos tentaram impor. E nesse despertar, o Governo Richa procura expressar tais anseios através de seu Plano de Ação para 1983-1986.

Aí se encontra uma síntese do que, verdadeiramente, o povo do Paraná deseja e necessita; e ela corresponde não às concepções tecnocráticas solitariamente instaladas nos gabinetes da Capital, mas ao resultado do diálogo, denso, direto, atento, entre os homens de partido e os mais variados segmentos da população, ao longo da campanha política de renovação.

E tem um cuidado essencial, digno, em não contrapor promessas vãs a esperanças reais. Desde logo, o Plano de Ação — como voz aberta e franca do novo Governo — traça seus próprios limites, ao reconhecer que "é formulado e será executado dentro de um federalismo sufocante, que centraliza em mãos do Governo Federal os instrumentos políticos, financeiros e legais que podem, efetivamente, levar a mudanças profundas e duradouras". Isto implica em reconhecer, honestamente, que o Estado pode traçar suas políticas dentro de certos marcos, com inventividade e atitudes firmes, mas não pode conceber-las e pô-las em prática desconhecendo as severas restrições que lhe impõem o centralismo federal e a dependência fiscal e financeira no que se refere aos recursos estratégicos para fazê-lo.

Seu ponto de partida é exatamente o desafio de propor-se uma nova concepção a respeito do papel do Governo Estadual no desenvolvimento paranaense frente à realidade de que 85% da receita do ICM é comprometida com gastos de pessoal e de que a capacidade de investimentos governamentais declinou, entre 1978 e 1982, de 45% para 29% das receitas diretas. E de reconhecer que, ainda quando representem apenas 14% das receitas do Tesouro, as Transferências Federais constituem recursos de elevado valor estratégico, para a realização dos programas fundamentais de fomento econômico e de ampliação dos serviços sociais básicos.

Entretanto, ao assumir que é possível, com um novo enfoque de governo, redirecionar a ação estadual para objetivos politicamente legítimos, leva em conta que, no campo econômico-social, "o caráter mutável de algumas políticas fundamentais, ligadas à atividade econômica, ao nível de emprego e às bases de financiamento governamental, gera incertezas que impedem a prospecção realista do futuro, mesmo o mais imediato".

Isto, em lugar de ocasionar desalento ou inibição, mais aguça o ímpeto de inovar e de buscar soluções alternativas e não-convenicionais, somente viáveis, quando apoiada em amplo respaldo dos diferentes setores da sociedade. É o que fica patente no capítulo do Plano em que se expressam as linhas do *Paraná que Desejamos*; ali se colocam como requisitos hierarquicamente maiores o aumento da representatividade política do Estado, a luta pela redefinição das relações da economia brasileira com a economia mundial e pela redução das disparidades sociais e regionais, a atenção enfatizada aos segmentos sociais mais carentes, o fortalecimento das pequenas e médias empresas e a adoção de padrões tecnológicos apropriados que privilegiam o trabalho, respeitem os limites do ambiente natural e reforcem a autonomia do Paraná.

Ou seja, em primeiro plano se coloca como base fundamental da ação de governo, o incremento de sua própria representatividade e legitimidade. A ser alcançada em dois setores principais: a prática democrática e a melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Nesse primeiro setor se expressam conquistas básicas como a crescente democratização do exercício do poder, a abertura de maiores espaços e instrumentos para a participação comunitária, a prática de máxima austeridade, parcimônia e respeito no trato da coisa pública e uma franca abertura do Governo à fiscalização e ao controle público.

E no segundo, os conteúdos de ação que visam a inovar a tecnologia de governo para melhor gerar e distribuir os benefícios do desenvolvimento. E neste aspecto vai o que há de novo da proposta de governo: "ousar e inovar nas formas pelas quais o Estado enfrenta os problemas e os resolve", e no "criar ou desenvolver novas tecnologias de intervenção, mais apropriadas à quantidade e ao tipo de recursos e limitações típicas do Paraná". Atitude com as quais se possam ampliar a capacidade de gerar empregos, preservar as escala humanas de produção, respeitar as limitações do meio ambiente, utilizar fatores mais abundantes e diminuir a dependência do sistema econômico paranaense.

Um cuidado especial, neste Plano, é dado ao conteúdo e ao enfoque dos problemas estaduais, na linha de que perguntas bem formuladas resolvem metade do esforço de boas respostas. Não cabe aqui ressaltar mais do que nos pontos mais cadentes deste diagnóstico. Em primeiro lugar, a constatação de que o crescimento econômico e a consolidação infra-estrutural do Paraná, se foram notáveis e, em alguns casos, até espetaculares, não permitiram elevar significativa e suficientemente os padrões de vida da maioria da população do Estado. Mesmo havendo se tornado uma das regiões agrícolas mais produtivas e mais modernas do País, não foi capaz de evitar o acirramento da concentração fundiária, o desemprego e a

emigração de grandes contingentes de força de trabalho rural. E que a urbanização consequente a esse aprofundamento da questão agrária trouxe mais ônus e desequilíbrios do que pode enfrentar um estilo de crescimento como o que foi praticado.

No caso da meta de industrialização, em particular, apontam-se os problemas capitais. De um lado, a ilusão de que, apenas com indústrias altamente sofisticadas tecnologicamente e apoiadas em captação externa de capitais, seria possível alcançar uma base estável de desenvolvimento para o Estado. De outro, o equívoco correspondente, de que, concentrando esse processo em alguns polos privilegiados, realizar-se-iam efeitos dinamizadores sobre o conjunto da economia regional. Ao cabo, o que se obteve, foi uma estrutura ainda mais segmentada e compartmentalizada, em que se acentuam os desequilíbrios intrarregionais. Basta ver que, entre 1970-1980, a Região Metropolitana de Curitiba aumentou sua participação no Valor Agregado e no volume de População Ocupada, no setor industrial, de, respectivamente 35% e 33%, para 53% e 42%; enquanto isso, os três polos industriais do interior (Maringá, Londrina e Ponta Grossa) viram declinar sua participação no Valor Agregado, de 37% em 1975, para menos de 25% atualmente.

Tudo isto implicou em, de um lado, retirar da agropecuária um potencial empregador essencial, sem criar, de outro, uma efetiva capacidade de absorção de força de trabalho nas cidades. Como resultado, o efetivo de "bóias-friás" alcançou a cifra de 450 mil pessoas, atualmente, enquanto o desemprego urbano chega a atingir, hoje, a 9,3% da força de trabalho, ou o equivalente a cerca de 292 mil trabalhadores.

Ademais, a distribuição desigual dos frutos do crescimento, a excludência da modernização agrícola, o caráter inevitavelmente incompleto da industrialização hiperconcentrada provocaram limitações graves a uma redistribuição da renda e do bem estar, além de restrições fiscais que impedem ao Governo, arrecadar o suficiente para prover os investimentos infra-estruturais e sociais que, indiretamente, compensassem estes limites.

Daí que o Plano de Ação tenha, como propósitos principais, medidas voltadas ao fomento econômico e à implantação de infra-estruturas visando à criação de empregos, ao atendimento das necessidades básicas da população — em especial, aos seus segmentos menos beneficiados; e um estilo de gestão do aparelho governamental pautado pela democratização de seu exercício e pela participação e controle pela comunidade de seu processamento.

Neste aspecto, cabe destacar a concepção estratégica adotada para levar a cabo estes desideratos. À concepção elitista de industrialização enquadrada, se contrapõe um intento de integrar e equilibrar o fomento aos setores básicos mais avançados, com os não-básicos, que devem ser estimulados a auferir os benefícios de indução potencializados pelos primeiros. O que leva à questão de se incrementar o papel do complexo agroindustrial e de construção civil, no lado urbano, em apoio a uma revisão da política agrícola estadual, que será voltada mais enfaticamente para os segmentos de abastecimento e suprimento de matérias-primas, notadamente do ramo de alimentos básicos; com menor empenho na agricultura de substituição energética e de exportação, já fortemente apoiada pelo Governo Federal.

No capítulo das propostas concretas, que permitem pôr em marcha essa estratégia, vale salientar, no momento, as seguintes linhas fundamentais:

a) o estabelecimento de uma política de abastecimento articulada à política agrícola do setor público; a que se associarão programas de desenvolvimento da produção de bens alimentares a nível local; e a promoção de uma política fundiária voltada para ampliar o acesso à terra e à preservação da pequena e média unidade de produção.

b) a reorientação da política de fomento industrial e do setor terciário com novo dimensionamento e articulação das agências estaduais de apoio técnico e econômico-financeiro, para estimular a geração de novos empregos diretos e indiretos.

c) a mudança de concepção das políticas de transportes, que enfatiza o papel das rodovias alimentadoras, das redes municipais de escoamento direto das áreas produtoras e dos novos padrões construtivos e técnicos de expansão da malha viária; e em especial, que inclui a preocupação com o potencial dos sistemas hidroviários;

d) o destaque atribuído à conquista de um sistema aceitável de compensações ao Estado pela perda de áreas por inundação decorrente das grandes barragens como Itaipu; à busca de formas alternativas de geração e utilização de energia e à ampla extensão da eletrificação rural.

e) a inclusão de políticas de meio ambiente como peça fundamental na preservação de recursos naturais — base real da economia do Parná — com enfoque voltado para a dimensão, uso do solo, em lugar de concepções de mera engenharia corretiva, cara e inócuas; associadas a definições mais claras com respeito à distribuição especial das atividades econômicas e à racionalização do processo urbanizatório.

Sem dúvida, mereceram destaque, ainda, as medidas previstas para os setores sociais, em educação, saúde, nutrição, habitação e saneamento. Entretanto, este conjunto, pela sua dimensão dentro do Plano e pelas orientações políticas e técnicas que lhe são imprimidas, por si só já dá uma medida da preocupação fundamentalmente equalitária e de cuidado com o homem em que se baseia todo o propósito de melhoria das condições de vida do paranaense.

Dante desta sistematização de idéias, concepções, definições políticas e programáticas, cabe a cada paranaense, ponderar e engajar-se num projeto de reorientação do estilo de desenvolvimento do Estado. Já não tem pertinência olhar para trás e lamentar tudo que deveria ter sido feito e não o foi. Importa, isto sim, olhar para o futuro e começar desde logo a construir, a partir deste Plano de Ação 1983-1986, que, em verdade, aponta o rumo a um novo Paraná.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concordo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dia 15 do corrente é para mim, especialmente, e para todos nós, por que não dizer, uma data bastante significativa. Comemora-se, naquele dia 15 de outubro a data consagrada ao Professor.

Como antigo Professor que exerceu a profissão, durante 25 anos ininterruptos, a importância da efeméride é bastante sensibilizadora. Tendo sido Presidente da Associação Mato-grossense de Professores e não tendo perdido e nem pretendendo desligar-me do vínculo que me acorrenta à sofradora classe do Professor, desejo nesta data, Senhor Presidente, Senhores Senadores, assinalar, a passagem do acontecimento, lembrando a data e destacando o papel do Professor, seja ele de alto escalão como os das Universidades ou até a mais modesta Professora chamada antigamente do Curso Primário (1º Ciclo) e pré-escolar que hoje se procura estimular, vigas-mestras de todo arcabouço educacional.

Todos os males de uma Pátria como a nossa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se formos seguir uma pesquisa profunda, encontraremos como um dos males básicos a "falta de educação", no sentido global da expressão, a tendência nossa de não praticar a poupança, ao desperdício, indisciplina, e outros males característicos dos povos ainda subdesenvolvidos ou em via de desenvolvi-

mento indicam o mal maior, na raiz do problema, ou seja, a educação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo em educação, não em alfabetização, isto é, ensinar a pessoa a ler, assinar o seu nome e pouco mais, não encarna o que se desejaria, este fato.

Refiro-me, repito, educação no sentido amplo da palavra. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, julgar-se em condições de educar, professores que percebem quinhentos cruzeiros por mês de vencimento, ou outros em condições melhores, recebendo hum mil cruzeiros, é impossível.

Ouvimos essa informação de alguns Secretários de Educação de Estados Brasileiros. Poder-se-á, Senhor Presidente, Senhores Senadores, educar alguém, se os "educadores", entre aspas, é que precisam ser educados, também, pois, são arrebanhados, nas camadas mais modestas da população e portanto, menos educada. Que poderão essas Professoras ou Professores, orientar em termos de aprendizagem as crianças?

Praticamente, nada. Sr. Presidente, Srs. Senadores e o caso transforma-se num ciclo vicioso.

Educação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a meu ver, é o grande mal do Brasil e que precisa ser extirpado. É preciso que exista um comportamento político dos Poderes Constituídos, objetivando implantar-se, neste Brasil imenso, uma prioridade para Educação e que para mim seria o número um.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, assinalando a passagem no dia 15 último do dia dedicado ao Professor e ao fazê-lo rendo as minhas mais sentidas homenagens à tão útil e esquecida classe a que pertenço com muita honra, o professor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Logo no começo da segunda metade do século XIX, o Amazonas, por Decreto Imperial, foi desmembrado da Província do Grão-Pará ganhando imediatamente a sua autonomia administrativa, com Tenreiro Aranha passando a gerir os destinos e a vida da nova Unidade do Império.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, decorridos mais de 100 anos desse acontecimento político da mais alta importância para o meu Estado, parece existir ainda em nosso País muita gente que, por incrível e absurdo que possa parecer, não se deu conta desse fato e segue olhando e tratando o Amazonas como se ele continuasse a depender administrativamente do vizinho Estado do Pará, de cujo povo nós, amazonenses, com a maior honra nos sentimos irmãos verdadeiros, inclusive por pertencermos a uma mesma região geofísica, com características e legados geoantropológicos semelhantes.

Ocorre, contudo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Amazonas, como uma Unidade Federativa autônoma, de expressão cada vez maior no seu desenvolvimento econômico, social e político, precisa de um campo de ação mais livre para fiscalizar de maneira mais objetiva alguns aspectos essenciais desse mesmo desenvolvimento.

Se não, vejamos:

Temos a mais expressiva heveicultura do País, verdade que a ninguém é dado contestar, mas mesmo assim o Órgão encarregado de amparar essa atividade extrativista, a SUDHEVEA, está sediada fora do Amazonas, em razão de que os produtores são os grandes prejudicados, com os seus pleitos e projetos dependendo de meses e meses para a rotina de tramitação e liberação, quando essa liberação acontece, pois o comum mesmo é a dimi-

nuição do que foi solicitado, ou simplesmente a negativa total.

Possuímos a maior bacia hidrográfica do mundo, outra verdade que ninguém desconhece, e ainda assim a empresa governamental de navegação criada especialmente para atender aos rios do Amazonas, também está sediada fora das suas latitudes, quando a sua sede, por motivos óbvios, deveria ser em Manaus.

No campo do extrativismo, temos a maior e inegavelmente a mais diversificada produção, abrangendo a boracha, a castanha, a sôrva, a balata, o pau rosa, o puxuri, a piaçaba, as madeiras de lei etc. Mas a instituição credidicia oficial criada especialmente para garantir o desenvolvimento dessa atividade, também está sediada fora do Amazonas, que não ficou nem com o direito de nominar um produto de que é o maior exportador, a castanha, erroneamente conhecida como castanha do Pará.

Mas hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para me referir, de maneira particular, a uma atividade que precisa ter, no Amazonas, uma autonomia administrativa maior, para atender às exigências da atual conjuntura sócio-econômica do meu Estado. Falo da Receita Federal que hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, possui uma Delegacia em Manaus, subordinada administrativamente a Belém, como se não fosse em Manaus a Zona Franca com o seu florescente Distrito Industrial, a ensejar o aparecimento dos mais variados problemas fiscais e tributários, para cuja solução e até mesmo uma simples interpretação, é quase sempre necessário recorrer à capital paraense, em busca da resposta que, em obediência à hierarquia administrativa, só pode ser dada pela Superintendência localizada naquela cidade.

Daí, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o meu apelo ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja criada a Superintendência Regional da Receita Federal no Amazonas, com o consequente desmembramento do Órgão, em meu Estado, da Superintendência do Pará, para que, dessa maneira, possa a Receita Federal ter maior operacionalidade e maior liberdade de ação no território amazonense, valendo ressaltar, nessa oportunidade, que a criação dessa Superintendência não implicaria em novas despesas, pois a atual Delegacia, instalada aliás em prédio próprio, já conta com um quadro de funcionários suficientemente adequado ao atendimento das atividades de uma Superintendência, cuja chefia também não implicaria em maiores despesas, pois a remuneração de um Superintendente não deve ser muito maior do que aquela oferecida a um Delegado, se é que ela realmente é superior.

Que o Exmº Sr. Ministro da Fazenda, portanto, entendendo as razões deste apelo, possa se conscientizar dessa necessidade premente, e diligencie, urgentemente, no sentido de criar a Superintendência Regional da Receita Federal do Amazonas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — O Sr. Senador Álvaro Dias encaminhou à Mesa requerimento de informações que, nos termos do inciso VI, art. 239, do Regimento Interno será examinado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 51, § 3º, in fine,
da Constituição — 3ª Sessão)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1983 (nº 946/83, na Casa de origem), de ini-

ciativa do Senhor Presidente da República, que altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, que “dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil e dá outras providências”, e o Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980, tendo

PARECERES ORAIS, favoráveis, proferidos em Plenário, das Comissões:

- de Economia; e
- de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial Mista que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

4

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

PARECER, sob nº 738, de 1983, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1981, de autoria da Comissão Especial do

Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal tendo

PARECER, sob nº 741, de 1983, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 800, de 1983, de autoria do Senhor Senador José Ignácio, de adiamento da discussão para o dia 27 de outubro.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 7/10/83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabamos de ouvir a leitura do Manifesto do PDT, apresentado pelo nobre Senador Roberto Saturnino. Não posso deixar de manifestar o meu otimismo diante desse documento.

Não é de hoje que sabemos das dificuldades por que passa o País, dificuldades que se agravaram a partir de 1979, com o impacto da segunda crise do petróleo sobre a economia mundial.

A partir daí, as dificuldades como que se acumularam com velocidade crescente, até que desembocamos na crise financeira de meados do ano passado.

Todavia, paralelamente a essas dificuldades, o processo político nacional avança, cada vez mais, no sentido da normalização das instituições democráticas, o que é, para nós todos, altamente significativos. Muitos duvidavam que a abertura se constituísse num processo irreversível, mas os últimos fatos registrados, principalmente nas duas semanas recém-passadas, mostram que de parte a parte — do Executivo e do Legislativo — já atingimos um alto grau de maturidade no processo. A transformação do regime de exceção para o regime democrático aí está.

É verdade que ainda estamos em pleno processo de adaptação mas, quanto lenta essa adaptação é visível e segura.

O Senador Roberto Saturnino, no final da sua leitura fez referências às suas críticas ao Presidente da República. Li o discurso feito dias atrás por S. Ex^a, embora não o tenha ouvido — o que é sempre um prazer maior — tenho porém a certeza, nobre Senador Roberto Saturnino, de que V. Ex^a foi injusto com o Presidente Figueiredo. A crítica se referiu à declaração do Presidente de — “que nos segurássemos que ele iria pisar no freio, para conter a inflação”. Ora, essa expressão traduz exatamente a convicção de Sua Excelência, de que a inflação é o mal maior que afeta tanto econômico como socialmente o País. Ela demonstra o desejo profundo do chefe da Nação, de evitar que os efeitos desse mal continuem a inibir o bem-estar da comunidade.

O nobre Senador Roberto Saturnino comete um engano. Ele se esquece de que estamos em pleno regime democrático, o Presidente já não faz as coisas arbitariamente, o Presidente já depende — graças a Deus e a si mesmo — do Congresso Nacional. Haja vista, nobre Senador Roberto Saturnino, o caso do Decreto-lei nº 2.024, e dos recentes episódios que V. Ex^a viu ao se desdobrar desembocar na retomada do entendimento entre os partidos políticos.

É importante observar que hoje, somente a decisão do Congresso Nacional servindo de ponto de apoio ao Presidente, é capaz de oferecer ao Poder Executivo os alicerces de uma política que nos leve à superação da crise atual.

Neste sentido considero o pronunciamento do nobre Senador Roberto Saturnino profundamente feliz. A palavra do Presidente Figueiredo, externada no seu discurso de anteontem, convocando a todos, para se unirem pelo entendimento, não é nova. Ela representa apenas uma extensão do seu desejo há muito anunciado naquela figura da mão estendida aos partidos políticos. Agora, entretanto, o Presidente falou muito mais abertamente, com mais objetividade, muito mais concretamente, como diz o nobre Senador Roberto Saturnino.

A impressão que eu tenho, pelo que ouvi do manifesto do PDT, é que temos, na maneira de pensar, muitos pontos em comum, as divergências são na realidade pequenas. Em termos de reforma tributária, política regional, desenvolvimento, inflação, ou mesmo quanto à questão das estatais, a impressão que tenho é que a coincidência de pensamento é bem ampla. Parece-me até que o Senador Roberto Saturnino modificou um pouco a sua maneira de pensar, em relação à economia, quando se refere à questão da dependência externa. S. Ex^a sempre defendeu uma política mais dirigida para o mercado interno. Sempre criticou a dependência econômica, hoje representada pela elevada dívida externa.

Já o documento do PDT não deixa de reconhecer que precisamos importar mais, e mais adiante, recomenda aumentar as nossas exportações. Ora, isso repõe justamente o problema diante do nosso objetivo, configurando-o do modo que nós mesmos o concebemos.

A participação da economia brasileira no mercado externo não é um mal em si, é evidente; ao contrário, pode-se tornar um bem da maior significação, tanto assim que não há hoje um país, pelo menos do lado ocidental, que não busque desenvolver o mais possível o seu mercado externo, coisa que, aliás, não é fácil. Aliás as dificuldades econômicas, atualmente por nós sofridas, não estão presentes somente em países como o nosso que tiveram um elevado crescimento da sua participação no mercado externo. Basta observar que a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia e o México, têm hoje dificuldades semelhantes.

Agradou-nos, particularmente, a maneira como S. Ex^a trata o problema regional. A mim me parece que suas idéias pouco se afastariam das nossas. Mas o que importa realmente, Sr. Presidente, é que aí está o PDT com uma proposta, com um documento no qual expõe-se o seu pensamento como base para uma aproximação, em busca de pontos de identidade, de pontos de convergência, com diz S. Ex^a, para o novo debate proposto em seu discurso pelo Presidente Figueiredo.

Parece-me também importante, que os Partidos políticos, que o Congresso, ou o Legislativo não deixem passar essa oportunidade a meu ver ímpar, para a retomada do seu posicionamento em relação à questão nacional.

Sr. Presidente, durante muito tempo vivemos nós, do PDS, a discutir os nossos pontos de vista e as oposições simplesmente a combatê-los. Não era um debate — era uma controvérsia. Hoje, não. Hoje conhecemos que temos pontos em comum e reconhecemos que, sem o diálogo responsável nem o Parlamento, nem os políticos reconquistarão o seu prestígio no cenário nacional. O discurso do Presidente Figueiredo foi fruto da evolução da própria abertura por ele incentivada, e que criou condições novas de diálogo no Congresso. Só que esse diálogo não tinha atingido ainda a sua valorização. Agora sim. Episódios recentes, como por exemplo, a perspectiva de solução do problema da dívida externa, já renegociada para 83 e para 84, com perspectiva para um reescalonamento dos esquemas de pagamento com um prazo mínimo de 9 anos, tranquilizarão a Nação dentro de poucos meses.

Isso, a meu ver, vai trazer um condicionante novo, uma esperança maior para o País e para o entendimento político.

Eu citaria, também, o episódio do Deputado Mário Juruna. Creio que não seria descabido dizer que muitos parlamentares se preocuparam com a maneira como se desenrolou o caso Juruna. Mas, aí está. A solução dada, ao meu ver com rara felicidade, pela Mesa da Câmara dos Deputados, e prontamente acatada pelo Executivo, constitui-se também um fato profundamente significativo para o momento atual.

O Sr. Roberto Saturnino — Concordo com V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — E digo mais, nobre Senador Roberto Saturnino, esses casos, para mim eram previsíveis. Esse entrechoque das novas condições da abertura com o desejo de participação dos parlamentares, jamais poderia deixar de levar a esses excessos que, todavia, diante das suas soluções, passam a representar simples testes para o processo de democratização do Presidente Figueiredo. Estes incidentes foram altamente eficazes, como demonstração de que nós não só caminhamos, mas estamos, Sr. Presidente, na plena vigência das atribuições políticas-democráticas da Nação.

Quero referir-me ainda, ao caso da CAPEMI. Houve uma fase em que, tanto na Câmara como no Senado, o desejo da criação de CPIs; com o objetivo puro e exclusivo de confrontação com o Executivo, foi patente. Aliás passamos de uma fase em que vigoravam praticamente CPIs, para uma outra em que além das CPIs, propunha-se ainda várias Comissões Especiais. Muitas dessas Comissões continuam sendo requeridas.

O que aconteceu com a Comissão da CAPEMI? No momento em que essa Comissão passou a ter conotações inconvenientes para o Parlamento, dentro de um clima de perfeito entendimento o Presidente da Câmara e os Líderes dos Partidos ali representados tomaram a decisão de suspender-las, numa demonstração...

O Sr. Itamar Franco — Só o Presidente da Câmara.

O SR. JOSÉ LINS — A impressão que eu tenho é que os Líderes aceitaram pacificamente a decisão do Presidente Flávio Marçilio. Todavia, nobre Senador Itamar Franco, o que eu quero recolher desse episódio, não é mais do que o efeito demonstrativo de que o Parlamento já não é apenas um contestador. Somos agora um Poder novo em busca de seu espaço dentro do sistema político e administrativo do País. É nesse sentido que eu considero esses recentes episódios como de profunda significação democrática.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com o maior prazer.

O Sr. Itamar Franco — Eu não pretendia interferir no discurso de V. Ex^a, que é mais dirigido ao ilustre Líder do PDT, Senador Roberto Saturnino, como não interferi no seu discurso, que pretendo analisar na segunda-feira. Mas, acho que V. Ex^a comete alguns equívocos — permita-me —, inclusive esta última expressão de o Parlamento ser contestador. Ao contrário, Senador José Lins, o Congresso brasileiro, o que ele pretende, o que ele deseja, o que ele deve fazer é exatamente tentar buscar, na sua plenitude, o exercício democrático. Veja que V. Ex^a busca aí dois incidentes, duas crises, no meu entendimento, artificiais, para quase que dizer que através dessas crises artificiais e, praticamente, com o discurso do Deputado Mário Juruna, tais incidentes levaram Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a propor o diálogo. E diz V. Ex^a que não havia nada de novo neste gesto da maior autoridade do País.

O SR. JOSÉ LINS — Ao contrário. Afirmei mesmo que esse gesto do Presidente não é novo.

O Sr. Itamar Franco — Exato. V. Ex^e diz que não é novo. Mas parece até que é novo...

O SR. JOSÉ LINS — O que procuro mostrar sobre Senador, é que esses episódios mostram a maturidade, tanto do Parlamento como do Executivo, na condução do processo de abertura.

O Sr. Itamar Franco — Eu não quero nem entrar no mérito, porque ainda vou estudar o discurso do Líder Roberto Saturnino, mas acho que deve ser novo, porque o PDT já se adiantou na busca desse diálogo. Se não fosse novo, o PDT já teria, pelo menos aderido na expressão verdadeira, e não na segunda intenção. Mas, V. Ex^e fala em incidentes. Será, sobre Senador José Lins, que nós vamos ter que ter um incidente grave, para que possamos chegar, por exemplo, às eleições diretas neste País? Será que é só através de incidentes — e eu estou usando a expressão verbal de V. Ex^e — que o País pode buscar o diálogo? Eu, até agora, não me situo na linha de V. Ex^e, nem na do Senador Roberto Saturnino. Por maior boa vontade que veja no discurso do Senhor Presidente da República, não vi ainda nada de novo, há uma tentativa de setorizar um diálogo, mas não vi nenhuma abertura em relação ao próprio Congresso Nacional ao problema da dívida externa, etc. Ouço falar, por exemplo, no 2.045. Não queria detalhar esse problema com V. Ex^e nem queria perturbar, pois já vou encerrar o meu aparte, mas não ouço ninguém falar no 2.048, que traz a marca de mais um endividamento externo para a Nação, de mais de 3 bilhões e 500 milhões de dólares, que permite que a Nação continue se endividando através de decretos-leis, sem a presença do Congresso Nacional. V. Ex^e e o Senador Roberto Saturnino vêm as coisas de uma maneira mais rosa neste instante; oxalá isso realmente possa ser verdadeiro. Quem sabe a visão de V. Ex^e, a visão do Senador Roberto Saturnino possam ver no horizonte do Brasil esse diálogo, esse entendimento que a Nação talvez deseje, mas a Nação também quer a ruptura do poder que aí está, através do processo democrático das eleições diretas. Desculpe-me V. Ex^e esse aparte, mas eu o fiz porque não concordei exatamente quando V. Ex^e se referiu ao Parlamento brasileiro como um Parlamento contestador. Ao contrário! Nós somos um Parlamento enfraquecido, um Parlamento que busca se afirmar perante a opinião pública e perante o próprio País. Quem dera se ele fosse o órgão contestador, como diz V. Ex^e, porque se talvez o fosse, Senador José Lins, nós poderíamos repor a ordem democrática mais rapidamente neste País.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a V. Ex^e, Senador Itamar Franco, que não me entenda mal. Estou tentando pintar aqui uma visão histórica, para mostrar a evolução do processo democrático brasileiro. Faço referência às posições tanto da Oposição como da Situação, mostrando o quanto, durante algum tempo, a preocupação do PDS foi unicamente, de defesa do Governo enquanto a das Oposições buscava simplesmente o ataque que julgo, muitas vezes, indiscriminado. É por isso que usei o termo “contests”.

Não estou aqui especificando, estou pintando um quadro em linhas amplas. Fiz depois, referência ao Presidente Figueiredo cuja idéia de um diálogo mais amplo entre os Partidos não é nova, o que me leva a pensar que talvez tenha cabido, a nós, pelo menos em parte, alguma culpa por não termos ocupado o espaço político então criado, com mais intensidade. Refiro-me não só ao PDS como às oposições.

Finalmente, citei alguns eventos a que chamei de incidentes, na realidade fatos acontecidos, que nos levam à conclusão de que a abertura é hoje uma realidade. Se al-

guém ainda tinha qualquer dúvida, esses acontecimentos serviram, no mínimo, para mostrar que há um processo de abertura já não apenas em marcha, mas total e perfeitamente instalado.

Compete a nós, agora, utilizá-lo sem demora, atendendo ao chamamento do Presidente Figueiredo, para a valorização do Congresso, para a valorização da classe política. Estou convencido de que não vamos utilizá-lo bem, se não procurarmos um entendimento alto, amplo, já não baseado naquele dualismo, naquele maniqueísmo, da defesa e do ataque, mas no diálogo dirigido para uma análise mais realista das questões, em busca daquilo a que se referiu o nobre Senador Saturnino, que são os pontos de coincidência de nossas idéias. Para mim, esse é o caminho ideal. É a retomada do diálogo interpartidário, que julgo essencial ao sistema pluripartidário e à democracia. Esta é a minha opinião.

Não fiz qualquer correlação entre o discurso do Presidente e os incidentes a que me referi. Mas, tenho plena convicção da importância, do significado do discurso de Sua Excelência, pronunciado há poucos dias. Ele abre perspectivas novas, que o nobre Senador Saturnino vê, ainda, como restritas às áreas da inflação e da questão salarial.

Ainda que assim fosse, para começar já seria uma boa coisa. O importante é que atitudes dessa natureza, como a que hoje toma o PDT, sejam seguidas pelos outros Partidos, buscando o caminho desse entendimento novo. Repito que esse entendimento é fundamental para o restabelecimento e valorização do processo político.

Não vamos atingir a plenitude democrática enquanto os Partidos Políticos não trabalharem na base de um diálogo aberto, diálogo que é essencial até mesmo para a administração do País, já que nem sempre um Governo democrático pode dispor de maioria na Câmara e no Senado. Disso decorre, aliás, a excelência da democracia. As decisões fundamentais dependerão sempre de uma maioria congressual, seja ela formada por membros de um único Partido, seja por coligações eventuais ou não, em torno de certas questões.

Falo hoje apenas para fazer realçar o documento do PDT, para mostrar o quanto esse documento vem ao encontro do desejo do PDS. Faço votos que os outros partidos possam compreender a significação deste momento para a valorização do Congresso e para o restabelecimento do diálogo democrático no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS, NA SESSÃO DE 11-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No dia 9 de julho, o Presidente da República baixou um Decreto-lei, o de nº 2.032, pelo qual autoriza a concessão de um prêmio de metade do valor do investimento para todo aquele que, no Nordeste, investir na construção de açudes e no aproveitamento da sua água para irrigação.

Este decreto, Sr. Presidente, restabelece uma antiga norma pela qual o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, concedia exatamente um prêmio correspondente à metade do orçamento dessas obras, aos investidores sertanejos.

Esse Decreto-lei é muito importante. Trata-se de uma das medidas mais justas já tomadas pelo Presidente da República com relação ao problema da seca no Nordeste.

Agora, o Presidente vem de assinar um decreto, regulamentando o citado decreto-lei, pela relevância desse instrumento quero dele dar conhecimento ao Senado:

Eis o Decreto:

Art. 1º Para efeito do ressarcimento parcial do custo dos investimentos em projetos de irrigação localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste, de que trata o Decreto-lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, serão considerados os investimentos fixos e semi-fixos realizados por produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, destinados ao aproveitamento racional dos recursos de água, a nível da propriedade rural.

§ 1º Caracteriza-se como região semi-árida, para efeito do disposto neste Decreto, a área do Polígono das Secas definida pela legislação em vigor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também à implantação de infra-estrutura hidráulica interna e aos investimentos complementares realizados nos lotes individuais de irrigação, localizados em projetos públicos de irrigação e colonização, desde que tais investimentos não tenham sido realizados com recursos de órgãos públicos.

Como se vê, o decreto beneficia, não só aos agricultores que trabalharam a própria propriedade, mas aos colonos que tenham sido localizados pelos órgãos do Governo em projetos públicos de irrigação, quando estes necessitem de equipamentos ou instalações para complementar a obra do Poder Público.

Diz o § 3º:

Terão prioridade de atendimento os projetos que apresentem:

I — tecnologia de menor custo;

II — maior capacidade de geração de emprego, incluindo-se a mão-de-obra familiar;

III — uso preferencial de insumos de produção local ou regional; e

IV — sistemas de produção que permitam maior organização entre as áreas de sequeiro e irrigada.

§ 4º O ressarcimento de que trata o presente Decreto não cobrirá o pagamento de pessoal, de qualquer nível ou categoria, envolvido na elaboração de projetos, planos e orçamentos e na assistência técnica, bem como quaisquer outras despesas de custeio.

O objetivo desse parágrafo é evitar despesas desnecessárias uma vez que órgãos públicos, como a EMATER e outros, podem ajudar aos agricultores, elaborando os projetos sem ônus para os proprietários.

Art. 2º São beneficiários do disposto neste Decreto:

I — os produtores que tenham como atividade principal a exploração agropecuária;

II — as associações ou sociedades de produtores, com personalidade jurídica, desde que atendido, a nível individual, o disposto no item anterior e nos artigos 1º, 3º e 4º do presente Decreto;

III — os produtores que, mesmo não dispondo do título de propriedade da terra, tenham acesso à posse da terra, seja por regularização, discriminação, colonização, crédito fundiário, seja por outro instrumento apropriado.

Art. 3º O ressarcimento de que trata o artigo 1º deste Decreto far-se-á em função dos seguintes critérios:

I — nos casos em que os investimentos forem realizados com recursos próprios;

a) mini e pequenos produtores rurais: 50% do custo dos investimentos;

b) médios produtores rurais: 35% do custo dos investimentos;

c) grandes produtores rurais: 20% do custo de investimentos.

II — nos casos em que os investimentos forem financiados por programas de crédito rural:

a) mini e pequenos produtores rurais: 35% do custo dos investimentos mais o ressarcimento dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

b) médios produtores rurais: 25% do custo dos investimentos mais o ressarcimento dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

c) grandes produtores rurais: 50% dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

III — em quaisquer dos casos acima enumerados, o ressarcimento não poderá ultrapassar o teto de 500 vezes o Maior Valor de Referência à época da aprovação do projeto, plano ou orçamento, não podendo, outrossim, ser contemplado mais de um projeto, plano ou orçamento, por beneficiário.

Dai, depreende-se que o prêmio pode se elevar até cerca de 17 milhões de cruzeiros; como o prêmio corresponde à metade, o investimento correspondente poderá ser de até 34 milhões de cruzeiros.

§ 1º Para classificação de mini, pequeno, médio e grande produtor rural adotar-se-ão os critérios definidos pelo Conselho Monetário Nacional que não são conhecidos de todos.

§ 2º O ressarcimento será efetuado diretamente ao beneficiário, em moeda corrente, tomando-se como base o valor expresso em termos de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, constante do documento técnico aprovado pelos órgãos oficiais competentes relacionados no artigo 5º do presente Decreto.

§ 3º Quando se tratar de produtor beneficiário de programa de crédito rural, situação prevista no item II, deste artigo, o ressarcimento será utilizado diretamente para abatimento da dívida e/ou dos encargos financeiros devidos.

Quer dizer, se o agricultor utilizar recursos próprios o Governo devolve em dinheiro a parte por ele aplicada, correspondente ao prêmio. Se, entretanto, o investimento é feito através do crédito, o valor do prêmio será abatido da dívida contraída.

Art. 4º Para que possa ser contemplado com o ressarcimento, o beneficiário deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos, além das demais disposições deste Decreto:

I — dispor de projeto, plano ou orçamento, conforme seja o caso, com cronograma de aplicação;

II — obter aprovação do projeto, plano ou orçamento por um dos órgãos técnicos relacionados no artigo 5º do presente Decreto;

III — obter do órgão técnico responsável pela aprovação do projeto, plano ou orçamento, laudo técnico comprobatório da conclusão dos investimentos, dos seus custos, e da observância das recomendações técnicas indicadas.

Este item é muito importante. Alegavam que, quando, antigamente, o Governo concedia essa ajuda, o proprietário construía toda a obra somente com o prêmio, significando então que os projetos eram superdimensionados no seu valor, para que o proprietário se beneficiasse de todo o investimento, e não apenas de metade. Esse item, portanto, permite que as autoridades controlem melhor os prêmios.

Art. 5º Os órgãos oficiais competentes para aprovação de projetos, planos e orçamentos, acompanhamento da implantação dos investimentos e emissão de laudo técnico comprobatório da conclusão dos investimentos, dos seus custos, e da observância das recomendações técnicas são:

I — a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, em sua área de ação;

II — o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, nas demais áreas do semi-árido nordestino, não consitantes com a área da ação da CODEVASF;

III — as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural filiadas ao sistema EMBRATER, mediante convênio com o Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura;

IV — outras entidades públicas em convênio com o Ministério do Interior.

O Art. 6º diz respeito à coordenação do programa pelos Ministérios responsáveis. Não o lerei para não cansar os Srs. Senadores. Igualmente não lerei o 7º.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta de dotação a ser incluída no Orçamento Geral da União, com "Encargos Financeiros da União", sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eis af Sr. Presidente, como se trata de matéria da maior relevância para o Nordeste, eu não quis deixar de fazer este comentário. O que agora esperamos, é que o Governo, defina imediatamente, recursos para aplicação nessa linha de investimentos. É exatamente o que está faltando para que o Nordeste possa ampliar a irrigação nas propriedades privadas.

Fica, Sr. Presidente, este apelo. Que o Governo atenda a essa necessidade premente, que abra créditos e crie recursos para que o decreto gere os seus benefícios o mais cedo possível.

Parabenizo, o Nordeste. Enalteço e elogio a medida tomada pelo Ministério do Interior e pela Presidência da República. Ela abre uma promessa nova para os sertanejos. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO LINS EM SEU DISCURSO:

DECRETO-LEI N° 2.032, DE 9 DE JUNHO DE 1983.

Dispõe sobre o ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, de investimentos realizados nas regiões semi-áridas do Nordeste e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Os investimentos realizados por produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, em projetos de irrigação localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste, poderão ter o seu custo parcialmente resarcido pelo Tesouro Nacional, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do respectivo valor.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente os projetos aprovados pelos órgãos oficiais competentes a partir da vigência deste Decreto-lei.

§ 2º O ressarcimento far-se-á à vista de laudo comprobatório da conclusão dos investimentos, dos seus custos e da observância das recomendações técnicas indicadas nos projetos.

Art. 2º Nos casos em que os investimentos forem financiados pelo crédito rural, o ressarcimento poderá

estender-se aos encargos financeiros devidos no período de execução das obras.

Art. 3º Serão incluídas anualmente no Orçamento da União dotações específicas para ocorrer ao pagamento dos ressarcimentos a que se refere este Decreto-lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará este Decreto-lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República. — JOÃO FIGUEIREDO — Ernane Galvás — Delfim Netto — Amaury Stábile — Mário Andreazza.

E.M. nº 58 Em 8 de junho de 1983
Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei, que dispõe sobre o ressarcimento pelo Tesouro Nacional de investimentos realizados nas regiões semi-áridas do Nordeste.

2. A atribuição de prêmios pelo Poder Público, com o objetivo de reduzir o custo de investimentos privados, em setores ou regiões de interesse para o desenvolvimento econômico e social, é uma característica presente na política econômica de praticamente todos os países de economia de mercado.

3. A idéia subjacente a esse tipo de amparo governamental é a de estimular, por certo período, a implantação de projetos que não seriam realizados com o simples incentivo das forças do mercado, pela baixa taxa de retorno, relativamente a outros setores, e/ou pelo reduzido nível de capitalização dos setores e regiões que se pretende promover.

4. No Brasil, de há muito se pratica essa política, nos casos de projetos industriais aprovados por órgãos gestores de incentivos fiscais, nos quais o prêmio é representado pela isenção ou redução dos tributos que incidem na importação de máquinas e equipamentos, bem como do imposto sobre produtos industrializados e sobre a circulação de mercadorias aplicáveis à aquisição de bens de capital no mercado interno.

5. Relativamente à agricultura, esse mecanismo tem sido utilizado de forma genérica e apenas no que se refere à redução de tributos sobre a compra, no mercado interno, de tratores, máquinas e implementos agrícolas, não se vinculando o benefício, pois, a projetos específicos, enquadrados em programas de Governo.

6. A ocorrência do quinto ano consecutivo de seca nas regiões semi-áridas do Nordeste está a exigir ação mais firme, capaz de viabilizar a ampliação dos investimentos em projetos de irrigação, complementarmente aos programas em execução pelo Governo, no sentido de amparar as populações atingidas pelo fenômeno climático.

7. Assim, pelo artigo 1º e parágrafos do projeto, o Tesouro Nacional ressarcirá até 50% (cinquenta por cento) do custo dos investimentos em projetos de irrigação realizados por produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, desde que aprovados pelos órgãos oficiais competentes e comprovada a conclusão dos investimentos, os seus custos e a observância das respectivas recomendações técnicas.

8. O artigo 2º admitiria também o ressarcimento dos encargos financeiros devidos no período de execução do projeto, quando se tratasse de empreendimento financiado pelo crédito rural.

9. De acordo com o artigo 3º, o Orçamento da União incluiria, anualmente, dotações específicas para ocorrer ao pagamento dos ressarcimentos, enquanto o artigo 4º atribuiria ao Poder Executivo a competência para regulamentar a matéria no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do Decreto-lei.

10. O recurso a Decreto-lei se justifica pelo interesse público relevante de que se reveste a matéria, como pela urgência em implementar a medida ora preconizada.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de nosso mais profundo respeito. — **Ernane Galvães**, Ministro da Fazenda — **Angelo Amaury Stábile**, Ministro da Agricultura — **Mário David Andreazza**, Ministro do Interior — **Antônio Delfim Netto**, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Em 29 de setembro de 1983.

E.M nº 150

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência Decreto regulamentando o Decreto-lei nº 2.032, de 9-6-1983, que dispõe sobre o resarcimento pelo Tesouro Nacional de investimentos realizados nas regiões semi-áridas do Nordeste.

Salienta-se que se procurou beneficiar prioritariamente o mini e o pequeno produtor, por ser notoriamente reconhecido que suas atividades são as que mais necessitam dos investimentos da espécie para reforçar sua estrutura contra as secas.

Tal orientação está em consonância com os princípios de racionalidade econômica, pois a concessão de incentivos, mesmo nos países desenvolvidos, é prática normalmente admissível, desde que se destinem a produtores que, por razões supervenientes, não conseguiram integrar-se à economia de mercado.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, protestos do nosso mais profundo respeito. — **Ernane Galvães**, Ministro da Fazenda — **Antônio Delfim Netto**, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — **Mário David Andreazza**, Ministro do Interior — **Angelo Amaury Stábile**, Ministro da Agricultura.

DECRETO Nº , DE DE DE
1983

Regulamenta o Decreto-lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, que “dispõe sobre o resarcimento, pelo Tesouro Nacional, de investimentos realizados nas regiões semi-áridas do Nordeste”.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e nos termos do disposto no Decreto-lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, decreta:

Art. 1º Para efeito do resarcimento parcial do custo dos investimentos em projetos de irrigação localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste, de que trata o Decreto-lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, serão considerados os investimentos fixos e semi-áridos realizados por produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, destinados ao aproveitamento racional dos recursos de água, a nível da propriedade rural.

§ 1º Caracteriza-se como região semi-árida, para efeito do disposto neste Decreto, a área do Polígono das Secas definida pela legislação em vigor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também à implantação de infra-estrutura hidráulica interna e aos investimentos complementares realizados nos lotes individuais de irrigação, localizados em projetos públicos de irrigação e colonização, desde que tais investimentos não tenham sido realizados com recursos de órgãos públicos.

§ 3º Terão prioridade de atendimento os projetos que apresentem:

I — tecnologia de menor custo;

II — maior capacidade de geração de emprego, incluindo-se a mão-de-obra familiar;

III — uso preferencial de insumos de produção local ou regional; e

IV — sistemas de produção que permitam maior organização entre as áreas de sequeiro e irrigada.

§ 4º O resarcimento de que trata o presente Decreto não cobrirá o pagamento de pessoal, de qualquer nível ou categoria, envolvido na elaboração de projetos, planos e orçamento e na assistência técnica, bem como quaisquer outras despesas de custeio.

Art. 2º São beneficiários do disposto neste Decreto:

I — os produtores que tenham como atividade principal a exploração agropecuária;

II — as associações ou sociedades de produtores, com personalidade jurídica, desde que atendido, a nível individual, o disposto no item anterior e nos artigos 1º, 3º e 4º do presente Decreto;

III — os produtores que, mesmo não dispondo do título de propriedade da terra, tenham acesso à posse da terra, seja por regularização, discriminação, colonização, crédito fundiário, seja por outro instrumento apropriado.

Art. 3º O resarcimento de que trata o artigo 1º deste Decreto far-se-á em função dos seguintes critérios:

I — nos casos em que os investimentos forem realizados com recursos próprios:

a) mini e pequenos produtores rurais: 50% do custo dos investimentos;

b) médios produtores rurais: 35% do custo dos investimentos;

c) grandes produtores rurais: 20% do custo dos investimentos;

II — nos casos em que os investimentos forem financiados por programas de crédito rural:

a) mini e pequenos produtores rurais: 35% do custo dos investimentos mais o resarcimento dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

b) médios produtores rurais: 25% do custo dos investimentos mais o resarcimento dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

c) grandes produtores rurais: 50% dos encargos financeiros devidos, correspondentes ao período de execução das obras;

III — em quaisquer dos casos acima enumerados, o resarcimento não poderá ultrapassar o teto de 500 vezes o Maior Valor de Referência à época da aprovação do projeto, plano ou orçamento, não podendo, outros sim, ser contemplado mais de um projeto, plano ou orçamento, por beneficiário.

§ 1º Para classificação de mini, pequeno, médio e grande produtor rural adotar-se-ão os critérios definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O resarcimento será efetuado diretamente ao beneficiário, em moeda corrente, tomando-se como base o valor expresso em termos de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, constante do documento técnico aprovado pelos órgãos oficiais competentes relacionados no artigo 5º do presente decreto.

§ 3º Quando se tratar de produtor beneficiário de programa de crédito rural, situação prevista no item II, deste artigo, o resarcimento será utilizado diretamente para abatimento da dívida e/ou dos encargos financeiros devidos.

Art. 4º Para que possa ser contemplado com o resarcimento, o beneficiário deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos, além das demais disposições deste Decreto:

I — dispor de projeto, plano ou orçamento, conforme seja o caso, com cronograma de aplicação;

II — obter aprovação do projeto, plano ou orçamento por um dos órgãos técnicos relacionados no artigo 5º do presente Decreto;

III — obter do órgão técnico responsável pela aprovação do projeto, plano ou orçamento, laudo técnico comprobatório da conclusão dos investimentos, dos seus custos, e da observância das recomendações técnicas indicadas.

Art. 5º Os órgãos oficiais competentes para aprovação de projetos, planos e orçamentos, acompanhando

mento da implantação dos investimentos e emissão de laudo técnico comprobatório da conclusão dos investimentos, dos seus custos, e da observância das recomendações técnicas são:

I — a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, em sua área de ação;

II — o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, nas demais áreas do semi-árido nordestino, não conflitantes com a área de ação da CODEVASF;

III — as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural filiadas ao sistema EMBRATER, mediante convênio com o Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura;

IV — outras entidades públicas em convênio com o Ministério do Interior.

Art. 6º A coordenação, acompanhamento e supervisão das ações de que trata este Decreto ficarão a cargo do Ministério do Interior, ao qual competirá, em articulação com o Ministério da Agricultura, adotar as seguintes providências:

I — relacionar os municípios compreendidos nas regiões de que trata o artigo 1º, parágrafo 1º, deste Decreto;

II — relacionar os investimentos fixos e semi-fixos de que trata o artigo 1º deste Decreto;

III — estabelecer as normas técnicas e a sistemática de aprovação dos projetos, planos e orçamentos, assim como de seu acompanhamento, fiscalização e prestação de contas.

Art. 7º Compete à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, em articulação com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS e os Governos Estaduais, a elaboração da programação anual, o acompanhamento e avaliação de sua execução, bem como promover sua integração com os programas especiais em execução na região semi-árida do Nordeste, particularmente com as atividades de irrigação.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta de dotação a ser incluída no Orçamento Geral da União, como “Encargos Financeiros da União”, sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, de de 1983; 16º da Independência e 95º da República.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 14-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Leio, hoje, na imprensa, o seguinte:

GALVÃES ADVERTE CONGRESSO SOBRE DÍVIDA

“Brasília — O sucesso das negociações que o Governo brasileiro realiza no exterior, envolvendo cerca de US\$ 30 bilhões, depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.045 ou de um documento semelhante que mantenha as suas disposições essenciais, disse ontem o Ministro Ernane Galvães, da Fazenda, renovando, por mais esta vez, as advertências oficiais sobre a necessidade de uma política salarial austera.”

Esta notícia é de hoje, Sr. Presidente, e o Ministro Ernane Galvães deu esta declaração ontem. Explicou o Ministro que esses 30 bilhões — até então falava-se em 25

bilhões, cifra citada pelo líder Nelson Marchezan — representam a soma de todos os projetos que estão sendo trabalhados no exterior e que dependem, para aprovação da viabilidade da programação econômica traçada pelo Governo.

Sr. Presidente, eu queria analisar a fala do grande Ministro da Fazenda brasileiro.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Um dia antes da instalação da Comissão dos Onze, do PDS, os "notáveis", o Ministro Ernane Galvães declarou o seguinte, conforme o Jornal de Brasília do dia 11 de outubro:

"O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, afirmou, ontem, que tanto o Governo brasileiro quanto os banqueiros internacionais "estão completamente dependentes do Congresso Nacional", uma vez que a aprovação do Decreto-lei nº 2.045 é uma peça fundamental nos acordos que estão sendo negociados para a rolagem da dívida brasileira em 1983 e 84. Esta é a primeira vez que uma autoridade econômica brasileira admite uma direta vinculação do DL nº 2.045 com os termos de renegociação da dívida externa do País."

Quer dizer antes da reunião dos "notáveis", Ernane Galvães já havia imposto o Decreto-lei nº 2.045 como condição sine qua non da rendição incondicional do Brasil aos banqueiros internacionais. Desculpe-me interrompê-lo, mas era apenas uma contribuição ao discurso de V. Ex^e

O SR. ITAMAR FRANCO — A intervenção de V. Ex^e, nobre Senador Fábio Lucena, foi muito importante, porque demonstra, pela própria fala do Sr. Ministro, a vinculação que nós temos tentado mostrar ao Senado da República, entre o Decreto-lei nº 2.045 e a carta de intenções do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional. O que é importante destacar — e, se não fosse brincadeira, nós teríamos que usar uma expressão mais forte para esta afirmação do Sr. Ministro Ernane Galvães, de que o sucesso das negociações depende do Congresso Nacional — é que nós sabemos que, desde fevereiro de 1974, através de decretos-leis o Governo vem, independentemente do Congresso Nacional, negociando a dívida externa brasileira. Ainda agora, Sr. Presidente, V. Ex^e vai presidir, por certo, a reunião do Congresso Nacional em que iremos examinar o Decreto-lei nº 2.048, que vai permitir um maior endividamento da Nação, de mais de 3 bilhões e meio de dólares, fugindo a qualquer ação congressual.

E aqui, Sr. Presidente, faço um corte, para dizer que, neste momento em que, por doença, se afasta o Presidente Nilo Coelho, eu tenho a convicção e a certeza de que a presença de V. Ex^e, hoje no comando do Senado da República e, por via de consequência, como Presidente do Congresso Nacional, vai dar a mesma continuidade, vai permitir, cada vez mais, a afirmação do Congresso Nacional neste momento em que vive o País. Tenho por V. Ex^e o maior respeito e a certeza de que a sua vida pública e o seu comportamento ditarão as normas adequadas a que este Poder cada vez mais se afirme.

O Sr. João Calmon — V. Ex^e permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Eu gostaria de agradecer, em nome do Espírito Santo e em nome do meu município natal, Colatina que é o mesmo do eminentíssimo Senador

Moacyr Dalla, as referências tão justas que V. Ex^e acaba de fazer ao nosso magnífico conterrâneo que, a partir de hoje, assume, durante dois meses, a Presidência do Congresso Nacional. Como capixaba, como colatinense, eu me sinto muito orgulhoso em ver à frente do Senado, e do Congresso Nacional, o admirável homem público que é o Senador Moacyr Dalla. Estamos todos convencidos de que Moacyr Dalla, vai ser um digno continuador do Senador Nilo Coelho, e vai seguir os mesmos notáveis exemplos que Nilo Coelho deu à Nação, nos recentes episódios que tiveram como palco o plenário da Câmara dos Deputados. Renovo-lhe, portanto, nobre Senador Itamar Franco, em meu nome pessoal, em nome do Estado do Espírito Santo, e do Município de Colatina, a nossa gratidão pelo preito de justiça que V. Ex^e está prestando ao nobre Senador Moacyr Dalla.³

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu que agradeço a intervenção de V. Ex^e, Senador João Calmon, e creio que ambos fazemos justiça ao Senador Moacyr Dalla. Desde que cheguei à esta Casa, aprendi a admirar o Senador Moacyr Dalla, esta figura acima de tudo humana. E aqueles que têm uma convivência mais de perto com o Senador Moacyr Dalla, podem entender a expressão que uso neste instante, caracterizando, sobretudo, essa humildade, esse sentimento de companheirismo muito próprio do nosso Presidente, o Senador Moacyr Dalla.

O Sr. Luiz Cavalcante — Senador Itamar Franco, antes que V. Ex^e se adentre no seu discurso podia-me fazer o favor de repetir a declaração do Ministro Galvães a que V. Ex^e se referiu no começo do seu pronunciamento?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer. V. Ex^e costuma dizer que às vezes lhe faço provocações quando falo aqui, porque conheço a posição de V. Ex^e. Mas, com muito prazer, vou repetir, lendo pausadamente o texto para V. Ex^e, Senador Luiz Cavalcante.

GALVÃES ADVERTE CONGRESSO SOBRE DÍVIDA

"Brasília — O sucesso das negociações que o Governo brasileiro realiza no exterior, envolvendo cerca de US\$ 30 bilhões, depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.045 ou de um documento semelhante que mantenha as suas disposições essenciais, disse ontem o Ministro Ernane Galvães, da Fazenda, renovando, por mais esta vez, as advertências oficiais sobre a necessidade de uma política salarial austera."

É o que diz o Ministro.

O Sr. Luiz Cavalcante — Então, servindo-me de duas palavras usadas pelo Ministro Galvães, acho que podemos dizer: o sucesso da política econômica nacional depende do acerto dos seus condutores, um dos quais é o Ministro Galvães. Como não há acerto...

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Senador Luiz Cavalcante, veja V. Ex^e que realmente não há acerto e ninguém entende a política econômica. É por isso que eu tenho as minhas dúvidas quanto a esse famoso diálogo que hoje se processa aí, já com a adesão de um partido de Oposição.

Veja, Sr. Senador Luiz Cavalcante, V. Ex^e tem inteira razão. Até então — e o Congresso Nacional só foi conhecer isso depois de repetidas providências por parte dos Srs. Senadores — o contrato assinado com os bancos internacionais, tendo o Banco Morgan como capitão de 211 bancos, aproximadamente, mostrava que o Brasil havia solicitado 4,5 bilhões de dólares. Essa notícia, Sr. Senador, já mostra que já não são mais 4,5 bilhões de dólares, já serão 6,5 bilhões em dinheiro novo e que aqui diz que estão sendo negociados junto aos bancos interna-

cionais. E aqui se refere que precisamos aprovar com urgência, tudo indica, pelo menos é o que se deduz da reportagem, ou o Decreto-lei nº 2.045, ou o documento semelhante a esse Decreto-lei nº 2.045, para que o Brasil possa obter os 30 bilhões de dólares. Então V. Ex^e tem toda razão no seu aparte.

Será, Sr. Senador Luiz Cavalcante, que adianta se estabelecer esse mínimo diálogo, esse protenso entendimento com os mesmos homens que conduzem a nossa política econômica, com esses homens que já têm uma filosofia de trabalho?

O Sr. Benedito Ferreira — Permite-me V. Ex^e uma observação?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Queria pedir permissão a V. Ex^e e ao nobre Senador Luiz Cavalcante — e os dois sabem da estima pessoal, do carinho com que me envia-deço de devotar a estas duas figuras ímpares nesta Casa, que são os meus queridos colegas, Senadores Itamar Franco e Luiz Cavalcante.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O Sr. Benedito Ferreira — Realmente me sinto gratificado, quando posso me nivelar nesse patamar, de chamá-los de colegas, de colegas que V. Ex^es aceitam-me generosamente. Mas queria pedir permissão a V. Ex^es nós que temos tantos pontos em comum, que me permitissem divergir, de vez que as colocações tanto do Senador Luiz Cavalcante como de V. Ex^e — me perdoem os dois queridos e fraternos amigos — acho-as um tanto quanto radicais quando dizem que não há acertos. Seríamos, talvez, mais justos se levássemos ao reverso: há desacertos, mas há acertos, também. Mesmo porque V. Ex^es há de convir que somos um País de um povo, efetivamente, muito contraditório. Somos um povo extraordinariamente bom, sob diversos aspectos, mas somos contumazes na maneira de dar um jeitinho, o chamado "jeitinho brasileiro". Logo, acho, realmente, muita severidade no julgamento, quando arbitramos os desacertos, ao nível de dizermos que não há acertos, aos ministros da área econômica, quando eles, sem dúvida alguma, têm que governar, têm que administrar uma população sui generis como a nossa. E vejam V. Ex^es que eu mesmo tenho aqui, reiteradamente, anunciado essas nossas contradições. Nós somos um povo que efetivamente não pode pagar bicicletas, mas que insiste em comprar automóveis. O Governo, para diminuir o consumo de combustível, de modo especial de gasolina vem multiplicando o preço, penalizando o preço, e no entanto, surpreendentemente, quando todos os países civilizados do mundo conseguiram diminuir o consumo, o Brasil teve um incremento extraordinário no consumo de combustível. Então é realmente difícil governar um povo como o nosso, mesmo porque nós temos peculiaridades especiais temos características bastante diferenciadas de outros povos. Daí porque, eu gostaria que V. Ex^e me revelasse esta observação, visto que, efetivamente, eu acho que no seu critério de justiça, de homem realmente correto em todas as suas atitudes, não lhe assenta bem essa posição radical, momentaneamente radical quanto extrema, ao ponto de dizer que não há acertos, e não releva os acertos, e muito menos os atenuantes para quem se tenta, e os tenta com lealdade. Tenho verificado presença, principalmente dos dois Ministros da Fazenda e do Planejamento, no Ministério da Fazenda, e na Secretaria do Planejamento, às vezes com 16, 17, 18 horas consecutivamente, em um dia de trabalho. Não vejo como não atenuar-lhes as contradições dos seus atos levando em consideração as nossas contradições internas. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Benedito Ferreira, V. Ex^e também sabe da nossa admiração e do respeito ao nobre representante do Estado de Goiás. Creio que não há severidade no nosso julgamento, creio que não há radicalismos. Mas acho que, em determinado momento da vida pública, em determinado momento do País, há necessidade de substituirmos os homens. E a severidade, ela se comprova através dos números, pois veja V. Ex^e que o Governo se exauriu, o Governo já não tem mais talentos, são os mesmos talentos, o Governo já não olha mais a linha do horizonte, ele hoje está andando em círculo, está perdido.

Senador Benedito Ferreira, veja V. Ex^e que hoje, por exemplo, 85% das nossas exportações, em relação ao ano de 1982, serão destinadas a pagar apenas o serviço da dívida. É o próprio ex-Presidente do Banco Central, Dr. Carlos Langoni, que também assinou esses acordos e que hoje, descendo à planície, está numa posição contrária à terceira carta de intenções, está contrário ao memorando técnico, é ele quem reconhece, neste momento, que o Brasil vai precisar pagar onze bilhões de dólares só para os juros da dívida, até janeiro de 1984. E diz também, num artigo de uma revista inglesa — que já foi traduzido — que é preciso que haja alterações profundas na ordem política, na ordem econômica e na ordem social, neste País. E quando falo que é preciso haver estas alterações, sobre Senador Benedito Ferreira, eu não acredito que isso possa de dar com os mesmos homens, não porque eles não sejam inteligentes, não sejam capazes, mas é que estes homens têm, como eu dizia há pouco, uma filosofia de trabalho, eles estão enraizados numa diretriz e não alteraram essa diretriz por nada. Nada no mundo fará com que o nosso Ministro do Planejamento e o nosso Ministro da Fazenda modifiquem estruturalmente a economia brasileira.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^e já me interrompeu, mas é com muito prazer que ouço V. Ex^e. Depois continuarei o diálogo com o Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu lamento ter interrompido, pelo menos esperei o enunciado de sua idéia. Pior foi o seu colega, o nobre Senador Fábio Lucena que quando V. Ex^e disse: "Sr. Presidente, Srs. Senadores", ele já pedia o aparte e V. Ex^e o concedeu.

O SR. ITAMAR FRANCO — E que o nobre Senador Fábio Lucena, talvez, já conhecendo o meu pensamento, adiantou-se. Evidentemente, eu estranharia se o nobre Senador Fábio Lucena fizesse diferente, mas já conhecendo o nobre Senador Fábio Lucena...

O Sr. Fábio Lucena — Realmente, adiantamos...

O Sr. Pedro Simon — Nós nos conhecemos só pelo olhar, um dia V. Ex^e chega lá!

O Sr. Octávio Cardoso — Nobre Senador Itamar Franco, V. Ex^e ...

O SR. ITAMAR FRANCO — Só um minutinho! Vou ouvir V. Ex^e com o mesmo prazer com que ouvi o nobre Senador Fábio Lucena.

O Sr. Octávio Cardoso — Muito obrigado — V. Ex^e afirmou: ninguém entende isso que está por aí, até dúvida da política de conciliação! Será que vale a pena esse diálogo? Foram três afirmações que V. Ex^e fez.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu diria afirmações, até uma exclamação com afirmações.

O Sr. Octávio Cardoso — Três afirmações exclamativas que V. Ex^e fez, se é assim que V. Ex^e prefere.

- O SR. ITAMAR FRANCO — Fica melhor assim.

O Sr. Octávio Cardoso — Eu acho, nobre Senador Itamar Franco, que sempre vale a pena tentar o diálogo. Nós já tivemos ao longo da vida política brasileira, não precisamos ir muito longe, já tivemos momentos de grande restrição à liberdade de pensamento e de expressão, tivemos fase de repressão, tivemos fase de subversão, tivemos uma fase de abertura, que foi criticada, porque dita gradual, no Governo Geisel, mas que resultou na proposta de eliminação de um instrumento de arbítrio, que foi o AI-5. Agora, chegamos a uma fase da nossa incipiente democracia, em que já tivemos eleições diretas para governador, renovação de todos os mandatos parlamentares em todos os níveis. Eu imagino que V. Ex^e há de fazer alguma justiça ao Presidente João Figueiredo nesse seu esforço político de restruturação, de reformulação da política brasileira. Uma das consequências dessa reformulação, dessa nova política, naturalmente, é o diálogo, é o confronto de idéias da Oposição e das Bancadas do Governo, não só no plenário do Parlamento, mas ao redor de uma mesa para encontrar as soluções. Eu não sei se é muito válida a idéia de dizer que o Governo, como disse V. Ex^e, não tem mais talentos, que o governo usa os mesmos homens. Eu não faria a injúria de dizer que V. Ex^e não tem um Presidente à altura do seu Partido, só porque o Sr. Ulysses Guimarães está aí, também há quinze ou vinte anos. Será que o PMDB não tem mais talentos? Certamente os tem. Vou dar um testemunho... o nobre Senador Pedro Simon é Presidente do Partido no Rio Grande do Sul há mais de uma década. Não acho que o PMDB, no Rio Grande do Sul, não tenha talentos. Pelo contrário, até acho que tem talentos por reeleger o nobre Senador Pedro Simon. Então, acredito que temos de analisar os homens e as atitudes dos homens dentro de um contexto geral. Eu até admitiria que V. Ex^e tivesse razão se o Brasil fosse o único país incapaz de resolver o seu problema da dívida interna e da dívida externa se num contexto de nações todos estivessem bem, todos encontrassem as suas soluções menos o Brasil. O que se vê é o contrário; o Brasil, fazendo parte deste complexo imenso de nações em desenvolvimento, no mundo inteiro, enfrenta os mesmos problemas desses países em desenvolvimento, que precisam importar capital tecnologia e tudo o mais que se segue, até importar o combustível. Acredito, nobre Senador Itamar Franco, que V. Ex^e desempenha o seu papel de oposicionista. Agora, não me parece que seja a melhor tese duvidar de que a conciliação, de que o diálogo possa encontrar as soluções, especialmente quando se busca esse diálogo e essa conciliação no Estado de V. Ex^e como uma das fontes de inspiração, como recentemente se viu através das lideranças mais expressivas do Partido de V. Ex^e. Agradecido pela compreensão e a paciência de V. Ex^e.

O SR. ITAMAR FRANCO — É uma alegria ouvir V. Ex^e. Eu não sei se a frase final veio como provocação. Mas, acredito que não.

O Sr. Octávio Cardoso — Não foi dita com provocação. Quero dizer a V. Ex^e que entendo muito pouco da política mineira e não costumo me meter onde não entendo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu até não usaria uma frase só, porque me ligam laços de profundo respeito a V. Ex^e. Mas, em Minas costuma-se brincar que a política mineira é feita realmente para adultos. Então, é muito difícil compreender a política mineira.

O Sr. Octávio Cardoso — É uma política feita para iniciados.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, veja que eu lhe diria o seguinte, partindo do meu Estado, nós só fomos vencedores em Minas Gerais, meu caríssimo Senador,

para o Senado, pela vontade livre dos mineiros mais uma vez, como o atual Governador de Minas, hoje está no Palácio da Liberdade, por uma pregação de Oposição. Em nenhum instante da campanha nós fugimos de uma pregação de alteração do que aí está, evidentemente da alteração, dentro daquilo que nós pensamos, no seu aspecto democrático, na alternância do poder pela via eleitoral, pela via do processo direto.

O Estado de Minas Gerais, ao engano de muita gente, não tem uma mensagem hoje conservadora, ao contrário...

O Sr. Pedro Simon — Tanto não tem que V. Ex^e está aqui.

O SR. ITAMAR FRANCO — ... se assim o fosse eu não teria sido eleito em 1974. E há um engano quando se confunde o aspecto dos mineiros, nas suas pregações dentro de princípios, com o sentido de conciliação. E, o grande exemplo os mineiros deram uma vez, quando da visita do Imperador — permita-me V. Ex^e esta pequena digressão histórica — quando eles usaram seus sinos para protestar, naquela época, contra a morte de Líbero Badaró. Os mineiros estão sempre presentes defendendo os seus princípios. Deixo a história de Minas para voltar ao ponto central do diálogo. Nem quero referir-me à presença do Senador Pedro Simon dirigindo a seção do PMDB do Rio Grande do Sul, porque não desejo entrar em seara alheia. Vou respeitar as fronteiras, se bem que entre gaúchos e mineiros haja muito de comum, sobretudo se lembremos a própria pregação de Teófilo Ottoni, quando acenava com seu lenço branco às multidões, conduzindo as multidões. Este, sim, conduzia, sabia conduzir as multidões através do Paço de São Cristóvão. Vamos deixar o Senador Pedro Simon lá na Direção Regional do PMDB.

Nobre Senador Octávio Cardoso, V. Ex^e toca num ponto que a mim, por exemplo...

O Sr. Octávio Cardoso — Até por que a S. Ex^e me referi elogiosamente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, acredito que V. Ex^e não tenha feito nenhuma ironia ao Senador Pedro Simon, por S. Ex^e permanecer, já há algum tempo, à frente da Direção Regional do PMDB.

V. Ex^e toca num ponto, que a mim, por exemplo, não me afeta. Sou um dos senadores que defendem a substituição do nosso Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães, essa grande figura que já tem sua presença fixada na História do Brasil. Sobretudo por seu desempenho político nos anos de mais arbítrio, de autoritarismo, S. Ex^e terá sempre uma presença na nossa história, pelo seu vulto democrático, pela sua pregação cívica. Entretanto, creio que, neste momento, o Presidente Ulysses Guimarães deveria deixar a Presidência do PMDB. Esta é uma posição pessoal. Não quero também confundir o meu Partido na pregação e na orientação que dou a este discurso.

Por que não acredito no diálogo? Não acredito no diálogo exatamente por afirmações como esta do Ministro da Fazenda, que vem exatamente dizer aquilo que não é verdade, que depende do Congresso Nacional a orientação externa da dívida brasileira.

É uma inverdade, não corresponde à realidade dos fatos.

O Congresso Nacional — e V. Ex^e sabe tão bem quanto eu — jamais influiu na dívida externa desta Nação, sequer examinou as cartas de intenções — a 1^a carta, a 2^a carta — e não vai examinar a 3^a carta de intenções. Não vai sequer opinar tecnicamente no memorando enviado aos bancos internacionais e ao Fundo Monetário Internacional.

Assistimos — o que é triste para o Parlamento brasileiro — assistimos em nome da Nação a um Ministro de

Estado, ou dois Ministros de Estado, e mais o Presidente do Banco Central, irem lá fora negociar 90 bilhões de dólares.

Quando digo que o Governo se exauriu, que o Governo já não tem mais talentos, V. Ex^e há de convir comigo — e verifique na história contemporânea brasileira — a substituição dos ministros brasileiros: uma hora está no Ministério da Agricultura; outra hora passa para o Ministério do Planejamento; outra hora está no Ministério da Fazenda. É algo interessante, Senador. Sem qualquer acusação aqui, desta tribuna, eu, que pertenço e que hoje presido a Comissão que examina o comércio do Brasil com a Polônia, verifico, a todo instante, naquela Comissão, uma coisa interessante, e brincava com o Senador João Calmon que é jornalista e escritor, além de ilustre Senador: Senador João Calmon, V. Ex^e que é um escritor, deveria atentar para umas coisas interessantes, que, quanto mais se roda, quanto mais se analisa, quanto mais nos enfronhamos na dívida externa ou na presença de determinadas figuras na política econômica nacional sempre vamos dar numa origem — é interessante — na SEPLAN.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^e me deixa interrompê-lo ligeiramente? Só para ajudar o raciocínio de V. Ex^e

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira — Também para dar as proporções, as graduações que entendo devem ter as palavras de um homem do peso e da idoneidade de V. Ex^e. Só para lembrar-lhe que cai na SEPLAN, mas cai na SEPLAN parte dessa dívida, porque V. Ex^e sabe que parte dessa dívida, ainda hoje, do Brasil vem do começo do século, quer dizer, o rolamento de dívidas, as negociações e as renegociações de dívidas do Brasil é uma tradição que vem do começo do século passado. Ainda ontem eu constatava numa publicação esse fato. Em torno oportunidade, gostaria de passá-la às mãos de V. Ex^e, vez que temos débitos do século passado que deveriam ser liquidados agora, este ano. Quase entrando no terceiro milênio, estaríamos aí com dívida a ser resgatada, que, não sei, Deus há de nos permitir, resgatemos esses débitos até o final do século.

O Sr. Pedro Simon — Será que são essas dívidas que nos estão apertando no Fundo Monetário?

O Sr. Benedito Ferreira — Não sei. Não pedi a companhia do nobre Senador Pedro Simon, embora a adore. Da forma como S. Ex^e está entrando no debate, realmente vai-me impedir. Eu que tenho tanta dificuldade de expender meu modesto ponto de vista. (Não apoiado!), mas confusas vão ficar as minhas palavras. Peço desculpas ao Senador Pedro Simon por não conseguir fazer este dueto vocal com S. Ex^e. Na verdade, o assunto endividamento é complexo, num país das dimensões do nosso. Aliás, nesse trabalho — e gostaria de contar com a atenção de V. Ex^e — trago à colação uma série de fatos. Com as minhas dificuldades todas, procuro alinhavar com uma série de contradições e de responsabilidades, as quais tento definir nessa modesta contribuição que trago hoje à consideração dos meus colegas, a fim de mostrar que realmente não podemos situar, de maneira radical, as responsabilidades em tão poucos ombros, como V. Ex^e — parece-me — insiste em debitar aos nossos atuais Ministros da área econômica.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me V. Ex^e?

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Benedito Ferreira, antes de dar o aparte ao Senador Luiz Cavalcante, digo a V. Ex^e que, a permanecer com esses Ministros, a permanecer com essa ordem econômica, vamos ingressar

no 3º milênio não devendo quanto. Se V. Ex^e for verificar o que tem sido feito em nome desta Nação há poucos anos com a Libor, aceitando os Spreads, aceitando prime rate, do período do Presidente Figueiredo até agora só em juros o que o Brasil está devendo, há de constatar que os problemas não datam do século passado.

O Sr. Benedito Ferreira — Parte deles.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nem parte deles, Excelência. É por isso que é preciso, em determinado momento da História, termos a reflexão, pararmos e verificarmos que é hora de substituir esses talentos que aí estão. Caso contrário, vamos tentar fazer o que fazemos agora, vamo-nos enganar a nós mesmos com esse diálogo, com esse mínimo diálogo, quando não se toca no ponto central — a dívida externa brasileira.

Não é, Senador Benedito Ferreira, o problema de salário do pobre trabalhador brasileiro daquele faixa da força econômica ativa que recebe até 3 salários-mínimos, que corresponde a mais de 65% da população brasileira, que dá recessão a este País. Não, Ex^e. É sim, a dependência externa.

Há pouco dizia ao Líder Pedro Simon que pelo menos nós do PMDB não podemos aceitar o diálogo se não fosse levado em consideração este fato. Dialogar dentro de parâmetros, como quer o PDS, não é possível, Senador Benedito Ferreira.

Sr. Presidente, antes de encerrar as minhas considerações vou ouvir o Senador Luiz Cavalcante com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Eu queria voltar aos acertos ou desacertos do Ministro da Fazenda. Recorri aqui ao meu amorável livro preto, onde tenho declarações de S. Ex^e.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não vai V. Ex^e fazer uma soma algébrica?

O Sr. Luiz Cavalcante — Em fevereiro de 1980, no dia 1º, disse S. Ex^e:

"O governo realmente acredita numa inflação, em 1980, substancialmente inferior à de 1979".

A inflação de 1979 foi 77%. Mas a inflação de 1980, em vez de ser substancialmente inferior, como previa o Ministro, foi substancialmente superior — porque subiu a 110%. Outra declaração do Sr. Ministro, em 24 de outubro de 1980:

"Devemos estar preparados para viver dias difíceis e de pesados sacrifícios nos próximos dois anos, mas podemos também dizer que nossas dificuldades não devem durar mais de dois anos." Passaram-se dois anos, e aí é que vieram dificuldades. É, para terminar esta bem mais recente, de 17 de novembro do ano passado:

"Qualquer dia nós vamos acabar indo ao FMI, só para satisfazer a imprensa. Isso é uma obsessão atávica". O Ministro fez humor, mas errou redondamente.

Quanto ao aparte do nobre Senador Benedito Ferreira, dizendo que a nossa dívida vem desde o Império, lembro que há dez anos apenas, praticamente não devíamos nada. Tenho aqui recorte de Relatório do Banco Central, onde se vê que em 1973 a dívida líquida era de 6 bilhões e 156 milhões de dólares, mas as exportações, naquele ano, foram a 6 bilhões e 199 milhões, mais do que a dívida líquida. Portanto, as exportações de um ano pagavam a dívida. Hoje a dívida é de 100 bilhões, enquanto as exportações estão fazendo força para chegar aos 25 bilhões, apenas a quarta parte da dívida.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Luiz Cavalcante, creio que nada tenho a acrescentar à intervenção de V. Ex^e, e espero que o Senador Benedito Ferreira tenha se convencido desta constante verdade dos nossos ministros...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não posso concordar, Senador Itamar Franco. Se V. Ex^e, generosamente me permitisse um aparte, em diria que se V. Ex^e preconizasse para o Brasil, fosse ele dirigido, por pessimistas, tivesse o Governo auxiliares que alardeassem derrotismo, aí deste País, desgraçado deste País não tivesse ele, ministros, capazes ainda de encarar as nossas dificuldades com otimismo. Daí essas afirmações que são colocadas em termos mais ou menos condicionais, mas sempre tentando injetar na nossa gente uma mensagem de fé e de otimismo, porque aí de nós — repito — se os nossos líderes, se nós, os maiores responsáveis pelo destino deste país, saíssemos por aí a irradiar e fazer proselitismo da derrota, do desânimo, do desalento e da desesperança.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Benedito Ferreira, aí já concordo, V. Ex^e tem razão. Quando o Ministro do Planejamento vai à televisão, aquele sorriso dele, que não é um sorriso irônico, evidente, demonstra exatamente o otimismo com que S. Ex^e conduz a Nação. V. Ex^e tem inteira razão. Aplauso o sorriso, e repito a V. Ex^e, não irônico, do Ministro do Planejamento, quando S. Ex^e vai à televisão e diz do mar de rosas em que está o País, ou tenta, mais uma vez, conduzir a diretriz econômica dentro da sua inteligência que todos nós também reconhecemos.

Mas, Sr. Presidente, desviei um pouco, de qualquer forma, do assunto que pretendia abordar em relação ao Ministro Ernane Galvães, mas já que V. Ex^e me chama a atenção, eu queria apenas solicitar a V. Ex^e, e pediria respeitosamente a sua atenção, para um projeto de lei de nossa autoria, que é o Projeto de Lei nº 84, que submete à aprovação do Senado Federal os contratos visando a obtenção de empréstimos internacionais.

Esse projeto, Sr. Presidente, já passou por todas as comissões técnicas da Casa, e ao que sei está na Secretaria Geral da Mesa esperando a oportunidade para ser incluído em Ordem do Dia.

Sendo um projeto do maior interesse para o Senado e para o Congresso Nacional, pois não vai mais permitir que se assine ou que se busquem recursos sem que o Congresso Nacional participe, eu pediria a V. Ex^e que, dentro do possível, colocasse esse projeto em Ordem do Dia, para que o Plenário do Senado pudesse apreciar essa matéria, Sr. Presidente, busco a minha fala inicial, quando o ilustre Ministro Ernane Galvães disse que tudo hoje está dependendo do Congresso Nacional. Vamos, realmente, Sr. Presidente, verificar se tudo depende do Congresso Nacional, porque, até agora, os tecnocratas brasileiros têm dirigido a economia a seu bel-prazer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

18ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 1983

As dez horas e trinta minutos, do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Lourival Baptista, Octávio Cardoso, Itamar Franco, Amaral Peixoto, Saldanha Derzi, Pedro Simon, Roberto Campos, Marco Maciel, Nelson Carneiro e Virgílio Távora, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Registrando-se ainda, as presenças dos Senhores Sena-

dóres João Lobo, Affonso Camargo e Jutahy Magalhães.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Enéas Faria e Severo Gomes.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência comunica que a reunião terá por finalidade ouvir o depoimento do Senhor Embaixador José Oswaldo de Meira Penna, acerca dos fatos divulgados pela imprensa, relativos à dívida da Polônia ao Brasil, em atendimento à proposta do Senhor Senador João Calmon. Dessa forma, estando presente o referido depoente, concede-lhe a palavra, para que inicie sua fala. Encerrada a fase expositiva, o Senhor Presidente franqueia a palavra, pela ordem, para interpelações ao depoente, fazendo uso da mesma, os Senhores Senadores João Calmon, Octávio Cardoso, Virgílio Távora, Amaral Peixoto, Itamar Franco, Roberto Campos e Pedro Simon, que antes de interpellar o depoente, propõe que seja convidado o Senhor Ministro das Relações Exteriores, para expor, perante a Comissão, a posição daquela pasta, acerca das colocações feitas pelo Senhor Senador Roberto Campos, durante sua fala, salientando ter sido a exposição de Sua Excelência, da maior importância e do maior significado. Usa ainda da palavra o Senhor Senador Nelson Carneiro, justificando que embora tivesse grande interesse em interpellar o depoente, não o pode fazê-lo, em razão de haver chegado atrasado, face ao compromisso assumido de ser o orador na Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada à mesma hora da reunião da Comissão. Finalizando, o Senhor Presidente agradece o comparecimento do Senhor Embaixador José Oswaldo de Meira Penna, declarando cumprida a finalidade da reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da exposição, por determinação de Sua Excelência. — Senador Luiz Viana.

Anexo à Ata da 18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores, realizada em 31 de agosto de 1983, às 10:30 horas, referente ao depoimento do Senhor Embaixador José Oswaldo de Meira Penna — que se publica devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

Presidente: Senador Luiz Viana
1º - Vice-Presidente Senador Saldanha Derzi
2º - Vice-Presidente Senador Amaral Peixoto

Integra do apanhamento taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Nos termos do Regimento, declaro aberta a reunião.

Da pauta de hoje consta o depoimento do Embaixador Meira Penna, que foi solicitado pelo nosso colega, Senador João Calmon.

O Embaixador encontra-se presente. Eu peço a S. Exª que tome lugar à mesa, para que possa dar início à sua exposição. (Pausa.)

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero agradecer a oportunidade que me foi concedida para dar um testemunho sobre o assunto da dívida polonesa em relação ao Brasil.

Início, salientando que a experiência que eu tive com o problema do comércio vinculado com a Europa Oriental iniciou-se em 1966, quando desempenhei o cargo de Secretário-Geral Adjunto para a Europa Oriental e Ásia na administração do ilustre Ministro Juracy Magalhães,

sendo Secretário-Geral do Itamarati o Embaixador Manoel Pio Correia. Eu desempenhei esse cargo durante um ano e meio e tive, nessa ocasião, a oportunidade de verificar as vantagens e os perigos do relacionamento do Brasil com a Europa Oriental, por força precisamente dessa vinculação no comércio. Quer dizer, para nós exportarmos temos necessidade de importar, porque de outro modo os saldos vão-se acumulando perigosamente.

Naquela época — é com certa ironia que eu me lembro disso — havendo sido decidida a aquisição de doze navios poloneses para aproveitamento dos saldos, decisão que havia sido tomada no então Ministério do Planejamento, sob a direção do Embaixador Roberto Campos, houve uma grande resistência a esse negócio por parte do então Presidente da SUNAMAM, ou Comissão de Marinha Mercante, como se chamava naquela época, que era o Almirante Macedo Soares Guimarães. Finalmente, esses anfíos foram adquiridos em 1968.

Naquela época tive de me haver com esse problema, e, por uma grande ironia, iria, do outro lado da cerca, procurar estimular esse comércio. Eu saliente esse episódio, uma vez que eu fui acusado de me orientar apenas por preconceitos ideológicos, o que não é verdade.

Em 1968, com autorização do Ministro Juracy Magalhães e do Secretário-Geral Manoel Pio Correia, eu publiquei um livro, denominado "Política Externa: Segurança e Desenvolvimento", e num dos seus capítulos trato precisamente dos problemas criados pelo relacionamento comercial com a Europa Oriental. Qualquer pessoa poderá ler esse trecho, no qual se vê uma posição pragmática e ao mesmo tempo de advertência contra os perigos desse tipo de comércio.

Eu também quero lembrar, em relação a esse assunto, tenho certeza que muitos dos Srs. Senadores recordarão, um fato que nos ajuda a compreender um pouco esse problema: foi o relacionamento que teve o Brasil com a Alemanha antes da guerra.

O comércio do Brasil com a Alemanha, nos períodos sobre tudo de 36, 37, 38 e 39 até a guerra, era feito através do sistema de marcos compensados. Os alemães são muito eficientes, e eles conseguiram, creio que no ano de 1938, transformar-se no principal fornecedor do Brasil. Como era de marcos compensados, o sistema obrigava-nos, à medida que nós queríamos vender, a comprar da própria Alemanha. Não havia muito o que comprar. Uma das coisas que adquirimos em grande quantidade foi armamento alemão, armamento que logo depois se tornou imprestável, porque nós entramos na guerra e não soubermos o que fazer com esse armamento, uma vez que passamos a utilizar armamento americano. E alguns anos depois da guerra, vendemos quase que como ferrovelho para a República Dominicana.

Pode-se também salientar que, através dessa política de comércio com países totalitários, de economia centralizada, nós acabamos na situação estranha de havermos contribuído para financiar o rearmamento alemão. Alguns anos depois, os nossos pracinhas na Itália iam ser mortos com balas e armamentos que o Brasil havia contribuído a desenvolver.

O que está acontecendo com a Europa Oriental é a mesma coisa. Nós estamos na seguinte situação: o Brasil, País pobre, País subdesenvolvido, País democrático, que deseja ser democrático, está financiando o desenvolvimento de países comunistas industrializados.

Foi esse tipo de política contra a qual eu me rebeli.

No final de 1979, sendo eu Embaixador no Equador, fui transferido para Varsóvia, sem que eu fosse consultado se queria ou não. Apenas recebi um telegrama, que dizia: "O Sr. está transferido para Varsóvia". Eu obedeci, não fiz nenhuma ressalva, e cheguei a Varsóvia em final de 1979 lá permanecendo até o dia 12 de junho de 1981, exatamente há pouco mais de um ano e meio.

Em julho ou agosto de 1980, principiou a crise polonesa. A crise econômica polonesa já era latente, ela já se

manifestava. O que principiou, em julho ou agosto de 1980, foi a crise política, através de greves que se iniciaram nos estaleiros de Gdańsk, como é notório, dirigidas por Lech Wałęsa, e, em seguida, com as greves nas minas de carvão da Silésia, as minas de Katowisky. Esse detalhe é muito importante, porque as greves nas minas de carvão evidentemente afetavam a produção polonesa de carvão. Imediatamente eu notei que isso começava a afetar o relacionamento do Brasil com a Polônia, uma vez que o grosso que o Brasil podia importar da Polônia era o carvão. A crise foi-se agravando de tal modo que a Polônia, que chegava a produzir 230 milhões de toneladas de carvão, no auge da crise, baixou a sua produção para 180 milhões. Quer dizer, houve uma queda de 50 milhões de toneladas na produção de carvão. Depois da minha partida eu não obtive mais dados, de modo que não sei qual é a produção atual de carvão, segundo informações, parece-me que estaria aumentando novamente.

Como V. Ex's sabem, em fins de 1981, com a ameaça de anarquia crescente e de invasão da Polônia pelos soviéticos, que mantêm permanentemente duas divisões blindadas em território polonês, foi declarada a Lei Martial. Eu não estava lá quando essa lei foi declarada, mas acompanhei o chamado "verão" da Polônia, em que houve uma enorme abertura, com liberdade de imprensa, de crítica, salvo naquilo que dizia respeito a sua política externa. Quer dizer, o problema do relacionamento entre a Polônia e a Rússia manteve-se tabu.

Esses antecedentes políticos são, a meu ver, importantes, uma vez que toda situação econômica polonesa estava, de certo modo, ligada à situação política. Quer dizer, não apenas a crise econômica provocava a crise política, mas a crise política ia naturalmente agravando a situação econômica. Para lhes dar uma idéia, nós estámos na crise, tão conhecida por todos, em nosso País, com apenas uma queda de menos de 2% no Produto Nacional Bruto brasileiro. Em 1981, a queda do PNB polonês, confessada, já era da ordem de 18%. De maneira que era uma crise da maior profundidade, e, evidentemente, afeitando não só a situação financeira como também a produção polonesa, da qual necessitávamos para compensar os pesados investimentos que estávamos fazendo através de investimentos diretos para o desenvolvimento da Polônia, através de saldos.

Quando falo nesses investimentos diretos, quero salientar os vários dossiers que foram dados à publicidade pela SEPLAN e pelo próprio Itamarati. Houve dois casos de financiamentos diretos à polônia: houve o financiamento para desenvolver a indústria de carvão, no valor, se não me engano, de 172 milhões de dólares, e um outro financiamento para desenvolver a indústria de mineração de enxofre feito por ocasião da visita à Varsóvia do Ministro César Cals, em abril de 1980, no valor, creio eu, de 130 milhões de dólares. Nós financiávamos não apenas a exportação brasileira, o que é legítimo, mas também a importação polonesa. Quer dizer, financiávamos tanto a exportação quanto a importação. Mais ainda: financiávamos o desenvolvimento de um país já industrializado.

Quando verificamos o empréstimo de 172 milhões de dólares para o desenvolvimento da indústria de mineração de carvão na Polônia, podemos nos perguntar: por que esses 172 milhões de dólares não foram aplicados no desenvolvimento da nossa própria mineração de carvão em Santa Catarina e Rio Grande do Sul? Quando falamos no financiamento de 130 milhões de dólares para o enxofre, a gente pode-se perguntar: por que não foram aplicados, digamos, no Pólo de Camaçari, em nosso próprio País? Quando falamos que tínhamos que financiar a mineração de carvão e de enxofre, porque isso era necessário para o nosso abastecimento de carvão e de enxofre, podemos-nos perguntar se era também necessário para a Polônia o minério brasileiro, por que não foi a Polônia que nos emprestou os 172 milhões de dólares para o de-

senvolvimento da mineração de ferro em Carajás ou em outro lugar do País?

Face a esses pontos essenciais da situação, eu passei, com insistência crescente, a solicitar a atenção do Itamarati para essa situação política e econômica crescentemente agravada chamando a atenção para o perigo de novos investimento na Polônia.

Em abril ou março de 1981, a Polônia deixou de pagar duas promissórias no valor total 43 milhões de dólares. Esse fato é revelado pela própria SEPLAN e no dossiê do Itamarati, de uma maneira vaga, mas ocorreu.

Posteriormente a esse primeiro calote polonês, foram ainda emprestados à Polônia 480 milhões de dólares. Nesse ponto, em junho de 1981, eu me aposentei, voltei ao Brasil, e dei uma entrevista ao Jornal do Brasil, no dia 16 de agosto de 1981, onde a manchete da primeira página era: "Polônia, falida, deve ao Brasil 1 bilhão". Essa entrevista foi posteriormente também concedida ao O Estado de S. Paulo e a outros jornais. Obviamente, os meus avisos não haviam servido de nada, porque o envolvimento brasileiro continuou, a ponto de atingir, conforme revelações do jornal O Estado de S. Paulo a soma atual de 1 bilhão de 800 milhões de dólares.

Devo ainda acrescentar, em virtude de certa celeuma que aparece hoje nos jornais sobre as supostas revelações que eu teria feito, violando dispositivos da Lei de Segurança Nacional, que a maior parte, quase tudo, ou tudo do que eu disse constava já de noticiário da imprensa. Eu não revelei coisa alguma que já não fosse do conhecimento do público brasileiro através do que saía na imprensa. Eu me limitei, como o título de ex-Embaixador em Varsóvia, a chamar a atenção para o que se estava passando.

Sobre o montante de 1 bilhão de dólares, o próprio Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Dr. Eduardo de Carvalho, quando esteve em Varsóvia, foi quem me revelou esse soma, S. Ex^e também revelou fez essa revelação quando voltou ao Brasil, tanto que apareceu nos jornais daquela época. De modo que o que eu estava dizendo foi resultado de dados que me haviam sido fornecidos ou por amigos e funcionários ligados a essa situação ou pela leitura de jornais. Não eram fatos dos quais eu tive conhecimento no exercício da minha função de Embaixador.

E não eram por uma simples razão: porque esses pormenores sobre as negociações nunca me haviam sido dados. Eu era considerado simplesmente como um embaixador do Brasil em Varsóvia, responsável pela informação política, porém não pelas negociações de caráter econômico e financeiro.

Finalmente, começaram, agora, as revelações do "o Estado de S. Paulo", e, eu, involuntariamente, fiquei novamente envolvido nessa situação, que sempre me pareceu escandalosa. Teria aqui oportunidade, se desejarem os Srs. Senadores, de discutir pormenorizadamente o dossiê secreto do Itamarati, que foi revelado pela imprensa, e o relatório da SEMPLAN. Mas talvez seja mais conveniente que eu simplesmente, o Sr. Presidente, me ponha à disposição da Comissão, e, conforme as perguntas que me forem feitas, então, faça os comentários pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Dando seguimento aos debates, passo a palavra ao Senador João Calmon, que a havia solicitado.

O SR. JOÃO CALMON — Embaixador Meira Penna, os jornais de hoje revelam que no decorrer de uma sessão secreta da CPI sobre dívida externa — V. Ex^e declarou que essa sua informação chegou ao conhecimento da imprensa através de 2 Deputados que participaram dessa reunião a portas fechadas — V. Ex^e teria dito que tinha sido ameaçado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Todos nós conhecemos e admiramos o Chanceler Saraiva Guerreiro, que é um homem tranquilo, moderado, equilibrado, e, notoriamente, não cultiva a violência ou qualquer atitude radical. Alguns jornais de hoje insinuam que V. Ex^e teria confundido — parece absolutamente inconcebível — a Lei de Segurança Nacional com o Decreto nº 79.099 de 6 de janeiro de 1977, que é um regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos.

A minha primeira indagação, Embaixador Meira Penna, é se realmente V. Ex^e afirmou, nessa sessão secreta, que foi ameaçado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro ou apenas teria havido alguma conversa do tipo informal, sem ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, porque a todos nós, pelo menos a mim, parece absurdo que o Ministro Saraiva Guerreiro tenha tentado atemorizar um diplomata da sua alta categoria só porque V. Ex^e estava cumprindo o seu dever de estranhar que o Brasil, país ainda em desenvolvimento, estivesse financiando, em grande escala um país industrializado, que vive sob a asa protetora do gigante soviético.

A propósito ainda desse enquadramento na Lei de Segurança Nacional, tenho a impressão de que enquadramos na Lei de Segurança Nacional deveriam ser aqueles que patrocinaram esse tipo de ajuda à Polônia. Numa reportagem do "O Estado de S. Paulo", a segunda reportagem, publicada no dia 16 de corrente, há esse trecho — poucas linhas vou ler: "Posição do Itamarati: encontrar-se com os Estados Unidos, os demais países ocidentais e a própria Rússia, que estava adotando a política dura em relação à Polônia, que insiste em fazer pressão sobre a Polônia, o Embaixador Botafogo Gonçalves", — se não me engano é o embaixador a quem V. Ex^e teria chamado de burro, usando uma linguagem não muito diplomática, V. Ex^e talvez tenha falado apenas em uma roda, numa conversa informal —, "e defender a flexibilidade brasileira em relação à Polônia, justificando-se com o argumento de que se trata de evitar o rompimento total de fornecimento de bens essenciais à população polonesa", cabendo-nos — prossegue S. Ex^e — cuidar da sua alimentação — alimentação — alimentação do povo polonês (cacau, café, soja) e do seu vestuário (textéis) — a fim de ajudar um país em dificuldades".

V. Ex^e repetiu aqui a informação. O Brasil concedeu um empréstimo uma vez de 172 milhões de dólares, outra vez de 130 milhões de dólares, e depois de 400 milhões de dólares, com uma taxa de juros muito abaixo das cobradas normalmente no mercado financeiro internacional. Ora, Sr. Embaixador, a nossa surpresa é imensa, porque o Nordeste, que tem aqui um dos seus mais combativos e mais admiráveis representantes, o nobre Senador Virgílio Távora, está atravessando uma situação trágica. Se tivéssemos a capacidade de utilizar em favor do nordeste uma parte dessa fabulosa quantia que foi destinada a ajudar um país industrializado, que já está sob a proteção da Rússia Soviética, provavelmente o problema do Nordeste estaria sem as características drásticas que aqui estamos assistindo hoje.

Então, a minha primeira pergunta giraria em torno desse ponto. Teria realmente o Chanceler Saraiva Guerreiro ameaçado V. Ex^e de enquadramento na Lei de Segurança Nacional já que V. Ex^e não cometeu nenhum crime contra a segurança nacional, ao contrário, foi um intérprete genuíno do melhor interesse nacional?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador João Calmon, posso, de certo modo, apoiar inteiramente as observações que V. Ex^e fez. Eu também faço o mesmo julgamento sobre o Chanceler Saraiva Guerreiro, a quem muito admiro, e, também, acredito que é uma pessoa muito moderada, ao contrário do seu predecessor, dá maior respeitabilidade e, ao qual inclusive me unem certos laços especiais, uma vez que foi meu colega no Liceu Francês. Portanto, conheço o Chanceler Saraiva Guerreiro desde menino. Tenho o maior respeito por

S. Ex^e. Isso não quer dizer que tenha o mesmo respeito pelo tipo de política externa que esteja conduzindo. São duas coisas inteiramente diversas.

Creio que o que diz aqui "O Estado de S. Paulo" de hoje corresponde um pouco mais ao que aconteceu. Aqui diz que o Ministro Saraiva Guerreiro me teria advertido de que eu poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Não foi uma ameaça. A imprensa as vezes modifica um pouquinho o teor do que dizemos. Foi mais um tipo de advertência.

O SR. JOÃO CALMON — Não transformemos a imprensa em bode expiatório, porque não é justo.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — O que "O Estado de S. Paulo" está dizendo é correto, quer dizer, foi isso o que aconteceu.

O "Jornal de Brasília" dá uns detalhes que correspondem à verdade. Esse tipo de advertência foi feito depois que eu estava aposentado, vamos tornar isso bastante claro. Aqui diz corretamente que ocorreu em 82, portanto, já estava aposentado. Ocorreu no Itamarati, na ocasião em que havia muitas pessoas presentes. Estou seguro que várias pessoas ouviram, mas também não posso dizer quem ouviu. Foi durante a posse do Embaixador Wladimir Murtinho na Chiesa do Instituto Rio Branco, e havia muita gente. Para minha surpresa, o Chanceler Saraiva Guerreiro, que é geralmente tão calmo, tão tranquilo, tão ponderado, como V. Ex^e mesmo observou, com o que eu estou inteiramente de acordo, estava um pouco nervoso, estava um pouco exaltado nessa ocasião. Eu fui surpreendido com essa exaltação de S. Ex^e. Tanto quanto posso recordar, a advertência se referia à Lei de Segurança Nacional. Evidentemente, não posso pôr a minha mão no fogo, mas não me lembro dele ter mencionado decreto tal de tal data. Lembro-me de S. Ex^e ter feito uma advertência de caráter geral sobre a Lei de Segurança Nacional.

O SR. JOÃO CALMON — V. Ex^e não exclui a possibilidade de S. Ex^e não ter acenado com a Lei de Segurança Nacional?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Não. Creio que, tanto quanto posso me lembrar, tenho a impressão que foi a Lei de Segurança que foi mencionada, ou, então, digamos, de uma maneira indireta: "o Sr. está fazendo revelações que ameaçam a segurança nacional". Mas, tanto quanto me recordo, o termo usado foi "segurança nacional". E novamente lhe digo, que foi feito num tom bastante exaltado, que não corresponde ao comportamento normal de S. Ex^e. O que me dá a entender é que o Chanceler Saraiva Guerreiro estaria sob tensão em relação a este assunto, o que é perfeitamente explicável.

Quanto às outras observações que V. Ex^e fez, inclusive sobre o Nordeste, eu me diverti nesses últimos dias fazendo um pequeno cálculo sobre o quanto nos tem custado a política externa terceiromundista do Itamarati. Se nós juntarmos os créditos fornecidos à Polônia, de 2 bilhões de dólares, e mais aqueles que foram fornecidos a outros países da Europa do Leste, segundo revelações, atingem perto de 5 bilhões de dólares. Se acrescentarmos a isto um revelação feita recentemente no Jornal do Brasil sobre os créditos que temos nos países do Terceiro Mundo, em geral, atingiria uma soma de 11 a 12 bilhões de dólares. Isto, dividido pela população brasileira, dá, mais ou menos, uma quantia de 100 mil cruzeiros para cada brasileiro. Quer dizer — cada brasileiro contribui com cr\$ 100.000,00 para uma política que não me parece muito sensata. Creio que muitos nordestinos, como V. Ex^e mesmo mencionou, gostariam de receber esta soma. Há muitas críticas feitas a obras ditas faraônicas, levadas a efeito pelo atual ou pelo governo passado e que podem ter sido excessivas ou exageradas, mas elas, eventual-

mente, serão determinadas e trarão proveito para o Brasil. Desses obras faraônicas, essa é, realmente, a única que jamais nos trará proveito.

O SR. JOÃO CALMON — Segunda e última pergunta da minha intervenção: Sr. Embaixador Meira Penna, todos nós, brasileiros, nos sentimos orgulhosos da Casa de Rio Branco. Realmente, o Itamarati possui um corpo de funcionários de tão alta categoria, de tão alta qualificação, que todos nós deploramos profundamente que nos últimos anos o Itamarati tenha sido submetido a um processo de esvaziamento ou de marginalização. Nós observamos, com muita tristeza, que está havendo uma monstruosa hipertrofia da SEPLAN, Secretaria de Planejamento. V. Ex^e entende que seria desejável o restabelecimento daquele campo de ação mais amplo que o Itamarati sempre teve na hora de negociar acordos, inclusive na área de promoção comercial, que está confiada a um diplomata muito dinâmico, o Embaixador Paulo Tarso? Agora, na SEPLAN se concentra a compra de todo o material para todas as estatais. Como o orçamento das estatais é quatro ou cinco vezes superior ao total do orçamento geral da União, O Estado de São Paulo — seria obrigado a fazer uma comparação talvez um pouco irreverente — falou em SEPLAN S/A, que até importação de guindastes fez. Esta é outra história um pouco controvertida, ainda não apurada, e eu não ousaria declarar que foi negociada, porque não tenho esta convicção nem conheço documentos que me levem a esta certeza. V. Ex^e entende que seria desejável nós devolvermos ao Itamarati várias das suas atribuições que foram eliminadas nos anos recentes?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador João Calmon, eu estaria absolutamente de acordo com V. Ex^e neste ponto. Se nós estudarmos com cuidado o dossiê secreto que foi fornecido pelo Itamarati e o relatório da SEPLAN, nós vamos encontrar muitas contradições sobre o papel correto que o Itamarati tomou neste assunto.

Vou citar, aqui, uma parte do dossiê do Itamarati em que tem um trecho que diz o seguinte: "Desde o início da sua participação no grupo de trabalho, em abril de 1981, o Ministério das Relações Exteriores tem declarado que as considerações de ordem política, nos entendimentos com a Polônia, não deveriam se sobrepor aos interesses comerciais e financeiros do País".

Quer dizer, o Itamarati declara que os interesses econômicos e financeiros são principais, e esses interesses são de responsabilidade do Ministério da Fazenda, da SEPLAN, Banco Central etc. Mais adiante, no entanto, diz o seguinte: "Em conclusão, os problemas relacionados com o intercâmbio comercial do Brasil com a Polônia, nas circunstâncias atuais, não podem ser examinados e decididos levando apenas em consideração aspectos de ordem financeira".

Quer dizer, há uma evidente contradição.

Num outro trecho menciona a responsabilidade prioritária do Itamarati nesse assunto. E, de fato, a responsabilidade do Itamarati é prioritária. O Itamarati é o Ministério das Relações Exteriores. O relacionamento do Brasil com a Polônia é problema de relacionamento exterior. Portanto, é da responsabilidade prioritária do Itamarati. Tanto assim que o órgão responsável para com o comércio com o Leste, que é a COLESTE, é presidida pelo representante do Itamarati. Portanto, a responsabilidade do Itamarati é clara. Nesses dossiês que foram publicados, essa responsabilidade não está muito clara. Deu-me um pouquinho a impressão de um jogo de empurra — um quer pôr a responsabilidade para cima do outro. Eu sempre mantive a idéia de que, já que o problema era criado por uma situação política, era de responsabilidade do Itamarati, porque o Itamarati é que estava capacitado para julgar da conveniência ou não de continuarmos a fornecer empréstimos, estender créditos e a

permitir o crescimento desses saldos. De maneira que concordo com V. Ex^e.

Pôssimo acrescentar, talvez, com a permissão do Sr. Presidente, uma convicção, talvez um pouquinho fora do assunto específico da nossa Comissão, uma convicção com a qual eu fiquei em todo esse problema do comércio com o leste europeu. Como são muitos os órgãos que falam nisto — é a SEPLAN, é o Banco Central, é o Banco do Brasil, é a CACEX, é o Ministério da Indústria e do Comércio, é o Ministério das Minas e Energia — por exemplo, um acordo sobre enxofre foi firmado pelo Ministro César Cals. Isto é um verdadeiro polvo de muitas cabeças, algumas das quais tenho minhas dúvidas têm alguma massa cinzenta dentro delas.

Então, às vezes não há uma coordenação. Em uma dessas ocasiões eu fui acusado, por exemplo, de não ter visão ampla, eu fui acusado de ter uma visão apenas setorial, movido por interesses ideológicos. Mas, onde é que houve uma visão ampla? Não houve. Onde é que houve uma decisão centralizada? Não houve. Nós estávamos negociação com um país totalitário, cuja política é eminentemente centralizada. Durante um ano e meio em que estive lá, eu tinha contatos constantes com vice-Ministro do Comércio Exterior da Polônia, o Sr. Karas, que veio aqui, aliás, várias vezes. Ele é um homem muito insinuante, e, naturalmente, era a pessoa que controlava e centralizava tudo, era um homem responsável. Se houvesse alguma coisa errada do lado da Polônia, ele seria punido. Do lado de cá, de quem é a responsabilidade? É impossível caracterizá-la. Por isso é que eu digo que se o Brasil tivesse, digamos, um Ministério do Comércio Exterior, talvez isso não tivesse acontecido, embora o problema seja setorial. É apenas o nosso relacionamento com a Europa Oriental, porque a gente fica em uma situação de inferioridade.

É esta a minha postura, e eu espero que a minha resposta tenha satisfeito o Sr. Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Plenamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continuando os debates, concedo a palavra ao Senador Octávio Cardoso, que a solicitou.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sr. Embaixador, Embora V. Ex^e tenha estado na Polônia entre fins de 1979 e meados de 1981, segundo me parece, eu pergunto se V. Ex^e sabe a partir de que data o Brasil firmou acordo comercial ou entabulou negociações com o governo da Polônia. E se sabe, quem foi o Ministro que assinou esse acordo?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador Octávio Cardoso, nesse relatório da SEPLAN, confirmado pelo dossiê, V. Ex^e encontrará toda correta...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu fiz a pergunta...

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — É uma série de acordos que principiam, se não me engano, em 1978, e se prolongam até bem recentemente.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu sei que está nesse dossiê. Mas como V. Ex^e se referiu à falta de massa cinzenta de algumas pessoas, me assista o direito de saber se esses dados são corretos. Por isso que eu queria os seus e não os do relatório.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Os dados objetivos são corretos. Isso não quer dizer que não haja certas deturpações e certos esquecimentos. Quer dizer, muita coisa não é mencionada. Por exemplo, o Senador João Calmon levantou um problema ali. Podemos ver outro. O problema do enxofre, por exemplo, não está muito esclarecido. Não haveria inconveniente que se investigasse um pouquinho mais profundamente esse acor-

do, para desenvolvimento da mineração de enxofre. Afinal de contas, foram 130 milhões de dólares, e não há dúvida que o enxofre é muito necessário ao Brasil, pois é um produto que serve, na indústria química, para fertilizante, muito necessário à agricultura brasileira. Não há nada mencionado sobre esse problema, não se sabe quanto é que o Brasil já recebeu do enxofre que antecipadamente financiou, não se sabe quais são as companhias que importaram esse enxofre. Seria um ponto interessante, talvez, a investigar, qual é a companhia, ou quais as companhias que importarem enxofre. Sr. Senador Octávio Cardoso, então o que eu posso dizer é o seguinte: os fatos objetivos são corretos, apenas há certas deturpações nas interpretações que são feitas.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — A minha pergunta se prende ao fato de que V. Ex^e responsabiliza muito a administração atual pela iniciação e manutenção dos negócios com a Polônia. Então, eu tinha interesse de saber se era do seu conhecimento haver sido firmado um protocolo anterior, do Governo anterior, sendo Ministro da Indústria e do Comércio o hoje Senador Severo Gomes, e a previsão de negócios à época atingia a cifra de 1 bilhão e seiscentos milhões de dólares, importância aproximada àquela que hoje nos deve a Polônia. Já previa, então, o Ministro citado, naquele ano de 1976, que os negócios poderiam chegar a esse vulto que chegaram. Surpreende-me um pouco que V. Ex^e fale em país totalitário, que seja acusado de ter uma visão restrita sobre o problema, e que de sua parte acuse o Governo de falta de massa cinzenta, o que me dá o direito de perguntar se V. Ex^e não está se deixando envolver pela sua convicção ideológica para censurar as negociações do Brasil com países do Leste europeu e, especialmente, com a Polônia.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador Octávio Cardoso, eu tenho convicções políticas. Eu não as chamarei ideológicas, não vou negar, mas são convicções muito arraigadas. Afinal de contas, tanto quanto eu sei, o Brasil tenta ser uma democracia. De maneira que dizer que eu tenho divergências pessoais, como foi dito, com o Governo Polônio, é estranho, porque essas divergências, tanto quanto eu sei, são da grande maioria do povo brasileiro. Quer dizer, eu não vejo que a maioria do povo brasileiro tenha convergências com o regime reinante naquela área, que é um regime totalitário e, especificamente, na Polônia, uma ditadura militar, subserviente a um país estrangeiro, mantida pela presença de duas divisões blindadas estrangeiras em território polonês. Este o ponto. Como eu citei, será possível verificar que a minha posição sempre foi de pragmatismo responsável. O que não é responsável é a política que foi adotada, porque, obviamente, 2 bilhões de dólares é demais.

A sua menção ao Senador Severo Gomes é importante, mas V. Ex^e há de ver que a situação só deteriorou, e a minha intervenção, digamos, só se processou a partir do movimento que verificou que a situação polonesa estava se agravando e ia dar em uma crise muito séria, poderia exprimir-me assim. Eu poderia ter engolido as minhas resistências, mas trabalhei pelo desenvolvimento e comércio com a Polônia até o momento em que se tornou claro que a gente estava à beira de um precipício, com prejuízo no valor de 2 bilhões de dólares. E essa situação só começou a concretizar-se a partir de meados de 1980, com um agravamento muito forte a partir dos princípios de 1981.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sr. Embaixador, segundo entendi, V. Ex^e não tem nenhuma simpatia pelas negociações que o Brasil entabulou com o Terceiro Mundo. Isso nos leva a dirigir a V. Ex^e uma outra pergunta; seria possível o Brasil manter, como parceiro comercial, unicamente os Estados Unidos ou países a ele vinculados, de certa forma, ou o outro polo que V. Ex^e não gosta, que é a Rússia? Como o Brasil resolveria os seus problemas de necessidades de exportação e necessi-

dade de importação de alguns bens, se não entabulasse essas negociações com o Terceiro Mundo? Pergunto também; como V. Ex^e orientou ou teria orientado o Governo brasileiro a conquistar um mercado como o polonês, que não era nosso, no qual precisávamos entrar, sem fazer a esse Governo algumas concessões, quando, sabidamente, a concessão, a barganha, no bom sentido, faz parte da feitura dos negócios comerciais? Não seria o financiamento feito pelo Brasil, para a implantação de um projeto de mineração, ou de um projeto de carvão, ou de enxofre, a contrapartida para nós abrirmos um mercado com a Polônia? Como poderíamos fazer concessões a outros países do Leste europeu para ampliarmos a nossa possibilidade de exportação? Eu também, sendo Senador por um Estado que tem interesse na mineração, poderia me perguntar; por que não financiar as minas de carvão de subsolo no Rio Grande do Sul, ou a mina a céu aberto, no município de Bagé? Por que não mecanizar as minas de subsolo, hoje ainda predominantemente manuais, com esses dólares que foram dados à Polônia? Mas eu sou obrigado a aceitar que o Brasil, para conquistar o mercado, tem de fazer algumas concessões.

Ainda bem que o cálculo que V. Ex^e fez foi sob a forma de passatempo. V. Ex^e diz que os dólares que a Polônia deve ao Brasil, que V. Ex^e situa ao redor de 5 bilhões, somando-se com os dólares de outros países do leste europeu, poderia chegar a 12 bilhões! V. Ex^e então, divide esse total pelo número de brasileiros, e chega à conclusão de que a cada um tocaria 100 mil cruzeiros. Multiplicando esses 12 bilhões por 5, nós chegaremos a 60 bilhões, que corresponde a um número bastante mais aproximado de nossa dívida. Se nós dividíssemos essa montante pelo número de brasileiros, daria 500 mil cruzeiros para cada um. E eu pergunto: fazendo-se esta distribuição, isto satisfaria as nossas necessidades de importação de produtos essenciais, como petróleo, tecnologia, bens de capital, ou nós estariam dando um dinheiro ao brasileiro, que o consumiria e nos deixaria na mesma penúria? É a estória do provérbio chinês: "Não vale a pena dar o peixe, mas ensinar a pescar". Parece-me que o cálculo que V. Ex^e fez é muito simplista, e vale muito mais como passatempo, como qualquer outro cálculo.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador, eu mencionei de novo, como prova da minha postura, esse livro que eu publiquei em 1967. Há uma consistência na minha posição. Se V. Ex^e lesse certo capítulo desse livro, que eu terei, aliás, muito prazer em oferecer à Comissão, verá que eu ali defendo o desenvolvimento do comércio com a Europa do Leste e com a África, por exemplo. Eu estou absolutamente de acordo com as vantagens desse comércio.

V. Ex^e mencionou a União Soviética. Eu não tenho nenhuma objeção ao comércio do Brasil com a União Soviética, por um motivo muito simples: é um comércio feito em moeda conversível, de maneira que saldos não se acumulam. Quer dizer, nós não estamos financiando o desenvolvimento da União Soviética, o que não é o caso dos outros países da Europa Oriental.

Já me manifestei publicamente, através de artigos, favorável ao desenvolvimento do comércio com a China, por exemplo. É um mercado colossal. E eu concordo inteiramente com V. Ex^e de que é necessário fazer sacrifícios, investimentos para a conquista de mercados. Mas há um limite. O meu protesto é contra o excesso, não é contra o princípio, quando esse excesso se torna absurdo. Nós estamos diante de uma situação que parece um pouco com o teatro do absurdo do Ionesco. V. Ex^e mesmo mencionou a mineração de carvão. Está dito aqui, no relatório do Itamarati, que nós precisamos de carvão e de enxofre, e precisamos diversificar as nossas fontes de abastecimento de carvão e enxofre. Ora, a Polônia também precisa de minério de ferro, e também precisa diversificar as suas fontes de abastecimento, uma vez que ela está na inteira dependência do fornecimento de minério

de ferro soviético. Nessas circunstâncias, para diminuir a sua dependência do minério soviético, ela procura minério brasileiro. Portanto, é uma relação bilateral. Não vejo lógica no Brasil procurar fazer esse favor, esse benefício à Polônia, quando o interesse polonês é também envolvido nisso. Por que não foi a Polônia que investiu 172 milhões de dólares no desenvolvimento da mineração de ferro em Carajás? Seria uma pergunta perfeitamente lógica. E contra essa unilateralidade de interesse é que eu protesto.

Quanto aos países do Terceiro Mundo que eu mencionei, fui também embaixador do Brasil na Nigéria, e o primeiro embaixador na Nigéria. V. Ex^e poderá verificar, nos arquivos do Itamarati, o esforço que eu fiz, que resultou na primeira missão econômica brasileira que percorreu a África Ocidental, dando resultados muito positivos. Mas de novo já está ocorrendo esse fenômeno do acúmulo de créditos e de investimentos. Que a gente faça sacrifício para conquistar mercados, está perfeitamente correto, mas que não financiemos outros países, pois o Brasil é um País pobre, em desenvolvimento, por isso que digo: parece as vezes com o teatro do absurdo do Ionesco.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu devo concluir, Senhor Embaixador, mas tiraria então, segundo penso, algumas conclusões do depoimento de V. Ex^e. V. Ex^e discorda da política que o Brasil desenvolveu com relação à Polônia, quanto ao nível de financiamento que possibilitou esse nível de endividamento da Polônia. Parece-me também que V. Ex^e disse que não aconteceram operações secretas do Brasil com a Polônia, porque nessas operações interferiram muitos órgãos como SEPLAN, CACEX, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, etc. Parece-me também que V. Ex^e não está fazendo nenhuma acusação de algumas pessoas terem levado vantagem pessoal para ultimarem algumas negociações. Não sei se entendi bem isto de parte de V. Ex^e. A sua discordância é quanto à política do Brasil ter ido a tanto nos seus créditos, nos seus fornecimentos para a Polônia.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador, em entrevistas que eu concedi a alguns órgãos da imprensa, especificamente ao O Estado de S. Paulo, e também ontem na CPI da Câmara, eu tornei claro que eu tinha poucos conhecimentos do que se passava. Essa sanção de ser vítima de uma certa relutância, em me dar conhecimento do que se passava ao nível puramente financeiro e comercial, me impressionou. Eu comecei a pôr em dúvida o que se passava. Eu comecei a verificar que havia um outro elemento que começava a entrar nisso, que não era puramente político. Eu declarei, numa dessas entrevistas, a minha convicção de que havia convergência de uma certa orientação política, com a qual eu não concordava, com interesses que eu classifiquei de subalternos, e parece-me que havia interesses subalternos. Pareceu-me evidente a existência desses interesses subalternos, que era a única maneira de explicar o que se estava passando. Fiz esta afirmação sem ter dados positivos, uma vez que, justamente, como eu digo, não me eram concedidas as informações suficientes.

Tanto quanto me recordo, num dos últimos telegramas que enviei de Varsóvia, nas vésperas de minha apontadoria — dois telegramas particulares para o Ministro das Relações Exteriores — eu fazia um apelo para que S. Ex^e tivesse conhecimento desse assunto e fizesse alguma coisa. No último telegrama, se não me engano, eu usei a expressão "protestava" contra o que estava acontecendo, e chegava a chamar a atenção dele para o favorecimento de certas firmas envolvidas nisso tudo. Quer dizer, o envolvimento dessas firmas eu desconfiei, era uma dedução do que se estava passando. Espero que V. Ex^e compreenda o mecanismo das minhas...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Não, enquanto V. Ex^e não explicar, não posso compreender! V. Ex^e fala em suspeitas, interesses subalternos, etc. Acho que V. Ex^e tem que dizer claramente que firmas e que interesses são esses, senão não teria sentido V. Ex^e vir aqui. Nós teríamos lido os jornais, as suas declarações, as denúncias de O Estado de S. Paulo. O que nós queremos, realmente, é investigar a verdade, chegar à verdade. Este é o nosso interesse.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador, tenho a convicção de que pela leitura das denúncias de O Estado de S. Paulo, como eu digo, a gente só pode afirmar uma coisa com provas, não é? Provas eu não tenho. Como é que posso ter? Agora, tenho a convicção de que as denúncias de O Estado de S. Paulo são corretas.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Volto a dizer, Sr. Embaixador: se V. Ex^e não tem dados, não pode fazer essa afirmação. Em que consistiam esses seiscentos telegramas que V. Ex^e teria passado para o Itamarati sobre esses problemas?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — É função do embaixador informar. Talvez V. Ex^e saiba que normalmente as três obrigações de um diplomata seja informar, negociar e representar. Eu representava o Brasil na Polônia e informava; o que nunca fiz foi negociar, quer dizer, nunca entrei em nenhuma espécie de negociação. Esse elemento de negociação inexiste na minha missão em Varsóvia, ou existe num limite muito pequeno. Minha principal função era informar, e a gente informa ao Itamarati através de ofícios, que são mandados por via aérea, em malas, ou através de telegramas, que é muito mais rápido, são telegramas que são enviados por telex. Eram telegramas enviados por telex sobre a situação polonesa, chamando a atenção, crescentemente, para o que se estava passando e a ameaça de uma crise gravíssima na Polônia e a ameaça, que creio exista, de que simplesmente nós vamos perder os dois bilhões de dólares envolvidos lá. Era a informação que mandava, acompanhada, crescentemente, de avisos de alertas.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continua franqueada a palavra. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Apenas para indagar se seria possível o envio a esta Comissão dos telegramas enviados pelo Embaixador Meira Penna?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência vai atender à solicitação de V. Ex^e e oficiará ao Itamarati para que sejam enviados os textos ou as cópias desses telegramas, na medida e com as precauções ou cautelas que ele julgar necessárias.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Presidente, posso usar mais uma vez da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V. Ex^e pode usar da palavra.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Presidente, eu queria solicitar a atenção de V. Ex^e e dos Srs. Senadores para o fato de que os telegramas mandados pelo Itamarati, quando confidenciais ou secretos, são criptografados, e isso envolve um problema da segurança dos meios criptográficos. De modo que a solicitação do Senador Roberto Campos, pela qual fico-lhe extremamente grato, envolve naturalmente a necessidade destes textos serem fornecidos de modo secreto, digamos, ou então, com os devidos cuidados para preservar

os meios criptográficos, através de adequada paráfrase. Isso não é nada de extraordinário, porque constantemente esse parafraseio de documentos secretos ou confidenciais são realizados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Foi justamente a posição que a Presidência tomou, de que iria solicitar esses telegramas, para que eles fossem enviados com as cautelas e os sigilos que fossem necessários preservar.

Tem a palavra o Senador Virgílio Távora, que deseja fazer algumas indagações.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, inicialmente vamos agradecer a V. Ex^a a bondade em atender a nossa solicitação de nos deixar como último devedor do assunto ou questionador do depoente.

Ouvimos com atenção o depoente, já que a nós foi cometida a incumbência de apresentar a versão oficial do Governo sobre os fatos no Plenário do Senado.

As nossas perguntas vão ser mistas, afirmativas e, depois, solicitações de esclarecimentos.

Embaixador, V.Ex^a esteve — vamos repetir só para aqueles colegas que chegaram depois ficarem cientes — à frente da nossa delegação na Polônia de que época a que época?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — De fins de dezembro de 1979 a 12 de junho de 1981.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, Embaixador, realmente, podemos dar um esclarecimento a V.Ex^a: os receios de que os poloneses nunca nos forneceram enxofre são completamente infundados. Valemo-nos de dados oficiais, sempre que aqui falamos no Senado, apresentando dados para que os nobres colegas, seja da Oposição ou do Governo possam conferir. Em 1979, justamente neste ano, foram importadas 78 milhões, cento e sessenta mil toneladas de enxofre; em 1980, quarenta e sete milhões, novecentos e oitenta toneladas; em 1981, cento e vinte e um milhões, oitocentos e quarenta mil toneladas. Nessa mesma época, em carvão, nós importamos de lá um milhão, cento e cinquenta e dois; em 1980, novecentos e noventa e um; em 1981, só para citar, na época em que V.Ex^a foi embaixador, setecentos e oitenta e quatro mil toneladas. Muito bem.

Segunda afirmativa: e aqui fala muito mais o técnico do que o outro — não se importa carvão da Polônia, como o fazemos dos Estados Unidos ou do Canadá, pelo simples desejo de assim proceder. É que o nosso carvão, o carvão do Sul não é 100% metalúrgico na sua capacidade, isto é, nós temos que misturar o carvão nacional com o estrangeiro. A nossa tecnologia, certo ou errada, que vêm desde o tempo da instalação da Belgo-Mineira, foi baseada em carvão desse tipo.

Então, ninguém vai importar carvão numa época dessa, se assim o puder. Assim como também ninguém importa enxofre se tivesse produção de enxofre suficiente para atender à demanda nacional.

Mas somos um pouco pachorrentos. Fizemos uma síntese de todas as afirmativas que saíram nos jornais, que são conhecidas por todos, não vamos repeti-las. Mas algumas delas nós gostaríamos de citar. Número um: nós não sabemos de onde V.Ex^a tirou esse número de cinco bilhões de dólares, por uma razão muito simples: apenas 49,6 do comércio com o Leste europeu são realizados dentro do sistema de moeda-convênio, que em 80 foi até 72%, e até 57% em 81. Até que está diminuindo bastante. Os outros 54,4, cuja tendência é de aumentar mais, são realizados dentro no sistema de livre conversibilidade.

Então, qualquer problema é de acumulação de saldo, pois todas as operações comerciais fora do sistema de moeda de convênio são liquidadas da mesma forma do que em qualquer outro país do mundo.

Vamos mais adiante: sobre esses 49,6 na área romena apenas a Polônia acumulou saldos não pagos com a

Romênia — as autoridades mantêm estrito controle prévio das exportações, para impedir a reciprocidade daquilo ocorrido com a Polônia. Com a RDA e a Hungria, segundo as informações oficiais que nós colhemos justamente face às afirmativas de V.Ex^a, nunca houve qualquer problema de pagamento.

Este é o primeiro reparo que fazemos a V.Ex^a que dizia que ignorava quanto tínhamos importado de enxofre, se tínhamos importado, então esclarecemos a V.Ex^a, na época em que esteve à testa daquela Embaixada.

Mas, Excelência, vamos aqui fazer nossas algumas palavras do ilustre representante do Rio Grande do Sul, Senador Octávio Cardoso.

V.Ex^a fala em acusações envolvendo interesses econômicos subalternos e depois faz uma ressalva que, embora não seja do Itamarati, nos deixa bastante satisfeitos, porque consideramos aquela Casa um dos orgulhos da Administração Pública brasileira. A quem então é dirigida a acusação? Esta é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — S.Ex^a quer que seja respondida.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O Sr. Presidente é quem dá as diretrizes. Nós temos umas seis perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V.Ex^a poderia formular as perguntas e depois o embaixador respondia.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O Sr. Embaixador pode responder uma a uma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Solicito ao Embaixador que responda à primeira indagação do Senador Virgílio Távora.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador Virgílio Távora, eu lhe pediria o favor de repetir os dados sobre enxofre de 79 a 80. Em 79, parece-me que V.Ex^a mencionou 78 milhões de toneladas e em 80...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Em 78, 166; em 80, 47,981; em 81, 121,840.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Eu solicitei a V. Ex^a que compare os dados que mencionou com os que foram contratados. Há um acordo entre o Brasil e a Polônia para fornecimento de carvão ao Brasil com dados determinados. Infelizmente, eu não posso esses dados de cor. Eu estimaria que V. Ex^a procurasse cotejar esses dados com os do contrato, para ver se a Polônia cumpriu esse contrato.

Eu devo antecipar que duvido muito.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Esses dados aqui foram apresentados, para tranquilizar o espírito de V. Ex^a que, numa entrevista, disse que ignorava e, na outra, duvidava que tivessem havido essas importações, principalmente enxofre. Então, como lhe fornecemos os dados sobre o enxofre, passamos logo para os do carvão.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador, o Sr. mencionou 70 milhões de toneladas em 1979. Foi em 1980 que o Ministro César Cals esteve na Polônia e forneceu um empréstimo de 130 milhões de dólares para desenvolver a mineração de enxofre. Se a Polônia era capaz de fornecer enxofre ao Brasil em 79, 70 milhões de toneladas, por que era necessário o Brasil financiar a mineração de enxofre polonês? Por que razão um país pobre, subdesenvolvido, financia o desenvolvimento da indústria de um país avançado? Esta é minha preocupação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A receber 121 mil, em 81; 256 mil, em 82, e 150 mil até a data corrente.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sobre o problema da moeda-convênio, eu mesmo já tinha feito a ressalva que o nosso comércio com a URSS é feita em

moeda de livre conversibilidade, e isso eu acho perfeitamente normal. Francamente, Sr. Senador, me permita discordar, sobre a sabedoria de uma política que consiste em o Brasil financiar não apenas a exportação, como também a importação, financiando, com isto, o desenvolvimento da indústria de um país industrializado e de um país de sistema político e econômico diferente do nosso. Esse é o meu ponto de vista.

Quanto à minha acusação de favorecimentos, eu já disse que eu não posso ter provas disso, pelo simples fato de que eu não participei das negociações. Eu sempre desconfiei de que havia um desejo de que eu não participasse das negociações.

Essas minhas desconfianças de favorecimentos de firmas foram desconfianças que ocorreram como resultado de deduções do que se estava passando. Creio que eu levansei este assunto. Para mim é difícil lembrar de certos dados. São telegramas mandados há mais de dois anos. Eu creio que mencionei esse assunto, e creio que especifiquei, não posso ter certeza, nomes de firmas, nesses dois telegramas que o Senador Roberto Campos solicitou ao Sr. Presidente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a está um pouquinho equivocado; é a memória; há tanto tempo, Embaixador, que não dá para lembrar. Eu posso os telegramas. Não estão especificados os nomes das firmas não. O Sr. Presidente da Comissão poderá, quando os telegramas chegarem à Comissão, atender à solicitação de V. Ex^a, mostrando-os aos seus diferentes colegas. A atitude de V. Ex^a foi firme, não discuto se certa ou errada, muita afirmativa, digamos assim, mas não havia menção a firmas, não. Havia menção muito cética a procedimentos.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador, me permita, a minha memória está voltando. Eu creio que fiz menção específica a uma firma. Evidentemente, teria muita dificuldade em provar isso, uma vez que não tenho o texto do telegrama.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas não me passa na cabeça, Embaixador, que solicitado pelo Sr. Presidente desta comissão, aquela Casa não mande o texto dos telegramas, nem que se tenha de convocar reunião reservada para isso. Então a segunda está prejudicada, porque V. Ex^a não dispõe de provas para fazer tão grave acusação; tem apenas convicção. Agora, V. Ex^a citou muito pouco aqui, em muitos jornais, a falta de ação do Itamarati. Pela documentação que me foi fornecida pelo Itamarati e por tudo que vi, o Itamarati alertou a todos os órgãos governamentais, e o eminente Chanceler disto não se pode penitenciar quanto àquelas sugestões que V. Ex^a deu. Inclusive posso lhe garantir que, na resposta dada ao seu último telegrama, está escrito que V. Ex^a, o Sr. Chanceler, levou ao conhecimento dos órgãos competentes da área econômica, essas suas ponderações. Não estou aqui como advogado do Itamarati mas o que faltou de ação do Itamarati, no caso?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador, não me parece que faltou ação do Itamarati no fato de a Polônia ter dado o primeiro calote em março, abril ou maio de 1981, no valor de 43 milhões de dólares, em promissórias não pagas. Ainda assim, 430 milhões de dólares foram adiantados à Polônia, e, subsequentemente, ainda mais algumas centenas de milhões de dólares, até chegar à cifra atual de 1 bilhão e 800 milhões. A minha declaração sobre o que estava acontecendo, nos jornais, é de agosto de 1981. Eu falava baseado no que disse o Secretário Geral do Ministério da Fazenda, o Dr. Eduardo Carvalho. Eu falava em 1 bilhão. Subsequentemente, a dívida subiu para 1 bilhão e 800 milhões de dólares.

Deve haver responsabilidade de alguém. Não é a minha função, nesse sentido, apontar responsabilidades. Eu acho que de certo modo houve omissão. O Itamarati

é o Ministério das Relações Exteriores. Se ele permitiu o desenvolvimento dessa situação, parece-me que é responsável, se não ativamente, pelo menos por omissão.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Por omissão, Sr. Embaixador. Nós tabulamos aqui, e acho que é do conhecimento de V. Ex^e Primeiro: suas preocupações foram compartilhadas pela Chancelaria e foram transmitidas aos setores competentes — nós já dissemos isso há pouco — tanto que na resposta aos telegramas de V. Ex^e isso é citado.

O Governo brasileiro decidiu criar dois grupos de trabalho, integrados pelo Ministério da Fazenda, MRE, SEPLAN, CACEX, BACEN, a fim de reavaliar a política de concessão de linhas de crédito, para promoção de exportação do Brasil para o Leste europeu e de acompanhar negociações financeiras e comerciais com a Polônia. Quando V. Ex^e fez o alerta, a Polônia pagava pontualmente o Governo brasileiro. Na época, o pagamento pontual das promissórias era mais conveniente ao Brasil do que a participação em negociação multilateral com outros credores poloneses com o pagamento dos preços de resultados... O Governo brasileiro, por intermédio do Itamarati, em coordenação com o Ministério da Fazenda, da SEPLAN e do Banco Central, quando começou a haver problemas com o pagamento das notas promissórias, transmitiu, através da Embaixada, em Varsóvia, sua surpresa e preocupação ao próprio Governo polônio pelo não cumprimento do acordado. E quem era o Chanceler era justamente o Saraiva Guerreiro.

De maneira que, realmente, eu não vejo como houve esse adiamento do Itamarati.

Os ajustes interbancários de 1981 eram do conhecimento de V. Ex^e?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — De que data de 1981?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — De agosto.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Em agosto de 1981?

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Sim.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Não podiam ser, uma vez que eu saí de lá em junho.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Satisfeito.

Era do conhecimento de V. Ex^e a sugestão, que depois se transformou em fato, para a constituição desses GTs para acompanhar o problema da dívida polonesa?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador...

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Eu falei em grupo de trabalho, abreviadamente.

Era do conhecimento de V. Ex^e que o MRE havia sugerido a constituição desse grupo de trabalho para acompanhar o problema da dívida polonesa?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Em que data, Senador?

O SR. VIRGILIO TÁVORA — É do conhecimento de V. Ex^e quando do exercício da sua função?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador, o entrosamento do Itamarati com os outros Ministérios e com os outros órgãos é permanente, através da existência da COLESTE. A COLESTE está aí para isso.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Além da COLESTE, foi feito um grupo de trabalho. Este era do conhecimento de V. Ex^e?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Não me recordo; isso não me chamou a atenção.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Então, mais um motivo para nós afirmarmos aqui que o Itamarati não ficou ao lado da questão.

O Governo polônio já havia transmitido ao Governo brasileiro sua intenção de continuar a pagar em dia os seus compromissos apesar da crise, quando do tempo de V. Ex^e...

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador, durante todo o tempo em que estive lá, as autoridades polonesas e, muito especificamente, o Vice-Ministro do Comércio Exterior, o Sr. Karas, que veio aqui, era de enorme cordialidade. Era uma pessoa extremamente insinuante e vivia prometendo que o Brasil teria um tratamento privilegiado.

Quanto à produção de carvão, ele disse que foi de 230 milhões para 280 milhões de toneladas, e que a Polônia necessitava desse carvão e não possuía mais carvão para exportar, uma vez que prioritariamente ela precisa para o seu próprio funcionamento, para aquecimento, para eletricidade, para as vias férreas, para todas as necessidades internas inadiáveis. Então, o Sr. Karas continuava dizendo que daria um tratamento preferencial ao Brasil. Essa crença ingênua nossa nesse tratamento preferencial que a Polônia devia nos dar está muito claro no dossiê do Itamarati. Evidentemente, o Sr. Karas fazia o seu papel muito bem. O que não era correto era acreditar na palavra desse Senhor, porque deu, como consequência, um rombo perto de 2 bilhões de dólares.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Sr. Embaixador, V. Ex^e naturalmente com o tempo que passou na Polônia, tinha conhecimento, viu, reviu o célebre Protocolo 76, que foi assinado até por um nosso colega, àquele tempo Ministro e, hoje, Senador por São Paulo. Qual a opinião de V. Ex^e sobre o protocolo assinado em 1976 cobrindo o período de 1976 a 1980? O protocolo era do comércio, no valor de 1 bilhão e 600 milhões de dólares, aproximadamente, porque 1 bilhão e 797 milhões é, hoje, a dívida que está sendo aqui tratada. Desculpe-me, mas sendo engenheiro, falo em números bem exatos: 1 bilhão e 797.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador, V. Ex^e verificará, por um dos quadros que constam do documento veiculado pela SEPLAN, como é que se processou esse comércio. De fato, no auge desse comércio, que, creio, ocorreu em 1980, não estou seguro, o comércio bilateral chegou a perto de 600 milhões de dólares, mais ou menos 400 e poucos milhões de dólares. Isso tudo eu estou dizendo de memória, V. Ex^e tem a vantagem de ter os dados aí. Eu estou me esforçando de memória.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ele tem sempre essa vantagem.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Não esconde nada de nenhum de vocês; deixem de conversa, bando de ingratitos! (Risos.)

V. Ex^e me desculpe, mas Governo e Oposição, no Senado, se tratam cordialmente.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Continuando: era de quatrocentos e trinta milhões de dólares, se não me engano, e as nossas importações foram da ordem de 160 milhões. O problema é que os saldos iam-se acumulando. V. Ex^e como engenheiro, e talvez o Senador Roberto Campos, que é economista, poderão melhor do que eu, analisar isso. O que estava claro é que havia um acúmulo crescente de saldos e a crescente dificuldade da Polônia em nos vender.

V. Ex^e mencionou esse acordo, que, terminava em 1980. Ora, foi precisamente em meados de 1980 que a situação começou a se agravar. As minhas preocupações se enfatizaram em fins de 1980 e princípios de 1981. Insisto: a preocupação era devido a esse agravamento da situação polonesa com a muito estranha incapacidade do Brasil reagir a isso, pondo cada vez mais dinheiro num saco, cujo fundo não se mais via. Essa sempre foi a fonte

das minhas preocupações e a fonte das minhas deduções, de que obviamente havia outros interesses envolvidos, que explicariam essa atitude irracional, interesses que, repito, sempre julguei relacionados com uma convergência de interesses ideológicos, com interesses subalternos de outra procedência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgilio Távora.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Eminente Embaixador, de toda a exposição de V. Ex^e, nós o ouvimos várias vezes repetir falar em interesses econômicos subalternos. Mas ouvimos também V. Ex^e falar em convicção, mas não em provas. Não nos convenceu, *data venia*, de tudo que V. Ex^e disse, a falta de ação do Itamarati, inclusive, vamos repetir, as respostas tão famosas dos telegramas. Está dito justamente o que Saraiva Guerreiro tinha providenciado ou procurava providenciar junto às autoridades econômicas.

E, finalmente, sabemos que o Governo Polônio havia transmitido ao Governo brasileiro sua intenção de pagar em dia seus compromissos. E àquela época, ele já batia às portas dos seus credores do Clube de Paris, cujas negociações depois foram suspensas por ordem, por determinação de um dos seus parceiros, no caso os Estados Unidos, já que a Polônia não tem nenhum contato com o FMI.

Ficamos agradecidos a V. Ex^e pela elucidação de alguns fatos que gostaríamos que ficasse presentes no pensamento, na memória de todos os Srs. Senadores presentes a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Algum dos Srs. Senadores ainda deseja usar a palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, Embaixador Meira Penna, há poucos dias, dando uma entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, referimo-nos à posição do Brasil no comércio exterior, orientado pelo seu Governo nos anos que antecederam à guerra. Sobre o assunto, que não se referia à Polônia, eu me reservei para falar no fim.

S. Ex^e fez uma crítica ao Governo de então, dizendo que o Governo havia facilitado o comércio com a Alemanha. O que foi feito agora em relação à Polônia, havia sido feito com a Alemanha, e que a Alemanha inclusive havia se aproveitado dessa posição do Brasil para se armar contra os próprios soldados brasileiros.

Eu quero explicar a S. Ex^e — talvez S. Ex^e não conheça o assunto — que a orientação adotada pelo Governo, em 1938, e depois do começo da guerra, decorreu de solicitação feita por vários Governadores de Estados. Homens absolutamente insuspeitos, sob o ponto de vista ideológico, como o General Flores da Cunha, o Governador Juracy Magalhães, que escreveram ao Presidente da República pedindo para intensificar o comércio com a Alemanha, que era o único país que estava comprando aquelas mercadorias que os Estados tinham acumulado e não tinham a quem vender. Não faço nenhuma indiscricão, citando esse fato, porque V. Ex^e encontrará, num arquivo do presidente Vargas, que está aberto à consulta pública, no Centro de Pesquisas e Documentação Histórica na Fundação Getúlio Vargas, essas cartas. V. Ex^e verá que o Governo agiu para atender aos interesses dos Estados, como Rio Grande do Sul, Bahia e Paraíba.

Quanto ao fato do armamento obsoleto, todo armamento, sobretudo num período de guerra, ao fim de 1 ano, está obsoleto. O Brasil havia feito uma grande encomenda na França. Com a situação interna da França tumultuada por greves, a encomenda caiu pela metade. A missão militar, que estava lá recebendo esse armamento, vivia reclamando e o Governo francês não tinha meios de fazer cumprir os contratos. Foi quando essa missão deslocou-se para a Alemanha, antes da guerra, para encomendar um material superior e que era entregue pon-

tualmente pela Alemanha. V. Ex^e encontrará no arquivo do Presidente Getúlio Vargas toda essa documentação.

Eu não pretendia fazer referência a esse ponto, num a intervenção, mas V. Ex^e iniciou sua exposição repetindo esses mesmos fatos, o que me obrigou a falar. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador Amaral Peixoto, eu aceito absolutamente as explicações e justificações de V. Ex^e. Eu pediria a atenção de V. Ex^e para um livro que saiu recentemente, de um Professor americano, brasileirista, chamado Stanley Hilton??. Esse livro está sendo traduzido. Ele analisa, creio eu, de uma maneira muito correta o que aconteceu. Quero chamar a atenção apenas para os perigos de todo tipo desse comércio vinculado, que é um comércio perigoso, porque nos obriga, a fim de exportar, a importar cada vez mais. A Alemanha era dirigida por um gênio econômico àquela época, e ela conseguiu essa estória extraordinária de ser o maior fornecedor do Brasil. Bateu os Estados Unidos naquela época. Esse comércio era perigoso, porque nós fazíamos um esforço enorme para encontrar o que comprar da Alemanha com os marcos compensados. Nós queríamos utilizar os marcos compensados, mas tínhamos dificuldades para isso. Ficávamos acorrentados a esse tipo de política.

Eu citei este caso apenas para documentar, para mostrar que o problema não é novo. É mais ou menos o que está acontecendo agora de novo: nós ficámos acorrentados.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Era o único meio que nós tínhamos para podermos exportar.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Ainda que os Estados Unidos continuasse a ser o principal mercado brasileiro naquela época. Alemanha nunca foi o principal mercado a Alemanha bateu os Estados Unidos como fornecedora do Brasil. Mas os Estados Unidos continuavam a ser o melhor mercado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Embaixador Meira Penna, durante os debates, particularmente entre V. Ex^e e o nobre Senador Virgílio Távora, fica sempre demonstrada a dificuldade que a Oposição brasileira tem, face a falta de documentação que o Governo não envia, mesmo quando solicitado, em abordar determinados aspectos.

V. Ex^e, na intervenção do Senador Virgílio Távora, que possui toda a documentação — até os telegramas S. Ex^e tem — disso que por um lapso de memória não se recordava se havia ou não, nesse telegrama, citado o favorecimento de firmas. O Senador Virgílio Távora, que tem, no bolso esses telegramas, diz que realmente V. Ex^e não falou. Mas, em seguida, V. Ex^e disse que a sua memória retornava e V. Ex^e poderia pelo menos indicar uma firma que foi favorecida. Eu gostaria de saber o nome dessa firma.

O SR. MEIRA PENNA — Senador Itamar Franco, af se coloca o mesmo problema que já houve ontem. Como sabe V. Ex^e, eu já estou envolvido em problemas de advertências relacionadas com a Segurança Nacional. O ilustre Senador João Calmon mencionou não apenas uma confusão possível entre a Lei de Segurança Nacional e o Decreto nº 79.099, que regula a salvaguarda de assuntos sigilosos. Estando resguardados os assuntos sigilosos, se eu revelar o que conta nesse documento, evidentemente ficarei, *ipso facto*, inciso nas penalidades desse decreto, que diz que “toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assuntos sigilosos, fica automaticamente responsável pela manutenção do sigilo.”

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O assunto será resolvido quando da remessa dos telegramas.

O SR. ITAMAR FRANCO — S. Presidente, por favor, eu quero complementar o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Não, nobre Senador, é só um aparte.

O SR. ITAMAR FRANCO — Com a devida vênia de V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V. Ex^e me perdoe.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, eu acho que o que disse o Embaixador não corresponde exatamente à minha interpelação. S. Ex^e afirmou, há pouco, que nos telegramas enviados ele havia mencionado as firmas. O Senador Virgílio Távora, que possui os telegramas — e sempre com a sua sinceridade, com a sua clareza — diz que nesses telegramas não consta o nome de nenhuma firma. Portanto, a revelação do Sr. Embaixador, neste instante, não está enquadrada nenhum documento sigiloso. S. Ex^e diz que de memória — já afi não é sigilo, se não, daqui há pouco a Lei de Segurança Nacional estará fiscalizando a nossa memória. Pelo amor de Deus, já chega essa Lei de Segurança Nacional que afi está. Então eu acho que a memória de S. Ex^e não está sujeita à Lei de Segurança Nacional. Foi mencionada aqui o documento sigiloso, os telegramas que V. Ex^e passou sob sigilo. Lamentavelmente, Sr. Embaixador, eu que participei, como Presidente, da CPI Nuclear constatei que tudo neste País se faz com carimbo do CONFIDENCIAL, do SECRETO. E é por isso que nós chegamos ao que V. Ex^e disse há pouco com relação à própria Polônia, o que significa falta de responsabilidade. Não é só na Polônia, Sr. Embaixador. Há falta de responsabilidade aqui dentro também. Portanto, eu acho que a memória de V. Ex^e não está enquadrada na Lei de Segurança Nacional. E eu insisto: qual é a firma, Embaixador?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Senador Itamar Franco, estou, aliás, sob essa deterioração da classificação dos documentos. Ontem, por exemplo, eu estava participando de uma reunião secreta na Câmara dos Deputados, e meia hora, uma hora depois já se sabia o que eu havia dito nessa reunião.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não há segredo para duas ou três pessoas.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Esse processo ocorre no Itamarati também. Quando entrei para o Itamarati havia: “OSTENSIVO” “RESERVADO”, “CONFIDENCIAL”. Depois começou a haver: “OSTENSIVO”, “CONFIDENCIAL”, “SECRETO”. Creio que hoje já está em “ULTRASECRETO”. Aliás não é só privilégio nosso, porque nos Estados Unidos já existe uma classificação dita “CÓSMICA”, “SECRETO CÓSMICO”.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nós imitamos bem. Daqui a pouco nós teremos também essa denominação.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Todo mundo sabe, aparece nos jornais. Nesse ponto estamos em situação ainda muito melhor do que os Estados Unidos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Dentro em breve nós vamos adotar isso, Embaixador, não tenha dúvida.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Funcionários da CIA, por exemplo, revelam nomes dos espiões, e, evidentemente os espiões são imediatamente identificados. Já houve inclusive casos em que os espiões foram condenados e morreram em consequência de tais revelações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não vamos desejar isso a V. Ex^e

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — V. Ex^e mencionou que o Senador Virgílio Távora possui esses telegramas. Tavez S. Ex^e possa ler para nós o telegrama.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não. Eu gostaria até que S. Ex^e lesse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Perdõe-me V. Ex^e. O Embaixador declarou que mandou 600 telegramas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vamos ler os 600, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Não. Nós devemos receber 600 telegramas. Agora, não sei se o Senador Virgílio Távora possui os 600?

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas 599 S. Ex^e deve ter. Acredito que 599 S. Ex^e tenha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Pode ser que falte a S. Ex^e justamente o telegrama que tem o nome da firma. Portanto, pode ser que falte ao Senador Virgílio Távora justamente esse.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu queria novamente insistir, com o devido respeito, com o Sr. Embaixador Meira Penna. O Senador Virgílio Távora não vai ler os telegramas ou não querer ler os telegramas. Mas S. Ex^e vai ter que lê-los um dia. Não há a menor dúvida de que vai ter que ler os telegramas. o Senador Virgílio Távora sempre...

O SR. VIRGILIO TÁVORA — V. Ex^e viu alguma vez eu me escusar de ler qualquer documento? Eu posso lê-los. Mas se o documento é ultrasecreto, etc, etc, eu vou ter numa reunião pública?

O SR. ITAMAR FRANCO — Diz V. Ex^e que o documento é ultrasecreto. Já passou de secreto para ultrasecreto em quinze segundos,

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Mas se V. Ex^e quiser ler os telegramas...

O SR. ITAMAR FRANCO — Quero. E vou pedir mais coisa. Não é só telegrama.

Sr. Embaixador, eu insisto na seguinte colocação, a não ser a interpretação intelectual diferente: V. Ex^e disse que o nome dessa firma mencionada constava do telegrama. O Senador Virgílio Távora diz que não consta. Então, se não está, eu continuo cobrando de V. Ex^e o nome da firma, porque senão afi eu precisaria da intervenção definitiva de V. Ex^e. Há ou não o favorecimento de firmas? É a primeira pergunta.

Segunda: Nos telegramas enviados ao Ministro das Relações Exteriores, V. Ex^e mencionou firmas ou firma? Se não as mencionou, de acordo com o Senador Virgílio Távora, eu tenho o direito de perguntar, com o devido respeito, e acho que V. Ex^e tem, neste instante, o dever, perante a Nação, o Senado da República, de dizer qual o nome dessa firma.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Presidente, V. Ex^e...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Um momento. O Senador Roberto Campos deseja usar da palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre um tema mais geral de política externa e não propriamente sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Então, V. Ex^e terá a palavra posteriormente.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Sr. Presidente, V. Ex^e me garante que, revelando esse nome

— o que eu digo é de memória — eu não estarei incursa no Decreto nº 79.099, que regula a salvaguarda de assuntos sigilosos?

Art. 12 desse decreto diz: "Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assuntos sigilosos fica automaticamente responsável pela manutenção do sigilo."

O dispositivo legal aparentemente ressalta que nele podem ser enquadrados funcionários da ativa, aposentados ou qualquer pessoa. Eu sou funcionário aposentado. Eu posso dizer o nome dessa firma?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Eu acho que a responsabilidade é de V. Ex^e. V. Ex^e será o juiz.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Tanto quanto eu me lembro, Senador, acho que mencionei a COMEXPORT.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mencionei a COMEXPORT,

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas isso foi publicado nos jornais.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, Senador. Vamos colocar as coisas com a devida clareza, porque nós não estamos brincando nesta Comissão, tenho a certeza que não. Eu fiz uma pergunta clara...

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Isso foi mencionado em junho de 1981.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu perguntei e V. Ex^e falou em favorecimento, e eu tive o cuidado de perguntar qual era a firma que teria tido esse favorecimento. V. Ex^e, com a sua coragem, com a sua hombridade, neste instante, fala, num depoimento ao Senado da República, que foi a firma COMEXPORT.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — E poderia acrescentar mais, Senador. Talvez a Comissão esteja habilitada a investigar assuntos posteriores à minha presença na Polônia. Isto é apenas uma suspeita, uma mera suspeita. Eu acho que existem várias graduações. A gente em prova de alguma coisa, a gente suspeita de outras. Quer dizer, é necessário levar em consideração esses vários tipos, essas várias graduações. Eu tenho prova quando vejo uma coisa escrita; tenho suspeitas quando faço conclusões, deduções lógicas. Seria interessante investigar, por exemplo, o problema do fornecimento de enxofre ao Brasil, do qual falou o Senador Virgílio Távora. Seria interessante verificar quais foram as firmas que foram favorecidas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Embaixador, eu teria uma série de indagações, mas, realmente, eu vou terminar nesta minha intervenção, porque acho que o que V. Ex^e declarou há pouco, perante o Senado da República, é de extrema gravidade.

Espero que o Governo aprove, ainda hoje, no plenário do Senado, a Constituição de uma comissão especial, por iniciativa não de um Senador da Oposição, mas por um ilustre membro do Governo, nobre Senador João Calmon, para apurar fatos do relacionamento Brasil-Polônia. Tendo sido indicado, por deferência do nobre Senador Luiz Viana, Relator dessa Comissão no Plenário, posso dizer a V. Ex^e o seguinte: constituída essa comissão especial, eu pedirei ao meu partido que V. Ex^e seja novamente ouvido, para que possamos então detalhar o que disse V. Ex^e aqui, já agora a oposição brasileira de posse de todas as documentações.

Última pergunta que desejo formular a V. Ex^e. V. Ex^e falou em vários dossieres, eu anotei aqui. Eu pergunto a V. Ex^e: além das publicações feitas pelo O Estado de S. Paulo, pelo Correio Braziliense e pela imprensa nacional, e desse pequeno documento na defesa da SEPLAN, que é o único oficial que temos, assim mesmo por gentileza do

Senador Virgílio Távora, Sr. Presidente, há outros dossieres, há outros documentos?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador, tenho a dificuldade de saber, porque V. Ex^e está se referindo a um período posterior a...

O SR. ITAMAR FRANCO — No período em que V. Ex^e foi embaixador. E eu diria até mais: no período em que V. Ex^e em 1967, escreveu um livro sobre o relacionamento do Brasil com os países do leste europeu. Então V. Ex^e é um homem que desde 1967, por certo, não só como embaixador, mas como escritor, vem acompanhando todo o relacionamento do Brasil com os países da Europa Oriental. Eu teria inclusive perguntado sobre o Banco Central, a partir da assinatura de acordos com o Handjobank, mas não vou fazê-las. V. Ex^e, então deve conhecer. A minha pergunta está relacionada ao período em que V. Ex^e serviu como embaixador na Polônia até a sua aposentadoria. V. Ex^e conhece outras documentações que não estas já referidas aqui?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Fazendo um esforço de memória, Senador, eu podia mencionar dois documentos que talvez pudessem contribuir para o esclarecimento de muitos pontos, digamos, de natureza política, propriamente dito, uma vez que a preocupação essencial do Itamarati era política. Nisto eu estou insistindo sempre. A preocupação, evidentemente, também é a responsabilidade. É um documento, cuja data eu não me lembro, absolutamente, do qual tive conhecimento na época em que eu estava lá. É um documento do Itamarati, provavelmente redigido ao COLEST, sobre a orientação geral da política comercial do Brasil com o Leste Europeu. Eu não me lembro da data. Há um outro documento politicamente interessante e que foge muito ao assunto do debate aqui, mas é de certo modo interessante, para ilustrar a situação da política interna brasileira. Uma coisa que me tem chamado a atenção — não sei se V. Ex^e me permite fugir um pouquinho do assunto para entrar no problema de política interna aqui — é a notável tendência em correlacionar, por exemplo, o movimento do PT, do Partido dos Trabalhadores com o Movimento do Solidariedade. A gente vê muitas pessoas do PT com o nome "Solidariedade", aqui, como se houvesse um paralelismo entre aquele movimento e o PT. Há certos paralelos, sem dúvida, e há muitas divergências. Um fato curioso é o que existe em relação ao PT e também em relação, ao Solidariedade, que seria o movimento trotskista. E eu me lembro de ter visto um documento do Itamarati que analisava o movimento Solidariedade como um movimento trotskista. Eu me lembro que quando li isto, eu fiquei estupefato. Eu disse: "o que adianta eu mandar seiscentos telegramas — e de fato eu mandei seiscentos telegramas em mil novecentos e oitenta, e uns duzentos e tantos em 1981, analisando o movimento Solidariedade. Este é um movimento democrático, é um movimento católico conservador, não é um movimento católico de ideologia da liberação, não. É profundamente conservador, como é o catolicismo polonês, um catolicismo profundamente conservador, e um movimento democrático, querendo a liberdade; é um movimento de independência, querendo a independência da Polônia em relação à potência ocupante, que tem duas divisões blindadas lá eu insisto. E esse movimento era analisado como um movimento trotskista. Qual foi a fonte que inspirou esta extraordinária interpretação totalmente diversa daquela que eu transmitia? Eu confesso que quando olhei aquilo foi profundamente decepcionado. Eu disse assim: "eu estava fazendo papel de bobo durante este período em que estive na Polônia". Obtive informações através da leitura de jornais locais, através dos boatos, através de conversas que eu tive raramente, como a que tive com o representante do Solidariedade e com embaixadores de outras potências,

que têm meios de ter informações melhores que a que eu tinha. Eu depositava muita confiança em alguns jornalistas. Por exemplo, havia um esplêndido jornalista que era o representante do Jornal da Brasil, William Wack, o que me dava as vezes dicas. Havia o de outros jornais, como o Reale do O Estado de S. Paulo, e outros que passaram por lá. Mas o Wack estava lá constantemente. Quero dizer, eu formava a minha idéia, e de repente passava a ver essa estarrecedora interpretação do movimento Solidariedade, como sendo um movimento trotskista. Então, talvez seja interessante a Comissão examinar esses dois documentos, embora não diretamente ligados ao assunto do debate.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu vou, com duas indagações ligeiras, encerrar a minha intervenção. Sr. Embaixador, sabe V. Ex^e que o atual Secretário do Ministro do Planejamento, até há poucos dias Ministro Interino da Secretaria do Planejamento, foi Presidente do Conselho de Administração da COMEXPORT? Sabia V. Ex^e isso?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Eu não sabia disso, não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Encerrando a minha intervenção — vamos ver se V. Ex^e concorda com o que nós vamos dizer — as decisões contra a concessão de linha de crédito não só à Polônia, mas a qualquer outro país. Sempre foram de competência privativa do Banco Central, com a aprovação do Ministério da Fazenda? Isto é verdade ou não?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Eu não tenho muita base para responder a isso, mas acredito que sim. Parece-me lógico que seja assim.

O SR. ITAMAR FRANCO — É interessante nós observarmos, Sr. Embaixador, as contradições, sobretudo no problema da inadimplência, que apresenta o documento da SEPLAN e o dossiê de S. Ex^e o Sr. Ministro das Relações Exteriores. A SEPLAN fala numa inadimplência de março, quando o Itamarati só vai detectar essa inadimplência em outubro. Mas veja V. Ex^e, como isso se torna difícil. Mesmo depois de 1971, quando o Itamarati passou a ser mais ouvido, pelo menos pelas informações que chegam ao nosso conhecimento, cabia ao Banco Central, ao Ministério da Fazenda, a decisão quanto às condições, particularmente no que diz respeito ao problema de volumes, taxas de juros, e prazo de pagamento? V. Ex^e concorda também com isso ou não?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Senador Itamar Franco, chamei atenção para essas contradições que V. Ex^e mencionou, que estão bastante claras...

O SR. ITAMAR FRANCO — Bastante claras.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — ... no documento do Itamarati.

O SR. ITAMAR FRANCO — Da SEPLAN também, não é só o do Itamarati.

O SR. MEIRA PENNA — Ora diz, por exemplo: "desde o início de sua participação no grupo de trabalho, em abril de 1981, o Ministério das Relações Exteriores tem declarado que as considerações de ordem política nos entendimentos não deveriam sobrepor-se aos interesses comerciais e financeiros".

Em abril de 1981, a crise polonesa estava em pleno. Como é que considerações de caráter político não se devem sobrepor aos interesses comerciais e financeiros, uma vez que eram essenciais a qualquer consideração comercial e financeira? Logo adiante, diz que "em conclusão, os problemas relacionados com o intercâmbio co-

mercial do Brasil com a Polônia não podem ser examinados e decididos levando apenas em consideração aspectos de ordem financeira". Há uma contradição evidente aqui. O que está certo é isto aqui e não o que foi dito antes. Quer dizer, as considerações de ordem política eram essenciais para qualquer decisão.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apenas, Sr. Embaixador, para encerrar, agradecendo a V. Ex^e, é que, de acordo com o Itamarati o Banco Central havia dito, pelo menos, que até março, abril, e junho o Brasil vinha recebendo pontualmente os pagamentos do Governo polonês. V. Ex^e concorda ou não com esta afirmação?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Creio que foi em março ou abril, precisamente, que houve o primeiro calote dos primeiros 43 milhões de dólares.

O SR. ITAMAR FRANCO — Calote para a SEPLAN, mas para o Ministério das Relações Exteriores isso se processou apenas a partir de 10 de outubro de 1981.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Fui informado de maneira indireta, e, se não me engano, consta da minha troca de telegramas com o Itamarati, de uma referência a esse primeiro calote de 43 milhões de dólares. Aliás, tanto quanto me recordo, há um detalhe curioso como isso se processou. Lembro-me disso, porque é pitoresco. A Polônia tinha que pagar em determinada data, eu não me lembro qual. Digamos, por exemplo, tinha que pagar numa sexta-feira os tais 43 milhões. Mandou, alguns dias antes, na segunda ou na terça, um telegrama pedindo adiamento, reescalonamento do pagamento, porque não estava em condições de pagar essa dívida. A burocracia brasileira não é notável por sua agilidade e rapidez, e aquilo tudo demora um pouquinho. O Banco Central não respondeu. Então, passou a data, houve calote. Quer dizer, a promissória não foi paga na semana seguinte, ou dias depois. O Banco Central reclamou. O Bank of Handlowy, que é aquele banco de comércio exterior mencionado, respondeu, cinicamente, dizendo que pensava que a não resposta significava concordância, pensava que o fato de não haver respondido, o silêncio era dado como concordância. De novo apelo aos Srs. Senadores para que compreendam que não tenho os dados. Estou fazendo um esforço de memória para lembrar de tudo isso, sem possibilidade de dados concretos. Tanto quanto me recordo, esses 468 milhões de dólares que foram, depois desse calote, concedidos à Polônia, havia precisamente o dinheiro necessário para a Polônia pagar os 43 milhões de dólares ao Brasil.

O SR. ITAMAR FRANCO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Sr. Senador Pedro Simon deseja fazer uso da palavra?

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, não me refirrei especificamente ao episódio da crise polonesa, mas gostaria, sim, de fazer algumas considerações de ordem mais geral sobre a política comercial do Itamarati que, em anos recentes, parece-me ter duas características: primeiro, um desbalanceamento de atitudes e, segundo, um irrerealismo de avaliação. Esse irrerealismo de avaliação, por sua vez, teve duas consequências; de um lado, uma sobreestimação das nossas oportunidades de expansão comercial no Terceiro Mundo e também no Segundo Mundo, ou seja, no mundo socialista. De outro lado, o despertar de uma espécie de ânimo, confrontacionista em relação ao Primeiro Mundo, particularmente por parte da jovem guarda ao Itamarati, na qual os si-

nais de puberdade física são bem mais visíveis que os de puberdade mental. Dessarte, ao invés de se considerar o relacionamento com o Segundo Mundo, o mundo socialista, e o Terceiro Mundo, subdesenvolvido, como um útil e necessário complemento à nossa política comercial, passou-se a considerar essas duas atitudes como encerramento de alternativas do nosso relacionamento com o Primeiro Mundo. Isso só pode ser um misto de ingenuidade, viés ideológico e ânimo confrontacionista, porque, obviamente, o Primeiro Mundo tem algumas características insubstituíveis. Primeiro, é dali que recebemos investimentos, seja por capital de empréstimo, seja por capital de risco. Em segundo lugar, é dali que derivamos os créditos comerciais essenciais, inclusive, para darmos crédito, ou financiar, por via de crédito, nossas exportações para o mundo socialista, assim como para o Terceiro Mundo. Em terceiro lugar, é o Primeiro Mundo o nosso grande pagador à vista, enquanto que várias das nossas exportações para os outros dois mundos são conduzidas a prazo. Sob o ponto de vista, portanto, de balanço de caixa, é o relacionamento com o Primeiro Mundo que nos permite uma sobrevivência decente, em termos financeiros. A esses erros de avaliação, de transformar o que é útil complemento em alternativa, correspondeu ao alijamento do Itamarati da posição central, em matéria de negociações econômico-financeiras internacionais. O Itamarati se tornou o grande ausente.

Ouvimos falar em discussões entretdas pelo Ministro da Fazenda, pelo Secretário do Planejamento ou pelo Presidente do Banco Central nos grandes centros financeiros para conseguir algum alívio para a nossa angústia financeira. Não se ouve falar do Itamarati que, a essa altura, estava entretido com a Conferência de Belgrado, dos não-alinhados, ou com a Conferência das Nações Unidas de Comércio e Desenvolvimento, em Nova Delhi, ou com visitas à África, ou coisa que o valha, totalmente marginais à preocupação fundamental brasileira, que é de assegurar a sua sobrevivência financeira neste mundo conturbado em que nós, que antes orgulhosamente, proclamamos uma política independente no mundo interdependente, temos que reconhecer as amargas realidades da dependência financeira mais humilhante.

Gostaria, por isso, Sr. Presidente, de exprimir o meu desejo de que, paralelamente à análise que se faz do nosso relacionamento com um dos países do Segundo Mundo, a Polônia, o Itamarati considere seriamente a possibilidade de retornar à sua função central, de negociador financeiro internacional, dando apoio e assistência aos Ministros de Estado, agora empenhados nessa difícil tarefa. É verdade que os negociadores econômicos do Itamarati, os velhos embaixadores, como Edmundo Barbosa da Silva, João Pinheiro e Miguel Osório de Almeida não estão mais na linha de frente. Mas existe uma geração intermediária no Itamarati, treinada em economia e bastante capacitada para manter a tradição e, agora, empunhar o bastão, porque as nossas negociações internacionais sempre serão falhas e desbalanceadas sem a presença do órgão mestre da política externa. Não cabe ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do Banco Central ou ao Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento fazerem valer o ponto de vista político; o que eles discutem é a viabilidade econômico-financeira dos programas governamentais. É ao Itamarati que cabe fazer valer o peso geopolítico do Brasil no contexto internacional. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Acho que o Senador Roberto Campos fez uma exposição da maior importância, do maior significado.

Sugeriria que o nosso Ministro das Relações Exteriores viesse fazer uma exposição, onde pudesse responder a esta Comissão e às afirmativas feitas pelo nobre Senador Roberto Campos. Parece-me que o Senador Roberto Campos extrapolou — foi muito importante a afirmativa que fez S. Ex^e — fez uma análise da conjuntura do nosso comércio exterior e a posição do Itamarati com relação a ele.

Creio que se torna importante e indispensável que uma afirmativa desta natureza, feita pelo nobre Senador Roberto Campos, não deve ecoar no vazio desta Comissão, mas deve trazer consequências. Na minha opinião, temos que ouvir a outra parte, o nosso Ministro das Relações Exteriores. Podemos ouvi-lo, posicionando-se, dizendo da posição do Itamarati. Creio eu, com toda sinceridade, que devemos dar oportunidade para que S. Ex^e faça uma exposição acerca da posição do Itamarati.

De maneira que faço esta solicitação a V. Ex^e. Se a Comissão entender, nós poderíamos convidar o Ministro das relações Exteriores para que, perante esta Comissão, venha debater esta questão, que já extrapola o problema da Polônia, que é a ação do Itamarati no mundo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Atendendo à solicitação de V. Ex^e, desejo observar que temos dois meios de trazer o Ministro das Relações Exteriores à Comissão: primeiro, pela aprovação do Plenário de sua solicitação; a segunda, é de convidá-lo. Acho que este é o primeiro desejo do nobre Senador Pedro Simon; para que o Ministro nos dê o prazer e a honra de comparecer à Comissão com esse objetivo predeterminado de fazer uma exposição, creio eu, sobre o papel que está desempenhando, neste momento, o Itamarati nas relações financeiras e internacionais do Brasil e, também, como vê a posição do nosso País no comércio internacional com aqueles três mundos, a que se referiu o nobre Senador Roberto Campos.

Acho que estou correto nesta interpretação.

O Embaixador José Oswaldo Meira Penna ainda deseja usar da palavra.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Queria registrar, nesta oportunidade, o meu total e absoluto acordo com as palavras que foram pronunciadas pelo Senador Roberto Campos, que, melhor do que ninguém, definiu o meu pensamento.

Quero citar, para ilustrar o que disse o Senador Roberto Campos, o seguinte trecho da declaração do Ministro Saraiva Guerreiro, no dossier que foi dado à publicidade. Diz S. Ex^e o seguinte:

"A suspensão das linhas de crédito à Polônia nas atuais circunstâncias, com a consequente possível redução substancial dos fluxos de importação e exportação, poderá dar a impressão de que o Brasil se tenha alinhado a outros países que impuseram sanções econômicas e comerciais àquele País. A adesão ao Clube de Paris, onde as negociações financeiras estão subordinadas a considerações de natureza política, reforçará a aparência de um suposto alinhamento brasileiro às potências ocidentais."

Esse trecho, que havia chamado a minha atenção, figura no editorial de ontem, de *O Estado de S. Paulo*, para o qual solicito a atenção dos Srs. Senadores. Acho que nós andamos todos correndo em volta. Não quero dizer que não tenha havido interesses sabatinos. Como muito bem observou o nobre Senador Roberto Campos, são resultados dessa omissão do Itamarati. Este trecho, a meu ver, é muito importante, muito sintomático. Quer dizer, o coelhinho saiu da cartola do mágico. Falou-se em conexão polonesa. A origem está aí. É um pudor dizer que o Brasil está alinhado às potências ocidentais. Afinal de contas, o Brasil não quer ser uma democracia? Não é natural que sendo uma democracia procuremos nos alinhar às democracias? Mas, não. O Brasil está pro-

curando alinhar-se às ditaduras, às potências totalitárias. Essa, a meu ver, é, como muito bem observou o Senador Roberto Campos, uma das fontes principais de todo o problema que estamos discutindo.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — O Sr. Embaixador disse no jornal *O Estado de S. Paulo* que as divergências com o regime polonês e como outro qualquer regime do gênero totalitário do 2º e 3º mundo é estritamente pragmático. Hoje, que V. Exª não aceita a política externa que está sendo executada pelo Itamarati, com a análise que fez V. Exª se identifica com o ponto de vista do nobre Senador Roberto Campos?

O SR. OSWALDO MEIRA PENNA — Absolutamente.

O SR. PEDRO SIMON — Sua posição é a do Senador Roberto Campos?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — Exatamente. Acho que S. Exª a formulou de maneira brilhante, como de costume. A minha posição, como o disse, é pragmática. O Senador Roberto Campos utilizou o termo realista.

O SR. PEDRO SIMON — V. Exª, ao mesmo tempo que discorda da política que está sendo seguida pelo Itamarati, faz uma afirmativa realmente importante: V. Exª diz que de certa forma ainda tem respeito e admiração pelo atual Ministro das Relações Exteriores e que o considera moderado, ao contrário do seu antecessor. Acho que esta sua posição merece uma melhor explicação. Como seria o antecessor do Ministro das Relações Exteriores?

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — O antecessor do atual Ministro foi o Embaixador Azeredo da Silveira.

O SR. PEDRO SIMON — Sim. V. Exª afirma que considera ainda o Ministro atual um moderado, mas o seu antecessor não era um moderado.

O SR. JOSÉ OSWALDO MEIRA PENNA — O Ministro Azeredo da Silveira, no período em que foi Ministro das Relações Exteriores, conseguiu esse prodígio de atrapalhar as relações do Brasil com três Nações com as quais, por motivos políticos, culturais, tradicionais, históricos, etc. mais estamos ligados. Refiro-me aos Estados Unidos, à Argentina, e a Portugal. O problema com a Argentina foi grave. Mas este problema foi imediatamente resolvido depois de um mês que o Ministro Saraiva Guerreiro estava como Ministro das Relações Exteriores. Quer dizer, foi um problema gravíssimo que, com a mudança de ministro, imediatamente foi corrigido. Por isso mesmo é que digo que ele é moderado. Com os Estados Unidos teve a coincidência triste, com uma política igualmente estranha, que era conduzida pelo governo americano, sob a direção do Presidente Carter. Com Portugal, depois de termos passados anos e anos falando de comunidade luso-brasileira, num mar, num oceano de língua portuguesa, o Atlântico Sul, nós rapidamente fomos o primeiro país a reconhecer o governo comunista de Angola, mandando para lá uma embaixada, violando todas as regras diplomáticas, que é de troca de embaixadas. Quer dizer, normalmente, na diplomacia, nós trocamos embaixadas. Nós mandamos uma embaixada para lá, e nunca houve uma embaixada angolana aqui. Mostra, realmente, a rapidez com que a gente se precipitou em reconhecer um dos três movimentos angolanos. Por exemplo, poderíamos ter reconhecido outros. Reconhe-

cemos precisamente aquele que era mais oposto às nossas tradições, às tradições ditas lusitanas, às nossas tradições lusitanas.

É nesse sentido que eu me referia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Não havendo mais quem queira usar da palavra, só me restaria dizer...

O SR. NELSON CARNEIRO — Apenas uma declaração, Sr. Presidente. Eu tinha feito minha inscrição na reunião passada, e fui um dos que pediram o adiamento da reunião exatamente para que pudéssemos comparecer a esse encontro e acompanhar o depoimento do Embaixador Meira Penna. Trouxe, como V. Exª vê, um largo documentário do que foi divulgado para interpelar V. Exª. Mas, ocorre que me coube ser o autor do requerimento de realização da sessão comemorativa de Bolívar, como Presidente do Parlamento Latino-Americano, sessão que só terminou há pouco. E eu chego aqui às 12 horas e 45 minutos, quando, certamente, todas aqueles interpelações que eu deveria fazer já devem ter sido feitas pelos eminentes colegas, razão porque eu quero explicar aqui o motivo pelo qual não vou fazer nenhuma interpelação, porque espero ler o que foi até agora dito pelo Embaixador em resposta às solicitações feitas pelos eminentes colegas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência agradece a V. Exª a explicação, lamentando que estejamos privados das suas interpelações. E, resta-nos apenas agradecer o comparecimento do Embaixador Meira Penna, declarando encerrada a nossa reunião.

20ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 1983

As dez horas e trinta minutos, do dia vinte e um de setembro de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Amaral Peixoto, João Calmon, Octávio Cardoso, Enéas Faria, Pedro Simon, Saldanha Derzi, Virgílio Távora, Gastão Müller, Nelson Carneiro, Itamar Franco e Severo Gomes, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Registrando-se as presenças dos Ilustres Senhores Senadores Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, Aloysio Chaves, Líder do PDS e José Sarney; e dos Ilustres Senhores Deputados Díogo Nomura, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e Jorge Uequed.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Roberto Campos e Marco Maciel.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, Sua Excelência anuncia a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, que comparece à Comissão, em atendimento a convite formulado por esse Órgão, por sugestão do Senhor Senador Pedro Simon, a fim de fazer uma exposição sobre o papel que está desempenhando o Ministério das Relações Exteriores, nas relações financeiras e internacionais, assim como, a visão da Chancelaria Nacional, na posição do País no comércio internacional com os três mundos. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro, que dá início ao seu pronunciamento, abordando o assunto, onde enfoca os aspectos políticos das relações internacionais existentes entre o ocidente e o terceiro mundo. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra, para interpelações, fazendo uso da mesma, os Senhores Senadores Pedro Simon e Itamar Franco. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Minis-

tro, enaltecedo o brilhantismo da fala de Sua Excelência e declara cumprida a finalidade da reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico da exposição, por determinação de Sua Excelência. — Senador Luiz Viana.

ANEXO À ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1983, ÀS 10:30 HORAS, REFERENTE À EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR RAMIRO SARAIVA GUERREIRO — QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Luiz Viana

1º Vice-Presidente: Senador Saldanha Derzi

2º Vice-Presidente: Senador Amaral Peixoto

Integra do Apanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Havendo número regimental declaro aberta a reunião.

A Comissão tem hoje o prazer de, ainda uma vez, receber a visita do Sr. Ministro Saraiva Guerreiro que, a convite da Comissão, irá abordar alguns temas, alguns pontos, das relações exteriores do Brasil.

Tenho o prazer de passar a palavra ao Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, para que S. Exª a use pelo tempo que desejar.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Exmº Sr. Senador Luiz Viana Filho, Presidente da Comissão, Exmºs Srs. Senadores, é com grande prazer que volto à Comissão, a convite e mesmo agradecendo-o, o que demonstra o interesse constante desta Casa pelo relacionamento externo do Brasil, que sempre senti nas motivações mais nobres de patriotismo e de preocupação com o interesse nacional.

Pelo que entendi da carta que me foi dirigida, havia um interesse especial, expresso aqui pelo Sr. Senador Pedro Simon, de que me referisse às relações do Brasil com o que se chama 1º Mundo, 2º Mundo, 3º Mundo, e também sobre a participação do Itamarati, o papel da Chancelaria em termos de dívida externa. Hesitei entre fazer algo de improviso, como a entrevista que dei há coisa de dois meses à Latin Reuters e que se referia, exatamente, a este assunto que foi publicado em alguns jornais ou algo já escrito, que pudesse ficar e me inclinei por essa segunda fórmula. Creio que é muito útil e muito interessante essa oportunidade de estar aqui com os Srs. porque tem havido, acredito que, algumas vezes, de boa fé, uma certa confusão a respeito da política externa brasileira a tal ponto que, às vezes, se fazem críticas a ela, não a ela mesma mas, a algo mítico que foi imaginado como sendo a política externa brasileira. Mas, tenho a impressão de que a opinião pública média, o público em geral, que é mais inteligente do que se pensa, tem percebido e compreendido com bom senso que a política externa brasileira, tendo se mantido numa linha de equilíbrio, numa linha moderada, e esse entendimento tem sido muito claro e honrosamente expresso a mim e ao Senhor Presidente da República em outros contactos com Chefes de Governo ou Ministros do Exterior de outros países, tem sido expresso claramente pelas lideranças desses outros países, que vêm no Brasil um País com uma política externa coerente, moderada e um elemento, um fator de equilíbrio e moderação na sua região e no Mundo em geral.

Se V. Exª me permite, então, lerei essa exposição.

Ocidente e Terceiro Mundo: Aspectos Políticos

I. Introdução

Ao examinarmos a questão da atitude do Brasil com relação ao Ocidente e ao Terceiro Mundo, o primeiro dado a considerar é o da multiplicidade das dimensões brasileiras. É truismo afirmar que somos um País de contrastes. Será fácil apontá-los. Menos fácil, porém, é tirar as consequências para efeitos de política externa que esses contrastes e a multiplicidade das dimensões brasileiras sugerem ou impõem. Seria de todo irrealista procurar, diante da dificuldade da tarefa, omitir ou negar essa complexidade, essa variedade de dimensões. As opções excluientes poderiam no curto prazo, trazer, talvez, maior tranquilidade psicológica aos que as propõem, mas, por estarem separadas da própria realidade brasileira e do mundo, só teriam consequências políticas e econômicas desastrosas para o País a médio e longo prazo.

Um dos fatos básicos da complexidade brasileira é o de que pertencemos naturalmente, autenticamente, a numerosas esferas do convívio internacional. Somos latino-americanos, mas, no continente, somos ao mesmo tempo platinos e amazônicos; somos um país atlântico, mas compartilhamos de longas e variadas fronteiras terrestres; temos forte e admirável contribuição africana na composição da nacionalidade ao lado de presença cultural, política e econômica ocidental fundamental para a compreensão da história brasileira. Somos um país de grandes potencialidades, e não devemos perder de vista nunca, mesmo nos piores momentos, essas potencialidades que temos, mas também de diferentes necessidades que se agravam em instantes de crise.

Tudo isso que disse não é nenhuma novidade para os Senhores, e se a refiro, é simplesmente para poder estruturar logicamente o que virá dito depois. Não estou aqui para ensinar aos Senhores coisas que os Senhores conhecem e têm até maior vivência do que eu, como homens que representam diferentes regiões do País e diferentes setores da vida nacional.

O que está em causa, porém, é nossa condição de país ocidental e de país do Terceiro Mundo. Esse é o ponto em que tem havido alguma confusão nas críticas. Querem alguns, em desacordo com os fatos da vida nacional, acreditar que essas condições de país ocidental e de país do Terceiro Mundo sejam mutuamente excluientes, como se tivéssemos que optar entre as duas, para que a nossa política externa ganhasse consistência. Esse é um ponto de vista de críticas internas. No exterior, em nenhum país, e temos tido contatos, como os Senhores sabem, os mais variados, ninguém vê ou aponta, na política externa brasileira, uma inconsistência por nos declararmos franca e abertamente um País ocidental e ao mesmo tempo do Terceiro Mundo.

Esse tema pode ser tratado de várias formas. Não será a primeira vez que o abordarei, ainda há pouco me referi a uma entrevista a uma agência, admito que a boa e correta compreensão do tema decorrerá naturalmente de uma boa e correta compreensão da ação externa brasileira.

Hoje colocarei ênfase em duas dimensões da seção externa. Numa primeira, conceitual, explorarei as implicações diplomáticas dessa "dupla inserção" internacional do Brasil; numa segunda, mostrarei que seria prejudicial ao País qualquer linha política que imponha formas excluientes e privilegiadas de ligação.

O que nos torna país ocidental? Que consequências políticas advêm dessa definição?

A definição de Ocidente é controvertida. Alguns a limitam à dimensão estratégica ou a um alinhamento político pretensamente rígido, empobrecendo-lhe o significado e as implicações. Para nós, brasileiros, penso que a compreensão do Ocidente deriva sobretudo da prevalência de valores, como os da democracia, dos direitos hu-

manos, liberdade individual, tolerância, pluralismo, possibilidade de progresso e igualdade de oportunidades. Não necessito elaborar, e muito menos nessa Casa.

Insistiria, apenas em que, traduzida para a ação diplomática, e dentro das limitações naturais do meio internacional incorporada à nossa concepção do interesse nacional, a dimensão ocidental do Brasil significa primordialmente a possibilidade de uma convivência internacional benéfica, fundada na paz e no respeito à igualdade dos Estados, no diálogo, na busca do entendimento. Significa essencialmente a disposição à aproximação e à convergência num mundo de entidades soberanas.

Poderia repetir a pergunta antes formulada também em relação ao Terceiro Mundo. O que nos torna país do Terceiro Mundo? Que consequências políticas advêm dessa condição?

É óbvio que somos um País que adere a valores ocidentais, mas que certamente não pertence ao Primeiro Mundo, que por definição é aquele dos países desenvolvidos, industrializados de economia de mercado. Nessa realidade, nossas condições sociais e econômicas, são flagrantes de país em desenvolvimento.

Essa condição indica por si só as dificuldades que se antepõem em nosso caminho na busca de nossos ideais. Se alguma ilusão a esse respeito poderia existir, a presente crise econômica, com suas dolorosas sequelas em nosso País, a terá desfeito. São importantes as implicações de condição de país em desenvolvimento, do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, ela envolve um modo próprio de encarar o sistema internacional: admitimos que o sistema atual necessita de urgentes transformações e correções para dar lugar a uma ordem mais justa entre as nações. Em segundo lugar, encontramos várias coincidências naturais com posições negociadoras de países em condições similares às nossas. Em termos de suas modalidades básicas de inserção na economia internacional, por exemplo, como importadores de capital e tecnologia e exportadores de produtos tropicais ou pouco elaborados e detentores de influência relativamente secundária sobre as instituições multilaterais.

Como observei em recente Conferência na FIESP, e me permito citar-me, "por ser o Terceiro Mundo composto de países diversos, com numerosas contradições e disputas, fazer parte dele não significa neutralidade ideológica e, muito menos, um caminho de confrontação com o Ocidente: o Brasil pertence ao Terceiro Mundo mas não a qualquer agrupamento confrontacionista; nem podemos esquecer que, em determinadas circunstâncias, quando no Brasil se pareceu fazer uma ou outra opção exclusivista, a política externa se tornou fator de divisão interna e não de agregação para a sociedade".

Haverá contradições nesta "dupla inserção"? Certamente não. Em primeiro lugar, o Brasil não é o único país do Terceiro Mundo moldado por valores ocidentais; nossa vivência a esse respeito se assemelha muitíssimo à de nossos vizinhos latino-americanos. Em segundo lugar, nas ações específicas comuns de países do Terceiro Mundo, ações de que o Brasil participa, não encontramos qualquer contradição fundamental com os valores do mundo ocidental. Ao contrário, pode-se afirmar, até, que os pleitos dos países do Terceiro Mundo, no quadro econômico, por exemplo, são modelados pela disposição de negociar, pela vontade de criar melhores oportunidades de progresso para todos os países da comunidade internacional, pelos ideais de um sistema internacional mais justo.

A combinação entre as vertentes ocidental e de Terceiro Mundo exprime uma das complexidades da realidade brasileira. É fator de legitimidade na expressão do interesse nacional e de ampliação dos horizontes de nossa ação diplomática. Sobretudo, é realista, pois reflete aspectos indissociáveis da própria identidade brasileira.

Mencionaria, agora, passando do campo conceitual para algumas indicações mais concretas.

2. Formas concretas de relacionamento do Brasil com o Terceiro Mundo

Desfeito o equívoco conceitual, é necessário identificar as formas concretas de ligação do Brasil com os dois agrupamentos, o dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo e o dos países desenvolvidos do Ocidente. Uns dirão que somos "terceiro-mundistas", que transformamos o que era "condição" em postura ideológica. Imaginaria um suposto "desbalanceamento" — um desequilíbrio — para a base desta crítica, melhor poderem aconselhar aproximações em sentido radicalmente oposto, em busca de uma espécie de "exclusivismo" ou forte preferência ocidentalista em nossa política, um privilegiamento do relacionamento com uma de nossas vertentes. Denunciarão assim, supostas "simpatias" pelo Segundo Mundo, o que não passa, evidentemente, de simples artifício retórico ou insinuação maléfica e não tenho porque perder tempo por tão desprezível, me parece, esse tipo de insinuação. Por outro lado, vindas de outros quadrantes, haverá acusações, acredito que há muitas de inteira boa fé, também, de que não aderimos suficientemente ao que seria o "ideal terceiro-mundista". Nem uns, nem outros, me parece, têm razão. Somos o que somos. Um País com identidade própria e ligações variadas, mas definidas tais ligações a partir dessa identidade.

O Brasil toma as relações que mantém com seus parceiros internacionais em seu valor pleno. Nem os reduzimos de forma apriorista a categorias abstratas, que sirvam de pretexto a afastamentos ou exclusões, ou privilégios, nem os limitamos, na sua realidade por outro lado, a meios mercados ou outras formas unidimensionais de valoração. Procuramos, ao contrário, buscar, em cada relacionamento, a motivação própria, que nos enriqueça no sentido amplo da palavra, não estou falando de bens, e aí nosso parceiro, que seja justa, que traga benefícios reais para as nações interessadas. Paralelamente, nos planos multilaterais, exploramos condições comuns ou interesses comuns, para as ações comuns. Da combinação desses elementos vai-se tecendo a atitude externa do País. Ela é induzida, ela não está partindo de uma abstração apriorística.

Ao examinarmos esses dois conjuntos de países — o Ocidente desenvolvido e o Terceiro Mundo em desenvolvimento — podemos estabelecer os padrões gerais do relacionamento que o Brasil mantém com essas duas vertentes principais do seu relacionamento.

Numa simplificação, os países em desenvolvimento podem ser vistos pelo Brasil sob três ângulos diferentes — ainda é uma grande simplificação e é a que vou, agora, tentar desenvolver.

Em primeiro lugar, são países com os quais entretemos relações econômicas densas e crescentemente importantes. São relações próprias, movidas por um dinamismo diferente do que prevalece para as ligações entre esses países e os do Primeiro Mundo. E, dentro do Terceiro Mundo, as diversas regiões, a começar pela América Latina, têm importância diferenciada ou um condicionamento diferenciado.

Num segundo plano, a condição de país em desenvolvimento induz a ações políticas comuns derivadas da semelhança das dificuldades econômicas, sobretudo em foros multilaterais, como a UNCTAD, o GATT, o FMI e outros organismos das Nações Unidas. Os efeitos da atuação nesses foros têm pelo menos três dimensões:

i) a dimensão das vantagens concretas, infelizmente muito frustrante, como podemos ver, nas poucas conquistas obtidas no foro da UNCTAD, em matéria de fretes marítimos pelo Sistema Geral de Preferências, a política de estabilização de preços internacionais dos produtos de base, também muito frustrantes, com efeitos muito limitados em alguns acordos. No momento, a rigor, o único que está funcionando é o do café.

ii) **Uma dimensão de ganhos conceituais**, que se expressa através da gradual criação de uma compreensão mais adequada pela comunidade internacional de diversos aspectos e temas, sobretudo de caráter econômico; em termo das peculiaridades dos países em desenvolvimento, uma percepção correlata, também crescente da relação entre as condições de comércio e as possibilidades de desenvolvimento dos países pobres. Nesse campo conceitual, tem havido, para a maior parte dos países desenvolvidos, sobretudo os da Europa, uma compreensão crescente do problema não traduzida em ação.

iii) **A dimensão da convergência política**, pois, justamente através da ação multilateral, criaram-se mecanismos para a aproximação, nos mais diversos níveis, entre os países em desenvolvimento; isto nos deu uma inegável força no sistema internacional, ampliou as possibilidades de ação bilateral com relação aos países do Norte, abriu oportunidades novas de ligações entre as nações do Sul, quebrando o circuito liderado pelo Norte, que nos obrigava à tradição da exclusiva intermediação vertical. Para citar um só exemplo da inovação que os contatos amplos nos deram, lembraria a abertura de linha de financiamento, modesta embora, por fundo da OPEP, para projetos executados por empresas brasileiras, em outros países em desenvolvimento, já há uns dois ou três exemplos.

Finalmente, há posições políticas brasileiras que coincidem com a grande maioria do Terceiro Mundo ou com países específicos do Terceiro Mundo. As posições que o Brasil assume no sistema internacional nascem evidentemente da consideração prioritária do interesse nacional. E o interesse nacional brasileiro se compõe evidentemente de um esforço para realizar determinadas necessidades e também das tradições de uma diplomacia voltada para a paz, o desenvolvimento e a negociação. Justamente em função da complexidade de nossa situação internacional e de nossa visão do mundo, adotamos posições marcadamente próprias, peculiares, que não podem ser reduzidas a qualquer "ideologia terceiro-mundista".

Isto é, as coincidências que há e que decorrem são coincidências naturais com países em desenvolvimento. Se nós formos examinar as posições brasileiras nos organismos internacionais e assim por diante, se vê que não há, no campo político, uma ideologia "terceiro-mundista". Eu creio que freqüentemente a confusão se faz entre Terceiro Mundo e Movimento Não Alinhado, que é outra coisa, o qual, diga-se de passagem, tem uma coerência básica, na sua filosofia básica, e na sua vivência tem tido desvios para um lado e para o outro.

Aliás, neste ponto, parece-me conveniente notar que os termos "terceiro-mundismo" ou "terceiro-mundista", como aplicados à política externa, vêm sendo utilizados de forma extremamente polêmica, em variados contextos — com uma insinuação, como eu disse, tendenciosa. Em princípio, nada teria a objetar ao uso desses termos, se não fossem eles usados para introduzir uma confusão deliberada no debate político que os fatos não justificam — e eu não costumo usar rótulo, como se sabe. O rótulo "terceiro-mundista" aplicado malevolamente à política externa não faz justiça nem à complexidade desta nem à do próprio Terceiro Mundo.

Já me referi à multiplicidade de dimensões da política externa. A expressão "terceiro-mundismo" tal como vem sendo usada parece denotar um conjunto de nações hipoteticamente homogêneo, próximo aos países socialistas do Segundo Mundo em termos políticos, ideológicos e de segurança. Consequentemente, cria-se e difunde-se o mito de que a aproximação do Brasil em relação aos países do Terceiro Mundo — do qual, de resto, o nosso País faz parte — denotaria uma simpatia ideológica com relação ao próprio Segundo Mundo. Isto é um mito porque o Terceiro Mundo, na realidade, é muito diversificado de um ponto de vista político-ideológico. Comporta

países como o Iraque e o Irã, a China e Cingapura, a Índia e a Tailândia, a Costa do Marfim e a Etiópia, Angola e Zaire, Tanzânia e Quênia, etc., etc., etc. — para não falar dos latino-americanos, os nossos vizinhos, o meio internacional onde o Brasil mais direta e imediatamente está inserido.

E, assim sendo, é mais do que natural que, em diversos temas encontremos coincidências, pela condição de país em desenvolvimento e, às vezes, diferenças mais ou menos amplas com países da América Latina, África e Ásia. Em questões latino-americanas, nossas posições são certamente mais elaboradas, mais diretas, mais voltadas para a ação que em certas questões mais distantes, de outros continentes.

Na realidade, o que se quer criticar, mais do que a política em relação ao Terceiro Mundo de modo geral, — e creio eu — é a aproximação com certos países do Terceiro Mundo que adotaram opções de organização social e política diferentes das nossas. São extraordinariamente valorizadas as diferenças e esquecidas seja as importantes afinidades decorrentes da condição comum de países em desenvolvimento, sejam laços históricos, como os que nos unem aos países africanos da costa ocidental e aos de expressão idiomática comum, de modo geral, para não mencionar as nações latino-americanas.

Tais coincidências para nós felizmente naturais, são, aliás, consideradas trunfos pelas diplomacias de todos os países, sobretudo as grandes potências, que fazem esforços permanentes no sentido de manter seu prestígio no Terceiro Mundo e evitam colocar-se em posição de isolamento internacional. Deveríamos isolar-nos ao ignorar fatores subjacentes que propiciam uma aproximação, fator de ordem cultural, linguística, de tradições e até de raças? Quem seria beneficiado pela nossa ausência? Quem teria vantagens por nós tomarmos uma atitude de indiferença ou de receio, ou de absenteísmo? E onde está aí a motivação ideológica, quando as motivações do interesse nacional são tão evidentes?

É fundamental sublinhar que nossas posições decorrem de considerações próprias e caminham num sentido de convergência com posições de países ou grupos de países do Terceiro Mundo, em diversas instâncias, não por opção ideológica, mas por semelhança de valores e interesses.

Tomaria, como exemplo, o caso do apartheid na África do Sul, em que alguns aconselham que a diplomacia brasileira "amenize" suas posições em troca de supostas vantagens comerciais. A condenação ao apartheid é apresentada como um dos exemplos do "terceiro-mundismo" da ação externa. Nós não condenamos o apartheid por qualquer consideração ideológica, não precisamos chegar a tanto, é quase que uma questão para nós orgânica nacional. Condenamo-lo porque ele é contraditório com os próprios preceitos fundamentais da vida nacional, que é a igualdade do ser humano, sem distinções raciais. É um regime que institucionalmente separa brancos e negros, discriminando-os violentamente — eu não vou entrar aqui em detalhe — os Senhores conhecem, inclusive a legislação do apartheid.

Será do interesse nacional, que inclui sem dúvida a dimensão ética, reforçar relacionamentos internacionais contraditórios com os próprios fundamentos de nossa nacionalidade?

Está em outro extremo quem propugna o rompimento de relações com a África do Sul, como se esse país não existisse, ele existe; ou como se tal rompimento pudesse ter algum efeito prático sobre a sua evolução interna ou externa — o problema daquele país é complexo, é difícil. O fato de nós termos essa atitude em relação à África do Sul, necessariamente, restritiva, não nos leva a ignorar ou deixar de compreender a extrema dificuldade, complexidade e o aspecto puramente acessório e sem significação que seria o rompimento de relações com a África do Sul, do ponto de vista da substância, da realidade e da evolução nacional daquele país.

Cada Sr. Senador aqui presente certamente aquilataria as distâncias políticas e humanas que nos separam do regime do apartheid, se imaginasse um dispositivo legal vigente no Brasil que obrigasse a exclusão do voto, dentre aqueles eleitores que sufragaram os nomes de V. Exs., de todos que tivessem uma gota de sangue negro. Não precisarei referir outros dispositivos legais, nem continuar a abundar nessa questão.

Mencionaria apenas o seguinte: que a vantagem comercial por vezes acenada nem sequer tem tanta realidade. De fato, o comércio com a África do Sul desenvolve-se normalmente, não há óbices a esse comércio, com exceção de um único, que decorre de uma decisão tomada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no quadro do capítulo 7º da Carta, e, portanto juridicamente obrigatória e que proíbe a venda de material militar à África do Sul, ou de utilização militar e que são cumpridas por todos os países, mesmo os países europeus, alguns deles que se atrasaram no cumprimento, digamos assim, dessa decisão, acabaram por conformar-se.

As transações com a África do Sul situam-se em cerca de 10% do nosso comércio com a África. A complementariedade com a economia daquele país é relativa, porque, pelas próprias circunstâncias, até do seu isolamento e de um certo sentimento, de uma certa decisão de organizar uma economia de guerra pelo risco do isolamento. É um país com uma economia considerada, muito próxima da autarquia. Essa é a realidade, não há razões materiais para mudarmos o nível e o estilo de nosso relacionamento com a África do Sul, e, mesmo que tais razões existissem, materiais, eu, pelo menos, seria contra e creio que muita gente no Brasil seria contra também. Creio que o Presidente Figueiredo seria contra também, mesmo que houvesse essas vantagens materiais tão significativas, que acreditamos que não há.

Resumindo: as ligações que mantemos com os países do 3º Mundo, são variadas, obedecem a padrões de interesses mútuos, admitem convergências de valores em múltiplos temas. Somos países em desenvolvimento, a fórmula específica do relacionamento decorre da identidade nacional, nossa brasileira e dos nossos interesses externos, e, não há, podem procurar, como quiserem, nas declarações de política externa do Presidente, ou minhas ou de representantes brasileiros em diversos organismos internacionais, nem nas ações da política externa brasileira, qualquer automatismo ou passionalismo em termo de Terceiro Mundo.

Tendo feito essa exposição com o relacionamento com o Terceiro Mundo, me permitiria abusando da paciência dos Srs., dizer algumas palavras sobre o relacionamento com o Ocidente, com a outra vertente principal das nossas relações. Já mencionei o significado do Ocidente para nós, basicamente é um conjunto de valores. É preciso não esquecer que enquanto grupo de países, num grupo de países, o Ocidente desenvolvido e industrializado, nesse sentido o Brasil não é parte dele, deixa de forma similar ao Terceiro Mundo, não tem padrões de homogeneidade absoluta, tem graus diversos de desenvolvimento, disputas econômicas sobre múltiplos temas; como as taxas de juros e o protecionismo comercial, tem visões diferenciadas dos diferentes países sobre questões de segurança e, até mesmo, compreensões diferentes sobre o alcance de certos valores comuns. Isso é o cotidiano e é saudável, diga-se de passagem, do mundo ocidental. O pluralismo — a recusa à arregimentação política, a crítica no plano interno e também no internacional — constitui talvez a maior virtude da comunidade ocidental de nações. O respeito à diversidade, dentro de valores comuns, é a grande força de atração do Ocidente para o espírito dos homens em qualquer parte.

Creio mesmo que o repeito à diversidade entre as nações, como entre os indivíduos, que leva a uma sociedade internacional mais igualitária, é a força maior do Ocidente para o futuro, superadas as aberrações racistas, colonialistas que, em alguns momentos históricos, afas-

taram o Ocidente de seus valores básicos, permanentes, fundamentais, democráticos.

Como situar, então, a situação brasileira?

Em primeiro lugar, mantemos com o Ocidente importíssimas relações econômicas: A modernização do País está ligada à inserção na economia Ocidental. O peso de nossa dívida é um testemunho notável dessas ligações, mas como trarei adiante, no relacionamento econômico com o Ocidente, há outras limitações naturais: os tipos de produtos que exportamos, as barreiras protecionistas etc., como há entre os próprios países industrializados.

Em segundo lugar temos que considerar as ações políticas que nascem justamente da condição ocidental do Brasil. Já trarei do ponto anteriormente. A adesão a certos valores, o respeito às soluções negociadas, o esforço de criar oportunidades iguais, são elementos que têm a ver com a posição ocidental do Brasil. Quando, por exemplo, condenamos processos de intervenção e procuramos substituí-los por mecanismo de negociação, estamos sendo rigorosamente fiéis à melhor tradição ocidental, em particular a sua vertente latino-americana, que af se opõe, radicalmente, a doutrinas de ação externa que se pretendem, fundadas em "visões da dinâmica histórica", ou esquemas inelutáveis a partir dos quais tudo pode ser legitimado, até mesmo processos de intervenção sob pretextos ilegítimos. Continuamos, porém, a actetiar na capacidade do homem de optar, de buscar acomodações racionais, de enfrentar e superar os próprios erros. Creemos que está af a essência do legado ocidental na nossa cultura.

É claro que seria ocioso repeti-lo, que, em uma situação de crise total, inclusive pelos laços convencionais que nos unem, a nossa posição ocidental é certa, é pre-determinada.

Finalmente, devemos considerar as posições políticas específicas que coincidem com a de outros países ocidentais. Insistiria na ideia de que não se encontram, no âmbito ocidental, posições monolíticas — isso é característica de outro grupo de Estados, não do grupo ocidental — seja no que concerne a crises regionais, como a do Oriente Médio, seja no que toca à própria estratégia em relação à União Soviética. Isso é próprio e natural numa comunidade de nações que vive de forma pluralista a convivência internacional, mas que adere a valores básicos — sobretudo a igualdade entre os Estados — nesta convivência.

Nós não temos, do lado ocidental, uma doutrina, que justifique uma forma de hegemonia. Existem assim várias formas de estar presente no mundo ocidental e a do Brasil, como as dos demais, obedece às peculiaridades nacionais. Nossa contribuição específica ao Ocidente nasce necessariamente da fidelidade ao que somos. E não seria nada, se não fosse fiel ao que somos. Quanto ao relacionamento diplomático, acentuaria que nossa gama de contactos com a liderança ocidental tem sido a mais ampla e a mais constante.

Não houve nenhuma redução, quer de interesse, quer de ação, como é visível, em nenhuma época de nossa história, as conversações de alto nível, os encontros bilaterais variados, as reuniões de planejamento político, e mesmo contactos com organismos multilaterais como a CEE fazem parte de nosso cotidiano, e têm gerado, se fizermos uma leitura atenta de comunicados conjuntos e outros textos, um amplo painel de definições de convergência.

Um grau de interesse por parte dos outros países ocidentais, no que pensamos, naquilo que avaliamos de cada situação, como nunca houve, uma franqueza, uma abertura total, eu posso dar testemunho, não posso dar detalhes, não posso revelar minhas conversas com os Ministros exteriores europeus, americanos e japoneses, mas não pode haver maior fluidez de diálogo, maior franqueza. Se algum tivesse uma observação a fazer sobre nossa

política externa, ele teria absoluta liberdade de fazer. Porque temos falado sempre com absoluta franqueza, e sobre todos os temas, e com interesse por parte deles constante em ter a nossa avaliação, como nós sentimos, como percebemos cada situação.

Seria inclusive, oportuno lembrar aqui, para citar aquilo que é público, que os Srs. se lembrarão mas que merece ser citado, a sequência de visitas que recebemos de líderes ocidentais a partir de 1979: o Vice-Presidente dos EUA, Mondale; o Senhor Haferkamp, alto dirigente da CEE; os Chanceleres da Bélgica, Simonet; da Itália, Forlani e, mais tarde, Colombo; do Japão, Sonoda por duas vezes; o Primeiro-Ministro da Alemanha, Helmut Schmidt; os Chanceleres da Áustria, Pahr; da Grã-Bretanha, Carrington; o Primeiro-Ministro do Canadá, Trudeau; o Vice-presidente dos EUA, Bush; o Vice-Primeiro Ministro da Austrália, Douglas Anthony; o Presidente dos EUA, Ronald Reagan; o Presidente da RFA, Carstens, acompanhado de seu Ministro Exterior, Geuscher o Primeiro-Ministro do Japão, Suzuki, os Chanceleres da Bélgica, Tindermans; do Canadá, MacGuigan; de Portugal, Gonçalves Pereira; o Chanceler da França, Cheysson.

Não os cansaria mais com essa listagem de visitantes, mas se somarmos às menções que fiz, as viagens do Senhor Presidente da República e as minhas a países do Ocidente, estarão por terra os argumentos de que procuramos limitar o leque de contactos brasileiros com o mundo ocidental. A realidade é justo o oposto. Ao contrário do que se insinua ou afirma, o esforço pertinaz se dirigiu a ampliá-los, torná-los mais densos, mais constantes. A vontade de diálogo é recíproca, a iniciativa de contactos é das duas partes. Não é apenas nossa, buscando os contatos, é também deles. França, Portugal, República Federal da Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão, Itália, Bélgica, Áustria, Holanda, além da CEE, foram os países visitados, o que confirma a amplitude do diálogo com o Ocidente desenvolvido.

Nunca, nessas ocasiões, como eu disse, e repito, nenhum dessas personalidades, algumas mais pessoas, em alguns casos, mais interessantes, mais argutas, melhor conhecedora de política internacional que eu tenho encontrado, nos encontros que me foram extremamente estimulantes, nunca ninguém questionou, direta ou indiretamente, o relacionamento do Brasil com o Terceiro Mundo, sua política africana, ou sua política latino-americana. Pelo contrário, em muitos casos, o que houve foram manifestações de estímulo e de interesse, para que o Brasil fizesse um esforço maior, que ampliasse o mais possível esse relacionamento, e incrementasse a sua presença em todos os níveis econômicos, cultural, político nesses países.

Agora mesmo, como é sabido, na primeira semana, nos dez primeiros dias da Assembleia-Geral das Nações Unidas, os ministros da Relações Exteriores ali presentes, e muitas vezes, Chefes de Estado, aproveitam a oportunidade para, informalmente, encontrar-se, e eu tenho encontros com 31 outros ministros de todas as partes do mundo, com o Ministro do Exterior do Irã, Secretário-Geral da Liga Árabe, Ministro do Exterior de Israel, vários latinos-americanos, vários europeus, japoneses, como Schultz e assim por diante. É teria tido com o Sr. Gromiko, se ele não tivesse deixado de ir a Nova Iorque.

São encontros que, alguns deles, se repetem anualmente, outros por iniciativa de um ou de outro; e eu devo dizer de novo que nós não andamos atrás dos outros para esses encontros. Num caso e outro, sim. Em alguns casos específicos sim, este ano, por exemplo, tinha interesse especial de conversar com o Ministro Exterior da Austrália, por um motivo específico, pedir, e assim por diante. Tenho feito esse tipo de pedido, mas a grande massa desses encontros surge naturalmente, e é em grande parte iniciativa dos demais, com grande interesse e prazer para

mim também, que felizmente eu tenho tido saúde para essas coisas.

Como considerações finais, eu gostaria de concluir:

Não existe terceiro-mundismo, embora tenhamos, como não poderíamos deixar de ter, uma política própria para o Terceiro Mundo. Não vamos abrir mão dessa política. Não existe, tampouco, dentro de nossa política no eixo Norte-Sul, ânimo confrontacionista com o Primeiro Mundo, nem, ao contrário, um ocidentalismo à outrance, que emasculasse a nossa individualidade.

Apenas isso. Somos um país capaz de dialogar com as diferentes áreas do mundo. Delas recebemos demonstrações e respeito de apreço político, não queremos ser levados a um reducionismo, sobretudo premidos por uma situação de crise econômica que, necessariamente é transitória. Não vemos vantagens em mudar essas posições. Não nos parece que uma mudança de posição tivesse efeitos benéficos na situação financeira.

Houve até, me lembro, no ano passado, quem dissesse — os jornais não atribuíram, mas nas folhas econômicas mencionaram — "A política externa dependente no Brasil está irritando os americanos, é por isso que não se consegue dinheiro". Quer dizer, esse tipo, me permite a expressão, de imbecilidade, eu não mencionaria, e nem lembraria agora, mas existe, é curioso, mas existe, é espantoso.

Felizmente, se perdeu, poucas pessoas leem. Também noticiar como: "Vem o presidente Reagan aí, e vai mudar a política exterior do Brasil." Nem o Secretário do Estado, Schultz me disse uma palavra a respeito e tivemos o melhor relacionamento, nem o Presidente Reagan, e nem o Presidente Figueiredo. E por quê? Porque não há interesse americano, — evidentemente não há — de que o Brasil deixe de ser o que é. Quer dizer o Brasil é um País que conta e tem uma significação no mundo, porque ele é o que ele é. Se ele fosse outra coisa, provavelmente não teria essa significação.

Há um aspecto que talvez devesse mencionar, é que justamente a divergência entre países é saudável, mas não há nenhuma divergência fundamental com os Estados Unidos. O quadro geral é muito bom, nós temos controvérsias concretas — eu estou cansado de dizer isso — como eles têm com a CEE, como eles têm com o Japão e, às vezes, temos divergências na avaliação de uma situação específica internacional, o que é natural. E é por isso que o Brasil é um país ocidental, também. Nós não nos sentiríamos bem num agrupamento de países em que todos tivessem de ter uma política externa predeterminada, rígida, mecânica estabelecida por um ponto central. Nós somos ocidentais, também, porque acreditamos no direito de opção e no direito de crítica e no direito de modificar posições também.

Não estou dizendo que, nem caso concreto, o Brasil não mude posição. Os homens erram, os países erram, é possível. Nós temos no País, hoje, uma linha de debate amplo, é evidente. Agora, se o fizermos será por motivos de interesse nacional, por nós mesmos avaliado. Podemos até atender à ponderações alheias, ouvimos sempre, estamos prontos ao diálogo, mas a decisão é sempre nossa. Isso é o característico do mundo ocidental, é a grande força — como eu disse — de atração deste mundo.

Depois há uma parte sobre a participação do Terceiro Mundo no comércio, que alguns dizem: Mas eles nos dão 6 bilhões. Mas não tem nada disso. O comércio com os países em desenvolvimento cresceu de 10%, há uns 13 ou 14 anos atrás, e chegou a representar, em 1981, cerca de 40% das nossas exportações. Com a recessão, com a crise que afetou esses países mais diretamente, porque são mais vulneráveis, são mais pobres, eles têm menos reservas e, naturalmente, todos eles tiveram, como nós mesmos, de entrar num período de reajuste monetário, de restrições às importações. As nossas exportações para esses países ainda hoje há um ritmo de 32% ou 31%. Mas é importantíssimo para nós, é importantíssimo para

os Estados Unidos, 36,5% das exportações americanas são para países em desenvolvimento. No caso da CEE a proporção é ainda maior e as matérias-primas vêm desse supridores.

Então, o crescimento das exportações foi muito mais dinâmico para os países em desenvolvimento do que para os países desenvolvidos e, durante um largo período, mas é muito natural, é que esses países, em primeiro lugar, são mais carentes tanto que, num período de desenvolvimento, tenderiam a comprar mais, percentualmente as exportações cresceram mais e, mesmo eu tenho aqui uma taxa média indicada, por exemplo, de 1973 a 1982, para os países em desenvolvimento em geral, o crescimento das exportações foi de 20,7%. Depois, quando começou a fase de recesso, 1979 a 1982, baixou o ritmo de expansão anual dessas exportações para 13,8%. No caso dos países desenvolvidos, a taxa de aumento das exportações, de 1973 a 1982, foi de 11,4% comparado com os 20% dos países em desenvolvimento, em 1979 e 1982 baixou para 8%. Houve um descenso no mundo todo. O ano passado foi o primeiro ano, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em que o comércio mundial decresceu. Um índice muito dramático da crise econômica mundial.

Eu não vou ocupar os srs. demais. A queda no valor das exportações brasileiras para os países em desenvolvimento foi mais acentuada do que para os países desenvolvidos, neste período de crise, o que é natural, porque esses países são mais vulneráveis. Mas a queda foi geral, todas as nossas exportações, para todo o mundo caíram no último ano. Nos Estados Unidos, Canadá, CEE e outros países da Europa Ocidental, com uma única exceção do Japão, em que houve um pequeno aumento.

Este fenômeno é global e, portanto, é incorreto dizer-se que os países em desenvolvimento são parceiros comerciais inconfiáveis ou desprovidos de importância.

Vou tentar resumir para não tomar muito mais o tempo dos Srs: o comércio com os países em desenvolvimento, talvez, tem certas características especiais. Ele é predominantemente de produtos manufaturados. E por quê? Porque são países que, em muitos casos, não produzem esse tipo de itens. Eles, portanto, não tendem a uma indústria própria, por exemplo, de tesourinhas, ou de certos materiais siderúrgicos, ou de automóveis ou do que seja, não têm porque se incomodar porque o Brasil subsidia exportações e manufaturados, ao passo que os grandes países industrializados, que têm indústrias desse tipo, algumas delas antigas, já um tanto obsoletas, tendem a depender, por motivos sociais e políticos internos, esses setores de sua produção contra a penetração dos novos produtores. E, necessariamente, acabam adotando medidas protecionistas, de maior ou menor rigor. Eles absorvem esses produtos manufaturados dentro de certo limite, mas necessariamente, têm de se defender. É um problema que, para ser solucionado, vai requerer muito tempo porque vai depender de uma política industrial nesses países, uma espécie de reajustamento da própria estrutura das suas indústrias, o que politicamente e socialmente é muito difícil de fazer, sobretudo num período de crise. Talvez o único país industrializado, que tem conseguido ter uma política industrial propriamente dita é o Japão, porque age como uma unidade, o que é decidido, é decidido em conjunção com o Governo, com o empresariado, com os meios políticos, com as organizações de trabalhadores. Então, quando o Japão se dirige para um certo tipo de produção, o país todo funciona naquela direção. Nos outros países ocidentais é mais difícil, porque as decisões são individuais, a ação do Governo é indireta e a capacidade de associação é mais difícil de coordenação para a adoção de uma política industrial que implique ajustamentos internos adequados à evolução da produção industrial.

É óbvio que, para vários países em desenvolvimento, têm, hoje, vantagens relativas na produção de vários

produtos industriais, como é o caso do Brasil e de outros.

Então, por isso o nosso comércio com países em desenvolvimento tem um sentido qualitativo muito específico. É que entre 75% e 99% — conforme o País — das nossas exportações, são exportações de produtos industrializados, em alguns ramos da nossa produção, o percentual é muito grande. Vai desde produtos de pouca elaboração, como carne congelada e frango, que é 85%, óleo de soja 88%, açúcar refinado 95%, derivados de petróleo 69%, até setores de maior sofisticação técnica em que, no caso de automóveis e veículos desmontados, é de 90% a nossa exportação.

Os Srs. devem estar lembrados que houve um ano em que a exportação de veículos motorizados, aqui, superou a do café e a da soja, pois 90% disso vai para países em desenvolvimento. Os Srs. podem imaginar o que a perda desse tipo de mercado significaria num período de crise em termos de desemprego e de tensão nas áreas industriais brasileiras... 90% dos navios de todos os tipos, 87% de refrigeradores, 99,6% de televisores, e a totalidade das locomotivas e vagões, indústria que, no Brasil, como se sabe, tem uma imensa ociosidade, e diversos tipos de tratores, aviões turbojato, helicópteros, plataforma de perfuração, etc.

Evidente que nós vendemos produtos industrializados também aos países industrializados, esperamos vender cada vez mais, ninguém está desprezando nada. Cerca de 80% dos pontos de informação de oportunidades comerciais que entram, ou que são captados, e transmitidos pelo sistema computerizado feito no Itamarati, e sob os auspícios, é indispensável e fundamental ajuda do Banco do Brasil, vem dos Países industrializados. Nos últimos quatro anos, das quatrocentas e setenta feiras de que participamos no exterior, trezentas e vinte e quatro foram em países industrializados. O esforço é contínuo, é permanente.

Agora, do ponto de vista trabalho direto junto a Governo, freqüentemente isto se dá, nos países em desenvolvimento, com mais freqüência ou mais intensidade, por quê? Porque os grandes países industrializados, em primeiro lugar, os canais de comércio sempre existiram, sem segundo lugar, eles são países, realmente, de economia, de mercado, dependem do dinamismo das exportações e da ação do empresário, ao passo que nos países em desenvolvimento, freqüentemente o que acontece, é o que sempre aconteceu aqui no Brasil, quer dizer, é o estrangeiro que chega ao porto, para comprar matéria-prima, é o estrangeiro que chega à capital, para vender o serviço ou vender o produto. E muitos deles o empresariado é relativamente fraco, economicamente. O governo é o grande comprador, as estatais, ou é quem pode; em matéria de serviço, por exemplo, é exclusivo comprador. E então, há um trabalho por parte das missões diplomáticas, se se quiser, muito diretamente empenhados, junto ao Governo, às autoridades locais. O que não quer dizer que nos países industrializados, também não exista, existe de uma maneira diferente, existe devido às funções reguladoras tradicionais dos países de economia de mercado. Quer dizer, discussão sobre tarifas, sobre direitos compensatórios, sobre barreiras não tarifárias de diversos tipos, restrições relativas à saúde, à sanidade, etc, ou gestões de contato com grandes empresas locais, mas a ação do governo é de um tipo diferente. O essencial, nesses grandes mercados, é o dinamismo do empresário, do vendedor, porque são economias de mercado. Por isso também o grosso dos serviços de promoção comercial está nesses países, para transmitir as informações, para dar apoio ao empresário que chega, para manter os contatos com os meios comerciais locais, que, às vezes, é muito variável; é preciso saber a quem se deve recorrer, a quem se deve apresentar um brasileiro, saber quem funciona bem, quem funciona mal num universo extremamente variado de operações econômicas, sendo certo que tudo

isso é feito sem que os serviços, eles mesmo concluam operação nenhuma. Há um grande escrúpulo e um extraordinário cuidado de apenas facilitar, criar condições, criar canais, e o resto é o trabalho do operador econômico, seja de uma empresa privada, ou seja mesmo de uma empresa estatal, que age ou funciona como um operador econômico direto.

A outra alegação se houve, se diz que foi uma escolha do Brasil o aumento de exportações para o Terceiro Mundo. Não foi, isso é uma questão de continuar a ser atraente para todos os mercados do Terceiro Mundo. Como eu já disse, Estados Unidos, CEE, Japão, todos eles, mesmo num ano de crise têm sido importante, tem uma outra dimensão que é a venda de serviço. As empresas brasileiras de engenharia, e consultoria, todas elas, a abertura que elas encontraram no exterior, foi em países em desenvolvimento. São os únicos países que absorvem esse tipo de consultoria, e de engenharia. Lá elas concorrem com suas congêneres europeias e americanas e têm capacidade, hoje, em certos setores, quer por qualidade ou por capacidade gerenciada, e assim por diante.

Os países em desenvolvimento, necessariamente importam, através do financiamento à importação, o que não acontece com o comércio com os países desenvolvidos, o que é evidente. Em primeiro lugar, pela própria pauta da exportação. Como os Srs. sabem nós, por exemplo, não financiamos a venda de produtos agrícolas, a não ser em situações excepcionalíssimas. E em regra, no mundo, não se financia venda de produtos agrícolas ou matérias-primas. Produtos industriais, entretanto, em toda a parte, são financiados pelo exportador. É normal. Nenhum país recompra equipamento para uma hidrelétrica ou uma fábrica que se quer montar, ou mesmo bens de consumo durável, se o exportador, se o vendedor, não oferece condições de pagamento deferido. Nós temos aí, inclusive, um aspecto, um elemento, em que não podemos concorrer plenamente com os países que têm grandes recursos financeiros, como os industrializados da Europa, Estados Unidos e Japão. Mas temos que fazer alguma coisa e temos feito, temos um sistema de financiamento ao exportador brasileiro. Não são financiamentos a outros países para que ele compre o que quiser, nós nunca chegamos a isto, talvez, se um dia viermos a ser um País com sobras, possamos até fazer esse tipo de financiamento por alguma motivação política, mas não temos feito. O que nós temos feito até hoje, é o financiamento ao exportador brasileiro. O que, às vezes, tem sido fundamental em certas ocasiões — talvez os Srs. já tenham tido conhecimento de casos em que firmas brasileiras foram salvas, porque foi possível financiar a exportação para tais ou quais países.

Então é natural que a venda para os países em desenvolvimento implique no uso do financiamento ao exportador na proporção muitíssima maior do que a venda para os países desenvolvidos, até mesmo e basicamente pela natureza da pauta de exportações, que, de 75 a 99% são produtos industriais, que só se vendem com financiamento normalmente. Essa é a norma. Além disso, são países também carentes de recursos, como nós. Como é que temos feito com o nosso comércio importador? Em grande parte buscando ao máximo *supplies credits* e outras formas de financiamento que, de outra forma, não teria podido, em diferentes ocasiões, importar aquilo que os planos de desenvolvimento previam.

Agora, temos hoje, uma situação de crise. Os Srs. se lembram, já vinham se acentuando, por vários motivos, as dificuldades: primeiro, os problemas monetários resultaram os chamados *Nixon shock* de 1971, em 1973 a elevação do preço do petróleo, em 1979, novamente. Finalmente, em consequência da política da atual administração americana, para pôr ordem da casa, reduzir a inflação, etc, um dos elementos dessa política, tinha por efeito, por consequência, uma elevação da taxa de juros, e os Srs. sabem os efeitos disso sobre nós, teve também

efeitos negativos em relação aos países da Europa, que atraíam capitais que buscavam uma remuneração maior, um grande volume de capitais de outros países que tinham esses capitais sobrando.

Então, criada essa situação de crise, todos sabemos que houve a adoção de políticas recessivas de forma simultânea. Quando um país tem uma dificuldade, e isso ocorre em várias ocasiões, desde fim da Segunda Guerra Mundial adota uma política recessiva, isso tem um impacto relativo sobre a economia mundial e talvez, resolva o problema desse país, mas se todos, simultaneamente, adotam uma política recessiva, há um efeito negativo, cumulativo que leva a uma maior recessão. Vimos isso nos anos 30 e estamos vendo, um pouco, hoje.

A hipótese, o vislumbre, mais positivo é a convicção das autoridades americanas de que a economia americana — e há vários indicadores nesse sentido — começará a se recuperar. Isso terá um certo efeito indireto, imediatamente, sobre a economia japonesa, por sobre a Europa, aquela idéia da filtragem para fora e para baixo da recuperação americana. É um processo lentíssimo.

Não há atividade econômica no mundo que possa garantir permanentemente, de ano para ano, uma rentabilidade tal que permita pagar 13,14%, contando spreads, taxas, etc. de serviço de juros, não é possível. Obviamente o efeito será inflacionário, porque, em termos reais, não há atividade econômica conjunta, de um país todo, que possa, em termos reais, aumentar nessa proporção. Mas, enfim, isso, como medida transitória, ainda a gente pode pensar, a pessoa está muito doente toma remédio, às vezes, tem efeitos colaterais terríveis mas salva a sua vida. Não pode ser um sistema normal, nem se pensa que seja.

A manutenção de amplas políticas de subsídio na área agrícola, inclusive, pelos países desenvolvidos, tem deprimido os preços no mercado internacional e deslocado fornecedores tradicionais. Isso se vê com o açúcar, no caso da CEE, mas é muito comum, nos próprios países desenvolvidos esses incentivos à manutenção dos setores industriais não competitivos, como nos têxteis, nos próprios países industrializados por motivos internos, sociais, políticos, compreensíveis, mas que têm um efeito muito negativo para os países em desenvolvimento, que estão numa fase de início de industrialização ou de alguma industrialização, como o Brasil.

Então, em resumo, falando do aspecto puramente econômico, não faz sentido falar do Terceiro Mundo como uma área que não paga. Na verdade, as informações que temos da CACEX é de que o grau de inadimplência propriamente dito, quer dizer, de default, é relativamente pequeno; há casos de maior adiamento, de extensão de prazos, mas, de modo geral, estão funcionando, em muitos casos; como no caso do México tentamos, estamos fazendo com outros latino-americanos aumentar o nível dos créditos recíprocos para manter os fluxos de comércio ou procurando ver, não trocas propriamente ditas, mas mecanismos que favoreçam a queda do fluxo comercial que se vinha desenvolvendo entre os países latino-americanos de maior expressão.

Mas é preciso então ver que a situação desses países de Terceiro Mundo não é uniforme, alguns estão numa situação mais folgada, outros, com programas mais rígidos de ajustamento. Todos estarão comprando menos, como nós estamos comprando menos, mas isso não quer dizer que venha haver, como chegou-se a dizer, não sei quem, aí pelos jornais, que tínhamos perdido 6 bilhões de dólares com a política terceiro-mundista. Isso é um disparate brutal por que o Brasil não emprestou ao resto do mundo, talvez, pouco mais da metade disso e quase nada disso foi vencido ainda.

Como maior país importador de petróleo do mundo em desenvolvimento temos um déficit estrutural com esses países produtores e temos tentado equilibrar, ou pelo menos, reduzir esse déficit, então é natural que façamos um esforço particular no caso dos países petrolíferos,

para ver se vendemos um pouco mais, temos feito esforço.

E essa redução das importações dos países em desenvolvimento que nos afeta, não nos afeta só a nós, no caso os Estados Unidos, as exportações para a América Latina se reduziram a 8 bilhões de dólares em 1982. O Subsecretário de Comércio calculou, num recente discurso, que só a redução na capacidade de importar dos países latino-americanos ocasionou a perda de 250.000 empregos nos Estados Unidos. Uma recuperação da economia internacional passa, portanto, tende a compreender e incluir a recuperação dos países do Sul. Não é uma má aposta a que fizemos na expansão do comércio com outros países, da mesma forma que os países em desenvolvimento, os desenvolvidos também reduziram suas importações, como disse, as barreiras protecionistas aplicadas nos mercados desenvolvidos contra exportações brasileiras continuam e mesmo se agravam apesar de negociarmos, procurarmos atenuar, muitas vezes, com a boa vontade do Governo local, mas elas continuam, elas têm um impulso muito grande interno de setores prejudicados nesses países. E os problemas de pagamentos nos países do Terceiro Mundo não têm afetado, de nenhuma forma significativa, o cumprimento de compromissos assumidos com o Brasil.

Os países desenvolvidos são infensos à conclusão de certos tipos de acordos diretos de Governo a Governo, um tipo de crédito recíprocos, mas outros países em desenvolvimento não, porque têm condições parecidas com as nossas, interessam a eles também. Então, não vejo por que essa onda, essa excessiva afirmação de que há um terceiro-mundismo. Não há, há uma política com relação ao Terceiro Mundo, que no nosso caso é uma vertente importante até mesmo da nossa vida nacional, das nossas condições. Os países desenvolvidos todos têm uma política com relação ao Terceiro Mundo, alguns deles é mesmo ponto fundamental para a sua política externa, no caso da França, para outros é um setor importante, no caso do Japão, por exemplo, é um setor importantíssimo, o Japão exporta também para países em desenvolvimento 38% das suas exportações, além de receber o grosso das matérias-primas que elabora. Então, a atitude nossa é não considerar nada secundário, nada é mero complemento, nada é acessório, tudo é principal. O ocidente para nós é essencial, é fundamental, é parte até de nós mesmos.

Os países em desenvolvimento, a América Latina e África são para nós, também, fundamentais do ponto de vista econômico e são parte de nós mesmos. Nós não vemos esses países apenas como mercados, não pensamos apenas, embora por importantíssimo que seja, fechar as contas no final do ano; não podemos pensar apenas em plantas, couves ou alfases, embora seja importantíssimo também — e eu que faço dieta então tenho muita noção disso — mas plantar jequitibá, jacarandá, ou que seja. Temos que pensar no Brasil não só de hoje, mas, daqui a uma geração ou mais. Não devemos pensar, mesmo que nos tornemos um País desenvolvido, que é nosso ideal, que vamos deixar de ser um País cultural, política ou de segurança com os países da América Latina e da África, não podemos ser unidimensionais. Infelizmente, não há esquemas simples para política externa, necessariamente, devemos ter a visão do longo prazo e agüentá-la mão em todos os períodos, não pensar que há uma receita simples; não há para nenhum país. E quanto mais poderoso o país — os Srs. vejam os grandes líderes, os Estados Unidos de um lado, de outro, a União Soviética, os problemas e contradições inerentes aos interesses que eles estão defendendo. Nós ainda, temos talvez a possibilidade de manter uma linha mais definível de forma coerente, dentro de certos princípios. O nosso ideal, na nossa aspiração, é que mesmo somos otimistas, o país vem a ser um país fundamental nas relações internacionais, que ele possa chegar a isso, mantendo uma certa linha de conduta equilibrada, coerente e que escape um pouco

dos azares, dos problemas que os países mais poderosos têm encontrado, com tradições, a que têm sido levados por sua política de poder. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. Ele foi quem colocou o pedido de convite ao Ministro Saraiva Guerreiro, naturalmente deseja fazer alguns comentários acerca do assunto.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Ministro, Sr. Chanceler, quero, em primeiro lugar, felicitar a V. Ex^e pela exposição feita perante à Comissão de Relações Exteriores. Quero solidarizar-me com o conteúdo do pronunciamento feito perante esta Casa. Acho importante as afirmações feitas por V. Ex^e, no sentido de que o Brasil é um país ocidental, mas também um país pertencente ao Terceiro Mundo, que não há distanciamento, mas, pelo contrário, o Brasil deve se identificar sob os dois aspectos. Acho muito importante a análise que V. Ex^e fez com relação à posição do Brasil, que não pertence a nenhum movimento e que esses já não existem no Terceiro Mundo em busca de um confronto, como afirmado foi aqui.

Achei importante a afirmativa de V. Ex^e quando diz que essa nossa identificação com o Terceiro Mundo não significa uma identificação com o Segundo Mundo, e um rompimento com o Primeiro. Isso só pode ser feito por manifestações malévolas ou tendenciosas. O que essa não é a nossa situação. Acho importante a análise que V. Ex^e faz sobre as muitas dificuldades que temos com estes países chamados do Primeiro Mundo. Bem diz V. Ex^e que, com exceção do café, temos dificuldades com a comercialização de outros produtos. Todos sabemos que, na venda dos nossos produtos, são eles, lá fora, que fixam o valor que dão pelas nossas exportações. Isso acontece com o soja, que sofremos anualmente no Rio Grande do Sul, e praticamente em todas as nossas exportações onde eles, lá fora, determinam o quanto vão pagar pelo nosso produto.

Acho importante a afirmativa de V. Ex^e sobre as nossas identidades com os países do Terceiro Mundo, dizendo, é claro, com que não concordamos, que não se pode falar no Terceiro Mundo identificado e unificado, mas que há entre eles uma série de divergências, uma série de situações especialíssimas mas há um conjunto de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e há algumas identidades que são essas que devemos buscar para tentarmos um entendimento com relação a elas.

Acho, realmente, que V. Ex^e fala muito bem, que essa busca de identificação com o Terceiro Mundo não significa uma aproximação com o Segundo, nem um rompimento com o Primeiro Mundo, mas pelo contrário significa uma manifestação de independência, e de melhor entendimento com relação aos outros mundos.

Diz bem V. Ex^e quando fala do relacionamento com o Ocidente, que deve ser feito buscando uma sociedade internacional mais igualitária. Acho importante quando V. Ex^e afirma que não deve haver exclusivismos de contatos políticos, não há qualquer ideologismo na escolha dos nossos parceiros de diálogo internacional. V. Ex^e, no seu depoimento, inclusive sublinhado, disse que não existe terceiro-mundismo, embora tenhamos, como não poderia deixar de ter, uma política própria para o Terceiro Mundo. Não vamos abrir mão dessa política, não existe tão pouco, dentro de nossa política, do eixo Norte-Sul, confrontacionista com o Primeiro Mundo, nem ao contrário, um ocidentalismo à outranze que imaculasse a nossa individualidade. Parece-me uma afirmativa muito importante e muito séria. Os alinhamentos rígidos aumentariam o poder de barganha do País no plano político? Pergunta V. Ex^e Parece-me uma pergunta que nós, membros da Comissão devemos examinar e considerar. Um rompimento do Brasil, o isolamento do Brasil com relação aos outros mundos nos fortaleceria no Primeiro Mundo? Responde V. Ex^e dizendo muito claro, que alinhamento rígido desvaloriza o parceiro fraco; temos voz própria e a

nossa própria doutrina do que queremos politicamente. Faz, ao final, uma análise sobre o relacionamento do Brasil com o Terceiro Mundo. O aumento da participação dos países em desenvolvimento na economia e no comércio mundial; os países em desenvolvimento e seus compromissos comerciais, as nossas importações e exportações de produtos industriais para os países do Sul, do Terceiro Mundo que tem aumentado; o aumento do nosso comércio com os países em desenvolvimento não descarta uma escolha do Brasil, não decorre de uma escolha do Brasil, mas é o fruto, como V. Ex^e explicou muito bem, da realidade que aí está. Nós não vamos exportar manufaturados para os Estados Unidos, nem para a Europa Ocidental, nem para o Japão, porque não teríamos condições de concorrer com esses países.

Diz bem V. Ex^e com a atitude brasileira é o diálogo com todos. É claro que haverá divergências e V. Ex^e haverá de compreender que poderíamos estar a debatê-las, estar a discuti-las. Parece-me que V. Ex^e abrange o ponto central que foi realmente a causa, através da qual, foi solicitada esta reunião. Esta reunião foi solicitada, quando esteve aqui um ex-embaixador, aposentado, discutindo o problema das relações comerciais do Brasil com a Polônia. Em meio aos debates que se travou, o nosso nobre colega, Senador Roberto Campos fez uma afirmativa que nos pareceu, deveria ter um desmembramento, porque ela não podia ficar isolada nos Anais da Comissão de Relações Exteriores sem que sobre a mesma fizéssemos análise de uma palavra, inclusive, com toda sinceridade, permitindo ao Itamarati que respondesse a essa afirmativa. Foi quando o nobre Senador Roberto Campos afirmou que não quis entrar na análise do debate do problema do relacionamento comercial Brasil/Polônia, mas que preferiu fazer uma análise mais geral sobre a política comercial do Itamarati, que, em anos recentes, parece ter duas características segundo o Senador:

"Primeiro, um desbalanceamento de atitudes e, segundo um irrealismo de avaliação. Esse irrealismo de avaliação, por sua vez, teve duas consequências, de um lado, uma sobreestimação das nossas oportunidades de expansão comercial no Terceiro Mundo e também no Segundo Mundo ou seja, no mundo socialista. De outro lado, o despertar de uma espécie de ânimo confrontacionista em relação ao Primeiro Mundo, particularmente, por parte da jovem guarda do Itamarati na qual os sinais físicos são bem visíveis que os de puberdade mental. Dessarte, ao invés de se considerar o relacionamento com o Segundo Mundo, o mundo socialista.

E o Terceiro Mundo, o subdesenvolvido como um útil e necessário complemento à nossa política comercial, passou-se a considerar essas duas atitudes como encerramento a promessa de constituir alternativas com o nosso relacionamento com o Primeiro Mundo. Isso só pode ser um misto de ingenuidade, viés ideológico e ânimo confrontacionista, porque, obviamente, o Primeiro Mundo tem algumas características insubstituíveis. Primeiro, é dali que recebemos investimento, seja por capital de empréstimo ou seja por capital de risco. Em segundo lugar, é dali que derivam os créditos comerciais essenciais, inclusive, para darmos crédito, ou financiar por via de crédito, nossas exportações para o mundo socialista, como para o Terceiro Mundo.

Em terceiro lugar, é o Primeiro Mundo o nosso grande pagador à vista, enquanto que várias das nossas exportações para os outros dois mundos são conduzidas à prazo, sob o ponto de vista, portanto, de balanço de caixa, é o relacionamento com o Primeiro Mundo que nos permite uma sobrevivência decente, em termos financeiros. A esses erros de avaliação de transformar o que é útil complemento, em alternativa a esses erros de avaliação correspondeu o alijamento do Itamarati da posição central em matéria de negociações econômico-financeiras in-

ternacionais. O Itamarati se tornou o grande ausente. Ouvimos falar em discussões entreidas pelo Ministro da Fazenda, pelo Secretário do Planejamento ou pelo Presidente do Banco Central nos grandes centros financeiros para conseguir algum alívio para a nossa angústia financeira. Não se ouve falar do Itamarati que, a essa altura, estava entretido com a Conferência de Belgrado, dos não alinhados, ou com a Conferência das Nações Unidas de Comércio e Desenvolvimento em New Delhi ou com visitas na África, ou coisa que o valha, totalmente marginais à preocupação fundamental brasileira, que é de assegurar a sua sobrevivência financeira neste mundo conturbado em que nós, que anteriormente, orgulhosamente, proclamamos uma política independente no mundo, interdependente, temos que reconhecer a amarga realidade da dependência financeira mais humilhante.

Gostaria, por isso, Sr. Presidente, exprimir o meu desejo paralelamente, à análise que faz dos nossos relacionamentos com um dos países do Segundo Mundo, a Polônia, que o Itamarati considerasse a possibilidade de retornar à sua função central de negociador financeiro internacional, dando apoio e assistência aos Ministros de Estado, agora empenhado nessa difícil tarefa. É verdade que os grandes negociadores econômicos do Itamarati..."

E aí continua ele na sua exposição.

Essa afirmativa, quando nós fizemos a solicitação para que V. Ex^e estivesse presente, e estava presente o nobre Senador Roberto Campos — que eu sei inclusive que está na Casa, e que nós imaginávamos que ele estaria aqui presente e ainda acreditamos que chegará a qualquer momento, já que o pronunciamento de V. Ex^e é...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Eu darei um esclarecimento a V. Ex^e. O nobre Senador Roberto Campos está participando de um seminário que se realiza neste momento, e o qual ele é um dos debatedores. Mas, logo, como ele próprio informou, que quando acabasse, estaria aqui presente.

O SR. PEDRO SIMON — Veja, V. Ex^e, como eu estava certo quando dizia que S. Ex^e deveria ter recebido o pronunciamento escrito por parte do Sr. Chanceler, e que deverá chegar aqui a qualquer momento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Que será uma entrada triunfante.

O SR. PEDRO SIMON — Provavelmente. Porque repare, Sr. Ministro, que essas afirmativas são sérias demais, são graves demais, na nossa opinião, os quais, em grande parte V. Ex^e respondeu no seu pronunciamento, ainda não no mesmo tom, mas no tom elegante, no tom responsável. Contudo o que nós gostaríamos de ver é com relação ao pronunciamento de V. Ex^e, se ele seria aceito pelo eminente Senador Roberto Campos, ou se o Sr. Roberto Campos mantém as suas acusações, que são as mais graves, na minha opinião, as mais lastimáveis, com relação ao pronunciamento do Itamarati.

No Brasil, onde se fazem as críticas mais ácres ao Governo, ao seu modelo econômico, mas é exatamente no Itamarati, onde nós vemos por parte da sociedade brasileira um clima de respeito e um clima de simpatia pela posição que ele vem assumindo perante a realidade internacional. É exatamente por causa disso, por causa do respeito que nós temos por essa posição do Itamarati, que nós não poderíamos aceitar que passasse impune, porque passando impune, passariam, com a nossa aceitação tácita, as afirmativas tão graves, e na minha opinião tão injustas, feitas por um ex-representante desse País numa embaixada do 1º Mundo. Talvez daí a sua identificação tão apaixonada pelos interesses desse 1º Mundo.

Por isso, embora V. Ex^e, com muita elegância tenha respondido ainda que indiretamente a alguns dos concei-

tos do Sr. Roberto Campos, nós gostaríamos de ver, mais ou menos alguma consideração de S. Ex^e, diretamente envolvido, ao pronunciamento que fez o Embaixador, hoje Senador da República, Sr. Roberto Campos, com relação às graves afirmativas que ele faz ao Itamarati. Em última análise o Itamarati teria sido o grande responsável pelo equívoco da política externa do Brasil, por levá-lo a uma maior aproximação com o 2º e com o 3º Mundos, por dificultar o nosso relacionamento com o 1º Mundo, por partir para uma política de confronto com o 1º Mundo, por fazer um isolamento que, hoje, teria causado até dificuldades enormes, onde a genialidade do nosso Ministro do Planejamento e do nosso Ministro da Fazenda, estariam fazendo o trabalho dele e o trabalho do Itamarati. Era essa a apreciação que eu faria e gostaria de ver o pronunciamento de V. Ex^e.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Antes de encerrar a reunião, darei novamente a palavra ao Ministro Saraiva Guerreiro que deseja complementar, com algumas informações, as observações do nobre Senador Pedro Simon.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Muito obrigado, Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, agradecer ao nobre Senador Pedro Simon, o interesse, a seriedade e a correção com que ele tratou desse assunto e a sugestão que fez e que me deu essa oportunidade de vir, mais uma vez, à Comissão de Relações Exteriores, a onde eu virei sempre com muito prazer.

Eu creio que na minha exposição, o que se conclui dela é o que tentei mostrar, estou convencido disso, eu e o Sr. Presidente também, é de que tudo é importante. O 1º Mundo é importante, o 3º Mundo é importante e o 2º, na sua especificidade, sem essa ligação ideológica alegada, também é importante, é um fator muito importante nas relações internacionais. Isso leva a um trabalho multifacetado por parte da Chancelaria, e aqueles que têm acompanhado pelos jornais o número de visitas de personalidades estrangeiras no Brasil e brasileiras ao exterior, podem verificar mesmo de uma maneira material estatística. O que eu tentei demonstrar é que para nós essas duas vertentes são fundamentais, não só hoje, como para o futuro. As nossas relações são excelentes nessas duas vertentes.

A referência específica à exclusão do Ministério das Relações Exteriores do centro das negociações econômico-financeiras também deve ser evidentemente qualificada. Em primeiro lugar, a negociação da dívida externa não é da competência originária ou primordial do Ministério das Relações Exteriores em nenhum país. No caso do México, quem negociou as dívidas foi o Sr. Silva Herzog, que é o Ministro da Fazenda. Quem está fazendo contato preliminar com o Fundo Monetário Internacional, por parte da Venezuela é o Sr. Sosa Rodrigues, Ministro da Fazenda. Quem negocia a dívida da Argentina, também com o Fundo Monetário International e com os Bancos, o chefe dessas negociações foi o Sr. Weber, que é o Ministro da Economia da Argentina. No caso da Nigéria, igualmente, eu peço desculpas não me lembrar do nome, e assim por diante. E agora, a Chancelaria, o instrumental diplomático brasileiro está à disposição do Governo. É óbvio que qualquer gestão de chancelaria que se faça necessária, os nossos embaixadores dos Países do 1º Mundo, todos sem exceção, têm acesso não só ao Ministério do Interior mas as autoridades econômicas locais e, em muitos casos, a chefia do Governo. E nós sempre estivemos à disposição para dar todo apoio aos negociadores da área econômica. Se eles não nos pediram diretamente é porque achavam que não precisavam, e nem o Presidente me deu instruções específicas. Agora, e é preciso lembrar também, o grosso da dívida brasileira é hoje com bancos privados que têm ação multinacional. É uma situação um tanto diferente de negociações que se deram, há vinte e poucos anos

atrás, em que o grosso da dívida era com bancos governamentais, Eximbank e outros parecidos, ou os multilaterais, Banco Mundial, e assim por diante.

No caso do Clube de Paris, em que os credores são governos, desde o início do primeiro grupo informal de trabalho que preparou a apresentação da carta do Ministro Galveas ao Diretor do Tesouro, na França, desde esse início, estava presente, no grupo informal, o Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador França Rosa, que foi a Paris com o representante da SEPLAN o Sr. Botafogo e o do Ministério da Fazenda.

Nós somos um instrumento, e eu creio que um instrumento capaz. Nós temos excelentes relações com todos os países do Primeiro Mundo e estamos em condições de fazer todas as gestões, de dar todo o apoio. Agora, eu nunca, em nenhum momento, na minha administração no Itamarati, interferi em assuntos que fossem da competência específica de outros Ministros. Quando eu trato de um assunto que é da minha competência, da minha pasta, e que tenha relevância, que tenha alguma implicação para algum outro, eu imediatamente informo, e se for o caso de pedir opinião, peço opinião, e estou à disposição sempre para tudo que me pedirem no âmbito externo.

Em muitos casos, em que não haja necessidade deste apoio de gestores de Chancelaria, por exemplo, eu não tenho por que adiantá-las sem que elas sejam pedidas. Em muitos casos, colegas meus que tem esses contatos lá fora, apenas nos informam ou informam a nossa Embaixada, e por esse caminho nós sabemos. Acho que este é o método correto.

Naturalmente, como eu disse, o instrumento está aí, está pronto a funcionar, na medida em que possa funcionar e funcionar bem. O que não quer dizer que, por motivos políticos, nós consigamos, concretamente, uma operação básica dos parâmetros vigentes hoje no sistema financeiro internacional. Qualquer que fosse a negociação de todos os países devedores, tem passado, inicialmente, por essas forças claudinas do Fundo Monetário Internacional, qualquer que tenha sido a negociação. E eu não creio que a ação política pudesse transformar basicamente essa situação. Por isso mesmo temos, em termos de médio e de longo prazo, nos batido sempre por uma modificação desses parâmetros do sistema financeiro internacional, acreditando que isto que funcionou bem, Bretton Woods — durante a guerra, e após guerra e num período em geral de expansão; talvez devamos, hoje, refletir em alguma forma de modificá-lo, de transformá-lo à vista das circunstâncias da economia mundial, hoje, isso é uma posição que temos apresentados sempre nos foros multilaterais e mesmo em conversas bilaterais e que não implica em uma confrontação propriamente dita com os países do Primeiro Mundo, embora alguns deles, em particular os Estados Unidos, achem que não, que o sistema funcional bem e de fato, na emergência, nos casos *ad hoc*, o Governo norte-americano tem procurado fazer um esforço no sentido de que haja solução para o problema da dívida dos países em desenvolvimento, não só no interesse desses países, que conta como mercado e como parceiro, etc, mas também no in-

teresse do próprio sistema bancário internacional. É uma concepção. Nós temos uma opinião um tanto diversa. Achamos que, embora no momento isso seja o caminho, porque não há outro, é preciso refletir, é preciso pensar numa própria mudança do sistema financeiro internacional, pensar numa forma que leve mais em conta as condições da economia internacional, hoje, e as necessidades específicas dos países em desenvolvimento. O que não é fácil, evidentemente, mas é preciso enfrentar esse exercício.

De modo que dizer que o Ministério das Relações Exteriores está fora do centro das negociações econômicas e financeiras internacionais, creio que ao dizer isso o Senador Roberto Campos se referia, em particular, às negociações sobre a dívida externa brasileira, neste momento, que, normalmente, aqui, como em todos os países, deveria ser levada mesmo pelas autoridades econômicas e o apoio diplomático se faria sempre que fosse necessário. E a minha presunção, considerando os fatos, é que ele não foi necessário, acharam que não foi necessário. Mesmo assim, em todos os momentos em que as Embaixadas nossas tiveram que dar algum apoio aos nossos Ministros, sempre estiveram inteiramente à disposição deles. E agora, para o Clube de Paris, em que os credores são governos, há um entendimento, inclusive dos Ministros Delfim e Galveas, comigo, para que o Ministério das Relações Exteriores esteja desde o princípio participando neste exercício específico do Clube de Paris.

Mas, como eu disse, não notei nenhuma atitude com relação ao Ministério das Relações Exteriores, nessas negociações de exclusão por motivos, quer pessoais, quer de achar que o serviço diplomático brasileiro, como instrumento do Governo, não teria meios ou não teria receptividade para agir junto aos governos dos países do Primeiro Mundo. Nem podia haver esse tipo de percepção porque os fatos estão aí diários, os contatos permanentes, freqüentíssimos com as mais altas autoridades desses países e uma situação, diria eu, invejável dos nossos representantes nas capitais de todos esses países.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente o Senador Pedro Simon abordou o núcleo da presença do nosso Ministro à nossa Comissão.

Primeiramente quero cumprimentar a V. Ex^e, Sr. Ministro, pela presteza com que atendeu ao convite da Comissão e, particularmente, do Senador Pedro Simon. Comprimento V. Ex^e e o Senador Pedro Simon. Recordo-me, Sr. Ministro, que uma vez convidando V. Ex^e levei três meses para obtê-lo aqui, na Comissão, e o Senador Pedro Simon, em dez dias, conseguiu isso.

Foi muito importante a sua presença hoje, aqui, Sr. Ministro, porque V. Ex^e respondeu a alguns equívocos conceituais que foram realmente abordados aqui, já explanados pelo Senador Pedro Simon. Particularmente, nós ficamos contentes, porque V. Ex^e tem uma jovem guarda mas não tem uma guarda pretoriana. Isso é fun-

damental para um Ministro democrático, como o é V. Ex^e e que tem cumprido, pelo menos no nosso entendimento, à frente de seu Ministério uma real posição dos homens públicos brasileiros, não só como diplomata mas como patriota.

Vou deixar de abordar os aspectos relacionados pelo Senador Pedro Simon, para não ser repetitivo e nem cansativo. Mas vejo, Sr. Ministro, que V. Ex^e na segunda-feira — e me permita, Sr. Presidente — V. Ex^e vai discursar na Organização das Nações Unidas. Eu me permitiria, então, que se fosse possível, deixando de lado os aspectos abordados pelo Senador Pedro Simon, que V. Ex^e dissesse, sendo possível, evidente, das linhas mestres desse pronunciamento. Acho que seria muito importante que, hoje, esta Comissão, já tivesse uma visão, uma diretriz daquilo que V. Ex^e pretende dizer, na segunda-feira, na ONU.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Muito obrigado, Ex^e Sr. Senador Itamar Franco. Se por algum motivo eu demorei mais a vir quando do seu convite, não havia nada de pessoal nisso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Aliás, eu devo dar um testemunho que o Ministro, por uma série de circunstâncias, fez várias viagens ao estrangeiro e por isso ficou impossibilitado de atender, com a presteza que desejava, ao convite formulado pelo Senador Itamar Franco. S. Ex^e sempre me deu conhecimento das viagens e dessa impossibilidade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Aliás, foram viagens que alguns consideram inúteis: a três países africanos, à conferência da UNCTAD...

Mas, voltando ao assunto, o discurso que farei na segunda-feira no debate geral, naturalmente mais curto, ele é coerente, digamos, com o que está dito aqui. Ele reflete este tipo de abordagem das relações internacionais. Ele não repete, mas ele reflete esta filosofia, se se quiser dizer, que está nesta exposição de hoje.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Acho que ninguém mais querendo usar da palavra só me resta, em nome da Comissão, e eu acho que interpreto bem os sentimentos da Comissão, agradecer ao Ministro mais esse comparecimento a nossa Comissão, com as informações que nos deu e das quais nós podemos dizer a S. Ex^e que a Comissão continua com aquele espírito ocidental, de aceitar críticas, de receber críticas e ser diversificada nas suas opiniões.

Muito agradecido ao Ministro Saraiva Guerreiro que esperamos, em outras oportunidades, ter também conhecido, expondo com a precisão, com a clareza que lhe é própria, a política e a orientação do Ministério das Relações Exteriores.

Está encerrada a reunião.